É POSSÍVEL ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL? O LUGAR DA ANPUH NA CONSOLIDAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1961-1967)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JUAN MICHEL MONTEZUMA DOS SANTOS

MESTRADO EM HISTÓRIA

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Salvador | 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO

JUAN MICHEL MONTEZUMA DOS SANTOS

É POSSÍVEL ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL?
O LUGAR DA ANPUH NA CONSOLIDAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1961-1967)

SALVADOR
2023

JUAN MICHEL MONTEZUMA DOS SANTOS

É POSSÍVEL ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL?

O LUGAR DA ANPUH NA CONSOLIDAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1961-1967)

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História Social na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

Orientador: Rodrigo Perez Oliveira

Salvador

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Juan Michel Montezuma
S237 É possível escrever a história do Brasil? o lugar da ANPUH na consolidação da historiografia brasileira contemporânea (1961-1967) / Juan Michel Montezuma Santos, 2023.
103 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2023.

1. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. 2. Ditadura – Brasil – História – Sec. XX. 3. Reforma Universitária. 4. Historiografia. I. Oliveira, Rodrigo Perez. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.063

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Estrada de São Lázaro, 197, Federação, Salvador - BahiaCEP: 40210-630. Tel: 71 3283 7904/ 3283 7903

ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(o) ALUNA(o)	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
JUAN MICHEL MONTEZUMA DOS SANTOS	2022114549	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
É POSSÍVEL ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL? O LUGAR DA ANPUH NA CONSOLIDAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1961-1967)		

EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
RODRIGO PEREZ OLIVEIRA (Orientador–UFBA)	Professor Dr. Rodrigo Perez Oliveira Chefe do Departamento de História UFBA - SIAPE : 1493412	112.783.207-76
LINA ARAS (UFBA)		254.145.425-20
CARLOS ZACARIAS F. DE SENA JR (UFBA)		457.687.065-34
WAGNER GEMINIANO (GHENT UNIVERSITY)		045.612.024-63

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de 2023, em espaço virtual, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **JUAN MICHEL MONTEZUMA DOS SANTOS**, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil da Universidade Federal da Bahia. Após a abertura da sessão, o professor RODRIGO PEREZ, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A BANCA EXAMINADOR RECONHECE O MÉRITO DA PESQUISA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS ESPECIALIZADOS NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. O AUTOR TROUXE À LUZ AS TENSÕES POLÍTICO/EPISTEMOLÓGICAS QUE MARCARAM OS PRIMEIROS MOMENTOS DA HISTÓRIA DA ANPUH, QUANDO O BRASIL EXPERIMENTOU O COLAPSO DA DEMOCRACIA FUNDADA EM 1946 E O GOLPE DE 1964, QUE INSTITUIU NO PAÍS A DITADURA MILITAR. NO ENTATO, A BANCA RECOMENDA CUIDADOSA REVISÃO DO TEXTO, NO SENTIDO DA CORREÇÃO DE ERROS FORMAIS QUENÃO DEVEM CONSTAR NA VERSÃO FINAL A SER ENVIADA AO DEPOSITÓRIO DA UFBA.

SSA, 29/03/2023: Assinatura do aluno:

Juan Michel Montezuma Dos Santos

SSA, 28/03/2023: Assinatura do orientador:

Rodrigo P. Oliveira
Professor Dr. Rodrigo Perez Oliveira
Chefe do Departamento de História
UFBA - SIAPE : 1493412

Estamos fazendo ensaios sobre o que será a humanidade.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem ensinado a mim e ao meu irmão a lutar contra um mundo de violência por meio dos livros, da disciplina e da esperança de que podemos deixar o mundo no qual nascemos em um estado melhor do que aquele que encontramos. Aos meus professores, primeiramente ao meu irmão por ter me mostrado que a Universidade era sim uma realidade alcançável. Suas lições em literatura, filosofia e política, me acompanham desde os passeios ao velho cinema da Lapa, onde aprendi o que eram classes sociais observando os pontos de ônibus da estação. Quanto aos professores da graduação, agradeço especialmente aos professores Rodrigo Perez Oliveira e Carlos Zacarias Figuerôa de Sena Júnior, desde o meu primeiro semestre me ensinando que a historiografia por ser ciência, representa trabalho, disciplina e dedicação. Se tenho meu irmão como modelo de professor, Milton Santos como modelo de intelectual, certamente tenho nesses professores, e defensores, da Universidade pública e da democracia, o meu modelo de historiadores.

Ao Instituto Oyá por representar um marco na minha educação e mostrar que sim, era possível lecionar, trabalhar, pesquisar e transformar o mundo com ideias nutridas pela ambição de fazer a comunidade de Pirajá, onde nasceu o Brasil, um lugar tão grande e poderoso como o país que ajudou a construir. Agradeço também a Universidade Federal da Bahia, até o final da vida a minha casa, por nunca ter deixado de ser estimulado por essa instituição, que me empoderou para trabalhar não apenas como professor, mas também como pesquisador. Feliz será o dia em que eu puder voltar para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas no campus de São Lázaro. Nesse mesmo sentido, agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, cujo auxílio através da bolsa de mestrado, tornou possível a produção dessa dissertação.

Aos amigos presentes, e passados, cujas experiências de vida pontuadas por sua cor, raça e classe sempre direta e indiretamente me moveram para frente. Espero, não apenas simbolicamente, levá-los comigo para um mundo de verdadeira liberdade e poder. E, por fim, à Bruna, minha companheira, e ao meu filho Miguel, por serem o meu horizonte cheio de luz. Dedico a vocês esta dissertação, pois a compreendo como uma das várias colunas que hão de sustentar o tempo que partilharemos juntos enquanto família.

RESUMO

Neste trabalho será analisado a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História no ano de 1961, assim como também a sua trajetória político institucional até o ano de 1967. O objetivo geral é compreender o lugar da ANPUH na História da historiografia acadêmica, do ensino superior e da pesquisa no campo dos estudos históricos brasileiros. As principais Fontes da presente pesquisa são os anais do simpósio da ANPUH que foram realizados entre 1961 até 1967. Parte-se da premissa de que a criação da ANPUH é um fenômeno sem precedentes na História da historiografia Brasileira não apenas por promover a interlocução entre diversos núcleos de produção do conhecimento histórico dispersos no território nacional, mas também por um espaço social de difusão da cultura historiográfica acadêmica na década de 1960. Tendo isso em vista, a presente pesquisa busca responder como essa Associação foi construída enquanto espaço de debate científico. E, como sua trajetória político-institucional, lidou com o contexto das reformas sociais que pautavam a vida política da sociedade brasileira no início da segunda metade do séc. XX.

Abstract

This work will analyze the creation of the national association of university professors of history in 1961, as well as its institutional political trajectory until 1967. The general objective is to understand the place of ANPUH in the history of historiography, teaching and research in the field of Brazilian historical studies. The main sources of this research are the annals of the ANPUH symposium that were held between 1961 and 1967. It is based on the premise that the creation of ANPUH is an unprecedented phenomenon in the history of Brazilian historiography not only because it promoted the interlocution between several centers of historical knowledge production scattered in the national territory, but also by a social space of diffusion of academic historiographic culture in the 1960s. With this in mind, does this research seek to answer how this association was constructed as a space for scientific debate? And, like its political-institutional trajectory, it dealt with the context of the social reforms that guided the political life of Brazilian society at the beginning of the second half of the century XX.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1 - Primeiro simpósio de professores universitários de História..... 25

Imagem 2 - Maria Yedda Linhares no primeiro simpósio em 1961..... 37

Imagem 3 - Da esquerda para a direita, no centro foto, estão Fernand Braudel e Eurípedes Simões de Paula em 1936..... 49

Imagem 4 - Pedro Calmon historiador baiano e reitor da Universidade do Brasil..... 75

QUADROS

Quadro 1 - Textos sobre Historiografia brasileira na Revista de História escritos por historiadores brasileiros entre 1950-1961..... 59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional dos Professores de História
APUH	Associação dos Professores de História
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FNFI	Faculdade Nacional de Filosofia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
IHGMG	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFBA	Universidade federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO 11

Capítulo 1: "Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado" 18

1.1. Introdução: 18

1.2. Quem eram os professores universitários de História no Brasil? 21

1.3. Os professores, os pesquisadores e a questão da reforma na Associação: 27

Capítulo 2: "É possível escrever a História do Brasil?". 47

2.1. Os Historiadores da primeira metade do Séc. XX: 47

2.2. As ilhas da História e sua convergência na criação da ANPUH. 52

2.3."É possível escrever a História do Brasil?": 72

CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

REFERÊNCIAS 100

INTRODUÇÃO

No livro *A Escrita da História*, o historiador francês Michel de Certeau qualifica a pesquisa em História nos seguintes termos:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. Função deste lugar que se instaurou os métodos, que se delineou a uma topografia de interesses que os documentos e as questões, que lhe são propostas, se organizam. (CERTEAU,2007, p.66-67)

Ao estudar a História da Historiografia acadêmica e suas relações com a História social da Universidade e da educação, a natureza política da pesquisa se torna mais evidente na medida em que é perceptível como os desenlaces na História intelectual e na memória disciplinar não podem ser explicados apenas com a crítica sobre os aspectos epistemológicos de uma dada corrente historiográfica ou das obras de um dado autor. Isso ocorre porque a própria ideia de historiografia e autoria, na medida em que a pesquisa é desenvolvida, acaba deslocada de sua acepção comum, não significando isoladamente a produção de texto de um sujeito do conhecimento, mas sim identificando-o como representante de um comunidade, um sujeito coletivo, cujo poder institucional pode no decorrer do tempo consagrá-lo ou interditá-lo. Sem dúvida, ao pesquisador iniciante, ou experimentado, desdobrar-se sobre a historiografia é direta ou indiretamente estudar o "nós" ao qual se referiu Certeau, sem cair, é claro, em uma pesquisa ensimesmada, porém sim dinâmica. Afinal de contas, o "nós" do autor em Certeau é o poder das culturas políticas que pautam o ofício do intelectual em movimento:

> Ao "nós" do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de História, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava a classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus "pares" e seus "colegas", que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma "polícia" do trabalho. O Não "recebido" pelo grupo, o livro cairá na categoria de "vulgarização" que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como historiográfico. Ser-lhe-á necessário a ser "acreditado" para aceder a enunciação historiográfica. (CERTEAU; 2007; p.72)

Sendo assim, a pesquisa em historiografia, aquela que toma por objeto os próprios historiadores, não se preocupa primeiramente apenas com o que dizer, como todo historiador o faz, mas também com a forma de representar, analisar discursos e estruturar

a narrativa histórico-crítica. Levando em consideração que os autores, práticas intelectuais e organizações estudadas consolidaram-se em nível institucional, ainda hoje sendo forças políticas ativas dentro do campo dos estudos históricos. Por isso, é imperativo separar com o maior cuidado possível o que um dia foram os intelectuais mais prestigiados, os departamentos mais tradicionais, as instituições mais influentes e associações mais destacadas, das formas que possuem e dos compromissos políticos que assumem no presente. Tudo isso, é fundamental para que seja possível demonstrar que embora o passado histórico ainda exista, os objetos estudados nele pertencem a um momento específico no tempo, que não permanece, que não se repete, nem como tragédia tampouco farsa.

Tendo em vista, a importância da Associação Nacional de História nos últimos 61 anos, tais considerações preliminares são necessárias por um motivo nítido a qualquer estudante de História: a ANPUH, objeto de estudo principal nesta dissertação, passou por grandes transformações, desde a sua fundação. Ainda assim, em todos esses momentos não deixou de ser um espaço social importante para a discussão histórica entre historiadores profissionais no Brasil. E isso ocorreu porque apesar das diferentes presidências e quadros dirigentes, sobreviveu entre os quadros da Associação o interesse e o compromisso em discutir pautas de interesse imediato a categoria dos professores de História: as reformas curriculares da disciplina, a regulamentação do ofício do historiador e o investimento na pesquisa em História, assim como sua sistematização em todo o território nacional, tendo a Universidade enquanto coluna mestra. Por esses motivos, o presente estudo que busca compreender o papel da criação da ANPUH no contexto histórico onde foram institucionalizadas as culturas historiográficas, agendas de pesquisa e conteúdos programáticos que constituem o campo contemporâneo dos estudos históricos no Brasil.

Com esse objetivo geral, a pesquisa aqui apresentada tomou como fontes os anais dos simpósios, atas, dossiês ou artigos de membros da Associação que buscam discutir questões de primeira ordem para os historiadores brasileiros na década de 1960. Essa documentação foi acessada em parte no site da própria organização, graças ao trabalho de digitalização coordenado por Ana Maria Almeida Camargo. Outros documentos foram acessados em visita ao acervo da ANPUH nacional, acervo da ANPUH-SP e acervo Eurípedes Simões de Paula, localizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ademais, levando em consideração o contexto histórico no qual a ANPUH foi fundada e no qual desenvolveu-se, foram tomados como fonte também documentos que possibilitassem entender como se davam as relações entre

o Estado e a Universidade no contexto de criação da Associação. No mais, os artigos, dissertações e teses em torno desse período podem ser colocados em torno de três marcos: A Reforma Francisco Campos (1931); A Reforma Capanema (1932) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961). Embora não sejam objeto deste estudo, essas políticas educacionais são importantes na análise aqui construída, pois permitem a compreensão das transformações estruturais da educação brasileira e como isso implicava na questão do ensino de História, um dos principais debates no contexto da criação da Associação.

Quanto a estrutura textual, a dissertação está dividida em dois capítulos: 1) *Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado*; 2) *É possível escrever a História do Brasil?* O primeiro capítulo foca na figura do professor de História, já o segundo busca pensar na identidade dos historiadores e nas culturas historiográficas que existiam no Brasil quando a Associação foi criada. Essa divisão parte da premissa, que será discutida com maior profundidade no decorrer do texto, de que durante boa parte da primeira metade do séc. XX o ofício do historiador e do professor de História estavam separados no Brasil, sendo amalgamados no mesmo profissional apenas a partir da década de 1940, na medida em que a educação e sociedade brasileiras passavam por mudanças estruturais. O estilo argumentativo de ambos os capítulos obedece a uma narrativa de três estágios. Quanto a exposição, na medida que foi possível, o ritmo é quase sempre indutivo: a) apresenta-se um problema conceitual a partir de considerações sobre aspectos específicos dos objetos de estudo nas fontes ou na bibliografia especializada; b) apresenta-se o contexto histórico que as fontes e a bibliografia especializada estão descrevendo; c) analisa-se as fontes primárias da pesquisa, no caso os anais dos simpósios, a fim de sustentar o argumento geral do capítulo. Por fim, são feitas breves considerações finais indicando possibilidades de investigação abertas a partir da comparação das análises feitas na dissertação com aquelas encontradas na bibliografia especializada.

Outro aspecto importante, naquilo que diz respeito às justificativas, é que embora a presente pesquisa parta da premissa de que a criação da Associação de professores de História tenha sido fundamental para a difusão de práticas intelectuais, propostas curriculares e modelos epistemológicos ainda hoje presentes no campo dos estudos históricos, raros são os trabalhos em História dedicados a analisar o protagonismo da Associação, enquanto espaço social de debate e disputa pelo sentido político da reforma curricular das graduações de História nas faculdades de filosofia das décadas de 1960, e início da década de 1970. Em *Do Passado para o Futuro – Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*, Francisco Falcon reconhece que o movimento docente no debate acerca

das reformas na década do golpe de 1964, ainda é insuficiente. Como sugestão de pesquisa que contribuirá para solucionar esse problema, Falcon aponta para a necessidade de estudar os anais da Associação, fontes primárias da presente dissertação:

> A História do movimento docente está registrada nos anais do 5 simpósio de professores universitários de História, realizados entre 1961 e 1969, infelizmente ainda não sistematicamente analisados. De qualquer maneira o exame das comunicações neles apresentadas revela-nos já a presença das novas perspectivas metodológicas e debates teóricos que começam a superar ou questionar a tradição historiográfica empirista ainda dominante. (FALCON, 2011, p.23)

Nos anos seguintes ao diagnóstico de Falcon, apenas uma pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Capes buscou investigar historicamente a ANPUH tomando os anais da Associação como fontes primárias. Em tese intitulada, *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961–1977)*, Paulo Thiago Santos teve por objetivo geral historicizar sobre a trajetória da Associação partindo da premissa de que é possível identificar nos anais o esforço comum dos dirigentes da ANPUH, e demais simposistas, em construir uma memória sobre o saber histórico no Brasil, onde a instituição seria um "campo" representativo dos profissionais da História.

> Na investigação realizada observamos que a operação de construção da memória e da identidade da Associação como campo representativo dos profissionais da História e do saber histórico, fazem-se presentes nos discursos, sessões, debates e moções de seus Simpósios, registrados em seus Anais, principal fonte documental de nossa pesquisa. (SANTOS, 2014, p.06)

Todavia, defende-se nessa dissertação que existem algumas considerações sobre o contexto da década de 1960 que permitem uma interpretação alternativa. Afinal, é necessário questionar como poderia a Associação de Professores de História buscar ser um espaço de representação dos profissionais dessa área, se a própria História, e as ciências sociais como um todo, além da própria Universidade, ainda não haviam consolidado sua função social junto a sociedade civil em transição na década de 1960? Exemplificando isso, temos o caso da própria graduação de História no período, onde os principais quadros docentes como Eurípedes Simões de Paula ou Eremildo Luiz Viana sequer eram historiadores de formação, mas sim bacharéis em Direito que remontavam a uma intelectualidade muito restrita geográfica e socialmente no Brasil. Local no qual a formação de pesquisadores em História não era uma especialização, porém um dos muitos saberes cujo domínio era imprescindível para o estudo da formação do povo brasileiro na primeira metade do séc. XX por parte de intelectuais polímatas.

Nesse mesmo sentido, vale considerar também que a produção historiográfica era descentralizada, o que implicava na existência de outros espaços sociais, para além das

Faculdades de Filosofia, disputando o sentido da produção da História nacional. O próprio Francisco Falcon ao tentar reconstruir o contexto dos anos 1960, realizando uma geografia do campo histórico naquele período, ao elencar os principais periódicos e instituições de pesquisa, acaba por mostrar que existiam sim diversas ilhas da História no Brasil, onde a historiografia era percebida e produzida a partir de distintos procedimentos metodológicos e valores científicos, cada qual com práticas intelectuais identificadas com compromissos políticos que necessariamente não diziam respeito a uma mesma classe de profissionais acadêmicos, de valores que necessariamente não estavam sendo difundidos como cultura política necessária ao ofício do historiador atuante em diferentes Faculdades de Filosofia pelo país. Isso fica evidente em sua descrição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde os quadros do instituto, suas afiliações políticas externas, justificam assim suas contribuições ao fragmentado campo dos estudos históricos de então, mesmo que sua caracterização divergisse muito daquela encontrada em centros de produção do conhecimento histórico como a Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo ou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil:

> Criado em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) Reuniu intelectuais de várias áreas das ciências humanas e tornou-se uma instituição polêmica, dadas suas vinculações políticas e ideológicas com a política do desenvolvimento econômico. do amplo leque em que se distribuíam seus protagonistas destacavam-se segundo Iglésias, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro ramos e Álvaro Vieira Pinto. São muitas as publicações do Iseb, porém como assinala o autor citado do ponto de vista historiográfico o instituto não tem maior significado “a não ser como expressão de momento decisivo (...) como protagonista da História (...)”. Convém, no entanto, não perder de vista a importância que teve em sua época a produção historiográfica de Nelson Werneck Sodré e a produção e edição da História nova do Brasil entre 1963 e 1964. (FALCON, 2011, p.28)

Ainda assim, é um dos argumentos principais de Paulo Thiago Santos que a criação da ANPUH surge como um produto de um campo tensionado, por conta das diferentes propostas de institucionalização da História como disciplina escolar.

> O exercício de historização revelou-nos a criação da APUH em meio a um campo tensionado, disputado entre grupos com propostas diferenciadas quando à institucionalização da História como disciplina escolar e de seus profissionais, demarcado pelo projeto de renovação do campo historiográfico brasileiro, objetivo comum da maioria dos simposistas, mas com percepções distintas quanto ao modo como operacionalizá-la e legitimá-la. (SANTOS, Paulo; 2014; p.06)

Embora, a presente dissertação também reconheça a importância da ANPUH para o desenvolvimento dos debates entre os profissionais da História em escala nacional, especialmente naquilo que diz respeito ao debate escolar imposto pelo Estado entre a LDB de 1961e a Reforma de 1971, ainda sim possui algumas divergências fundamentais

com a tese de Paulo Thiago Santos. Pois, primeiramente, no presente texto parte-se do pressuposto de que o campo histórico não era autônomo, tampouco tensionado em escala nacional no início da década de 1960, estando de fato fragmentado em distintos territórios da História, espaços sociais como as Universidades, Partido Comunista ou ISEB que difundiam o sentido da historiografia a partir de culturas políticas identificadas com diferentes compromissos em relação à agenda desenvolvimentista.

Justamente por isso, no decorrer do presente texto busca-se argumentar que o projeto de reforma para a graduação de História através dos debates curriculares na Associação são muito mais caminhos para a construção de um campo dos estudos históricos em escala nacional do que necessariamente para a renovação, especialmente porque para renovar o campo histórico do Brasil seria necessário ter existido alguma forma de unidade entre os centros brasileiros de produção do conhecimento histórico, algo que o primeiro congresso nacional de historiadores em 1961 demonstra não ter existido até então, principalmente entre as faculdades de filosofia, tal como as divergências do primeiro congresso analisadas mais a frente demonstrarão.

Naquilo que diz respeito ao circuito universitário, no início dos anos 1960 não havia ainda uma comunidade de historiadores integrados em escala nacional, identificados com as mesmas práticas intelectuais, ou seja, com fundamentos teórico-metodológicos relativamente similares para o mesmo ofício, cenário contrário ao de hoje, tal como evidencia a predominância dos programas de pós-graduação em História Social, que muito embora possam divergir em linhas de pesquisa, possuem referentes e eixos temáticos relativamente sistematizados dentro de um mesmo campo científico cuja coluna mestra é a Universidade. Tampouco, havia no Brasil uma ciência da História autônoma, pois o que existia de fato era um saber histórico estruturalmente subordinado ao partido, à burocracia estatal, a paradigmas políticos específicos que regiam a escrita da História em uma dada instituição, porém não em outras, tal como exemplifica o caso mais nítido de orientações políticas divergentes no processo de construção do campo acadêmico dos estudos históricos: a FFLCH-USP e a FNFI.

De fato, como Paulo Thiago Santos assinala em sua tese, existiram projetos de reforma que pautaram os diálogos entre diferentes grupos de historiadores na Associação, contudo como uma instituição que, como veremos adiante, buscava ser primeiramente científica: a trajetória da Associação estava muito mais focada em definir quais eram as práticas que caracterizavam a identidade e o sentido da teoria, do ensino, da metodologia e da pesquisa em História. Ou seja, havia um esforço comum por reforma? Sim, na medida em que Associação é composta por diferentes quadros das Faculdades de

Filosofia, porém o engajamento político era muito mais restrito e, como veremos, propositalmente conservador. Por isso, é importante sinalizar também que a questão da reforma em sua dimensão institucional mais abrangente, ou seja, na discussão sobre o lugar social da Universidade no Brasil, era muitas vezes considerada um ponto secundário ou fora da alçada da Associação, útil muito mais para delimitar as disputas internas das elites intelectuais que buscavam pautar a agenda de pesquisa em História dentro do espaço universitário.

Essa caracterização distinta, em relação a tese de Paulo Thiago Santos, do campo, da Associação e do contexto dos anos 1960, leva a exploração do impacto de outros agentes sobre a trajetória político-institucional registrada nos anais. Porque se a discussão sobre a reforma é secundária, ou restringida, entre os historiadores que congregam na Associação: por qual motivo os historiadores da Associação se omitem de discuti-la? E o porquê de não terem um papel efetivo na sua implementação no espaço social da Universidade e na educação básica? Mesmo quando a Associação consolida sua capacidade de mobilizar historiadores de diferentes regiões do país no decorrer da década de 1960? Tendo essas questões em vista, o presente trabalho busca um outro caminho na linha de investigação histórica na qual está inserida a tese de Paulo Thiago Santos sobre a ANPUH, intentando lançar luz sobre a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História e como os debates políticos nesse contexto determinaram a sua trajetória na década 1960.

Capítulo 1:
"Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado"

A situação do ensino de História e o lugar do professor pesquisador entre as necessidades da educação básica e a graduação.

1.1. Introdução

No início da década de 1960, os historiadores profissionais, ou seja, os membros dos quadros docentes universitários que identificavam a historiografia como uma prática científica autônoma, precisavam reagir.

> Enquanto novos estudos concorriam para o conhecimento de aspectos pouco pesquisados da História do país, a historiografia propriamente dita continuava fiel ao imperialismo positivista, cultivando uma História do estado e seus agentes políticos, militares, administrativos e diplomáticos. A nova Historiografia, que então ganhava força viva crescia fora da "Academia", tendo como referência as obras de Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Raimundo Faoro. Se a rápida ascensão das interpretações marxistas não impediu o sucesso das análises weberianas e "culturalistas", não deixavam elas de ser, porém, a principal ameaça e o desafio aos olhos da maior parte das cátedras universitárias de História do Brasil. (FALCON, 2011, p.28)

A Universidade brasileira cuja criação foi concomitante com a fase de declínio do regime oligárquico e a consolidação da Era Vargas, muito embora compartilha-se do *éthos* autoritário desses períodos, tal como evidenciava a existência do sistema catedrático, não havia passado ainda por um processo de centralização e modernização em escala nacional no início da década de 1960. Ao contrário, sua qualidade elitista permitiu a continuidade do sucesso de intelectuais polímatas identificados muitas vezes com interesses locais que se pretendiam nacionais. Esse perfil, difundido no pensamento social brasileiro até então, perfaziam intelectuais cujos exercícios de síntese histórica se colocavam, na medida em que a modernização do espaço social da Universidade se colocava como uma necessidade no país, como um problema político para a comunidade, ainda diminuta no Brasil, de historiadores e outros cientistas sociais formados nos cursos de graduação das Faculdades de Filosofia.

Afinal, poderiam as obras de crítica histórico-política de Caio Prado, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Werneck Sodré, e tantos outros, serem consideradas como historiografia? Responder essa pergunta, demandava um esforço coletivo por parte da comunidade de historiadores acadêmicos, porque colocava em xeque a capacidade das práticas intelectuais ensinadas nos cursos de graduação de interditar ou consagrar o que seria, ou não, um estudo histórico, por vezes muitas vezes produzido fora dos muros do campus universitário. Noutros termos, colocava na ordem do dia dos professores acadêmicos de História, a disputa sobre o controle técnico-científico, e obviamente político, da pauta historiográfica, do ofício do historiador, do seu lugar na Universidade

e da sua função social junto à sociedade brasileira. Mais do que nunca, os historiadores profissionais necessitavam delimitar o seu espaço na intelectualidade e na burocracia estatal, porém “Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado” (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961; pg.11).

É o que nos dizem o primeiro quadro de dirigentes da Associação de Professores Universitários de História em manifesto registrado nos anais, publicados em 1962, daquele que viria a ser chamado o primeiro simpósio da ANPUH em 1961:

> Em primeiro lugar, pela diversidade dos assuntos. Foram postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil. "Muita ousadia", vai objetar-se, "para um primeiro colóquio dos professôres de História". Aceitamos a crítica de bom grado, e nem tentaremos sequer diminuir o seu alcance. Só pedimos "aos leitores a condescendência de se colocarem numa perspectiva pré-simposiana: nenhuma posição definida, pouco conhecimento do que se estava efetuando ou planejando nas outras Faculdades, falta total de ocasiões para o encontro dos colegas das várias regiões do país. Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado. Se houve mérito em nossa iniciativa, não pretendemos outra, liminarmente, que a de termos criado condições que não existiam antes do Simpósio, tanto para a possibilidade de contatos pessoais - quanto para um primeiro desbastamento do espesso feixe de problemas relativos ao ensino da História. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, pg.11)

A análise dessa documentação, juntamente com a leitura da bibliografia especializada em historiografia brasileira e ensino de História no Brasil, permite sustentar a defesa da seguinte hipótese geral no decorrer desse capítulo e do seguinte. Primeiramente, a regulamentação do cargo de professor-pesquisador na Universidade e o debate sobre o ensino de História foram pautas que oportunizaram os primeiros passos da comunidade nacional de historiadores em prol da unidade. Em defesa da sua categoria e posterior esforço coletivo para a construção do campo de estudos históricos em escala nacional no decorrer da década de 1960, tendo a Universidade como via de integração dos vários núcleos de produção historiográfica espalhados pelo Brasil através das Faculdades de Filosofia.

Por conseguinte, o tensionamento político causado pelo debate desenvolvimentista levou o Estado brasileiro a implementar novas políticas junto às instituições de ensino, tal como a reforma Francisco Campos de 1931, a reforma Capanema de 1942, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, ações que deixaram nítido para a comunidade acadêmica de que a reforma educacional aconteceu, acontece e aconteceria, com ou sem a participação dos professores universitários, democraticamente ou autoritariamente. Portanto, diferentes grupos na comunidade de historiadores profissionais, cujos quadros mais influentes eram aqueles vinculados à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo ou à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, enxergaram nesse contexto institucional a

oportunidade política de fazer avançar suas pautas no novo sistema universitário em vias de implementação. De acordo com essa hipótese, a criação da Associação de professores de História na década 1960 foi o desenvolvimento de um espaço social, onde diferentes propostas historiográficas buscavam ser difundidas nacionalmente através da academia e simultaneamente disputar o sentido da modernização do ensino e da pesquisa em História tanto na educação básica quanto no ensino superior.

No entanto, como veremos no decorrer desse capítulo, não houve acordo político entre os diferentes departamentos de História presentes no primeiro simpósio, pois embora fosse ponto pacífico a necessidade de defender e garantir o espaço do professor universitário de História na Universidade brasileira reformada, não se conseguiu garantir o engajamento da Associação enquanto vanguarda dessa reforma a partir de um discurso nacionalista. Afinal, os professores catedráticos também eram agentes políticos ativos na Associação e estavam preparados para restringir a modernização ao debate curricular e a parâmetros científicos e pedagógicos, não permitindo assim a politização do ofício do historiador e tampouco do sistema catedrático. Essa articulação conservadora em prol da modernização, a partir de um engajamento institucional restrito ao debate curricular, fez a Associação de Professores Universitários de História ser criada sob o signo de profundos desacordos sobre o sentido político do ensino e da pesquisa histórica. Sendo assim, levando a Associação a expressar muito mais um movimento político feito por quadros mais conservadores das Faculdades de Filosofia para controlar o processo de reforma das graduações de História do que uma organização engajada na defesa do ensino e pesquisa em História como um direito necessário ao cidadão brasileiro. Por fim, como veremos ao fim do capítulo, isso fará com que a ANPUH se torne um espaço de representação dos interesses da elite acadêmica brasileira atuante na construção do campo dos estudos históricos no decorrer da década de 1960.

Todavia, antes que possamos discorrer sobre a vitória do conservadorismo político que se colocou como vanguarda dos estudos históricos no Brasil, vamos reconstruir o contexto no qual esse desenlace se deu. Compreendendo assim, o que estava em jogo para os professores universitários de História das principais faculdades do Brasil nas décadas 1930,1940 e 1950. Período no qual a sociedade brasileira passou por transformações estruturais, impondo assim uma nova configuração social as instituições de poder, tal como o foi o caso da Universidade. Espaço social novo no contexto brasileiro, que num jogo de rupturas e conciliações com a modernização social cada vez mais profunda no país, negociava e defendia seu lugar na sociedade através de seus principais agentes políticos: os professores universitários.

1.2. Quem eram os professores universitários de História no Brasil?

No capítulo 02 de *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*, os autores Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Thiago Lima Nicodemo e Matheus Henrique de Faria Pereira, tomam como premissa um fato fundamental para análise da identidade do professor universitário de História na primeira metade do século XX: no início da década de 1930, quando o processo de formalização da docência universitária começou a ser vocalizado por diferentes estratos da intelectualidade, o termo professor e historiador ainda não correspondiam ao mesmo profissional.

> Uma das características mais importantes da historiografia Brasileira é que os processos de disciplinarização e de profissionalização universitária não ocorreram de modo simultâneo. As atividades ligadas às designações de "professor" de História e de historiador demoraram muito para se unirem fazendo parte da mesma dinâmica ainda hoje incompleta. Como lembra a Marieta de Moraes Ferreira no início do processo de profissionalização universitária iniciado nos anos 1930, essas designações determinavam dois campos com fronteiras bastante distintas. (NICODEMO; SANTOS; FARIA, 2018, p.39)

Na bibliografia especializada, essa distinção é usada para analisar a retórica científica adotada pelas primeiras gerações de historiadores republicanos, e posteriormente daqueles formados nas universidades, para se diferenciarem dos quadros e das culturas historiográficas predecessoras, vinculadas aos institutos históricos.

> A produção histórica de finais do século XIX e início do século XX vai procurando pelo menos no discurso se afastar das práticas históricas dos historiadores anteriores. (...) As diferenças se colocam sobretudo em termos discursivos e geracionais: os historiadores formados no contexto de crise da monarquia e nos primeiros anos republicanos procuravam se diferenciar das gerações anteriores, mostrando-se atualizados nas discussões científicas típicas da *Belle Époque*. As diferenças de fato, técnicas vão se colocando em um tempo mais lento, mas geram efeitos importantes na experiência histórica. (NICODEMO; SANTOS; FARIA, 2018, p.39)

Todavia, no decorrer deste capítulo, não será analisada a retórica científica que internamente definia as linhas entre as práticas intelectuais mais modernas e as tradicionais, pois esse tipo de discurso será analisado no segundo capítulo onde a História da historiografia no contexto de criação da ANPUH é o objeto central.

Na contextualização dessa primeira parte, a atenção será direcionada para o fato dessas mudanças na prática de pesquisa apenas passarem a dizer respeito ao professor de História na medida em que a estrutura educacional brasileira vai sendo transformada por meio de novas políticas educacionais. Ações tomadas pelo Estado brasileiro voltadas para atender as demandas sociais e econômicas que vão surgindo na sociedade brasileira do segundo quartel do século XX. Assim sendo, historiador e professor são dois ofícios que

nesse contexto vão ser amalgamados na mesma figura. Atuante nas universidades, atuante na educação básica, porém nem sempre em acordo com os catedráticos, nem sempre reproduzindo em sua didática o positivismo dos livros ou os ideais de uma ciência da História dos grandes homens. Logo, o argumento principal da contextualização aqui realizada é este: na medida em que as transformações sociais e políticas da sociedade brasileira levam a formação do professor-pesquisador, essa figura passa a reivindicar uma maior a autonomia didática e científica em relação aos centros de produção do conhecimento histórico na época, sem deixar, é claro, de disputar posições de poder dentro do sistema universitário em desenvolvimento.

Evidências desse processo conflituoso que pautou a busca do professor-pesquisador por autonomia estão espalhadas não só em fontes da época, como também se encontram parcialmente organizadas e analisadas na bibliografia especializada nas áreas de História da Educação, História da Universidade no Brasil e História do Ensino de História. Nesse conjunto, se inserem textos como *Vestígios de leituras e escritas nas rotinas cotidianas do ensino de História no Brasil (1930-1960)*[1] por Cristiani Bereta da Silva. Busca-se nesse texto identificar como os professores e estudantes reagiram ao modelo de História do Brasil ensinado naquela época. Bereta da Silva analisa que na proposta político pedagógica daquele período, a disciplina de História do Brasil era mais um elemento de distinção[2] cultural, saber cujo domínio era competência obrigatória para o ingresso no ginásio, muito embora tal domínio por vezes dependesse das vantagens sociais que estavam para além do livro didático.

Essa posição do conhecimento histórico no saber escolar é um fator importante, pois demonstra como naquele período havia uma contradição entre o conteúdo do livro didático e a dinâmica do ensino de História. Pois por mais que a História fosse considerada um saber elementar, seu conteúdo não estava submetido a um planejamento didático abrangente, privilegiando, assim, a formação cultural ao invés do copioso domínio sobre os capítulos de um livro. A disciplina de História se tornava um elemento de distinção entre aqueles cuja formação cultural lhes habilitava a terminar a educação básica em relação a aqueles que estavam estruturalmente incapacitados de fazê-lo. Não se limitava à formação cívica, à memorização de datas, dizia também respeito à capacidade de produzir a síntese política entre os acontecimentos, ou seja, de

---

[1] O artigo de Bereta da Silve se encontra no livro: *Cartografias da pesquisa em ensino de História*, 2019, organizado por Ana Maria Monteiro e Adriana Ralejo

[2] Para compreender de maneira mais aprofundada, o fenômeno social da distinção. Por favor, ler *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (1979) por Pierre Bourdieu.

compreender a interlocução entre os saberes que pautavam a retórica do professor em sala de aula. A História era um saber político, sociológico e antropológico e assim se institucionalizava nas escolas das décadas de 1930-1960, através dos exames de admissão. Provas dissertativas e orais que demandavam não apenas a memorização de datas e nomes, mas também a capacidade de compilar fatos e conceitos na estruturação de uma narrativa.

> Muito embora tenham sofrido mudanças ao longo de sua vigência, em linhas gerais podem-se descrever os exames de admissão ao ginásio da seguinte forma: o candidato à matrícula na primeira série do secundário deveria ter a idade mínima de 11 anos e prestar o exame na segunda quinzena de fevereiro (uma alteração iria permitir sua realização em dois períodos: dezembro e fevereiro). A inscrição para o exame deveria ser feita nas instituições de ensino secundário (públicas ou privadas) nas quais o estudante desejasse estudar e envolvia a apresentação de diferentes documentos, como certificados de vacinas, fotos 3x4, etc. As provas eram realizadas nessas instituições e também cabia a elas fixar as vagas existentes para a 1° série, bem como elaborar as provas, seguindo os programas oficiais. A avaliação também era de sua responsabilidade, ocorria por meio de uma banca composta por três professores, sob a fiscalização do inspetor responsável pela instituição. (DA SILVA, 2019, p.164)

Bereta da Silva problematiza que esse processo seletivo, coordenado a partir de programas oficiais e não universitários, levará a uma alteração do ensino de História em dois níveis. A alteração de nível externo é a modificação da finalidade da disciplina de História, e outros saberes, no conjunto de conhecimentos escolares. E a segunda alteração, de nível interno, é a transformação do ensino e por conseguinte do conteúdo dessas disciplinas. O esforço da historiadora em verificar essa transformação estrutural da função do saber escolar e seu currículo acaba por dar suporte ao argumento apresentado no início desse tópico. Afinal, o professor de História que criticará a vigência do sistema catedrático, assim como dos modelos anacrônicos de ensino da História do Brasil, será formado e ingressará no mercado de trabalho durante esse período.

> Dispositivos de funcionamento desses exames provocaram mudanças tanto na organização do currículo quanto nas finalidades de cada disciplina selecionada para os testes: como acima mencionado, Português, Matemática, História do Brasil e Geografia. (...) Analisa-se que as escolhas dos conteúdos relativos à História do Brasil feitas pelas escolas secundárias a partir dos programas oficiais contribuíram para reorganizar o próprio ensino dessa matéria no primário haja vista a necessidade de preparação para os exames, realizada tanto no ensino regular quanto em cursos ministrados especificamente para preparar as crianças. (DA SILVA, 2019, p.164)

Ao analisar às *Práticas cotidianas: livros, usos e leituras*, Bereta da Silva toma como fonte o testemunho de Teresa Cerqueira da Graça, uma entrevista dentre várias concedidas por ex-ginasianos da década de 1950. Referindo-se às aulas de História, fica evidente em sua memória narrada, a alienação crescente entre o professor de História e o conteúdo do livro didático.

> Em casa para ler e "decorar" as lições. Em sala, somente nas raríssimas vezes que precisassem faltar, o livro se prestaria para que os alunos o lessem na presença do bedel. Ademais, com esquemas que tinham que ser copiados e com explanações algumas "magistrais", e ainda com os exercícios de fixação de aprendizagem e as arguições não sobrava tempo para o livro. E mais: existiam poucos livros didáticos. (GRAÇA; 2002, p.92 apud BERETA da Silva;2019, p.172)

Outro aspecto importante, sinalizado por Bereta da Silva, foi a integração das disciplinas de História geral e História do Brasil no componente História da Civilização. Para a autora, foi importante salientar o papel do Estado nesse processo de transformações na educação Brasileira entre as reformas de 1931 e 1942. No presente texto, o dirigismo estatal também tem importância, não apenas porque evidencia o protagonismo do Estado no processo de modernização educacional em curso nesse período, mas também como movimento político que aconteceu durante décadas sem a curadoria dos professores universitários de História sobre o sentido político do ensino de sua ciência na educação brasileira. Afinal, é perceptível nesse processo, tal como será demonstrado com maior profundidade no segundo capítulo, uma subordinação estrutural da produção do conhecimento histórico em relação ao Estado brasileiro e os interesses das suas elites políticas. Fato esse que levará a um intenso debate historiográfico em espaços acadêmicos como a *Revista de História* da USP e, por conseguinte, no primeiro congresso de professores universitários de História de 1961, onde a Associação seria criada.

Por enquanto, no presente capítulo, cabe apenas questionar: qual era a reação das universidades em relação as transformações no ensino e o currículo de História? Uma primeira resposta possível seria dizer que a reação foi nula devido à natureza autoritária das políticas aplicadas durante a Era Vargas. Contudo, tal resposta, para além do reducionismo, diz muito mais respeito sobre a relação entre o Estado e a educação do que sobre os historiadores universitários para com o ensino de sua disciplina nos níveis da educação básica e superior. Por isso, é preciso ir a textos como a tese de Aryana Costa[3], pois nele encontramos respostas mais concisas acerca da reação universitária em relação às transformações que a ciência da História e o seu ensino sofriam no período. Acontece, tal como argumenta Costa, que o espaço acadêmico estava fragmentado. Atravessado por disputas que visavam apontar a forma mais adequada de ensinar e pesquisar História. Vejamos a caracterização feita por ela dos conflitos internos da graduação da USP,

[3] A tese de Aryana Costa é intitulada *De Um Curso D'Água A Outro - memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2018. Seu enfoque é discutir o processo de institucionalização do curso de graduação em História na Universidade de São Paulo. Por isso, algumas de suas caracterizações estão intercaladas com a presente dissertação, tendo em vista que professores como Eduardo D'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula também são figuras de destaque no congresso que leva a criação da ANPUH.

disputas que também serão registradas em alguma medida nos anais da ANPUH analisados no próximo tópico deste capítulo.

> A experiência nas cátedras ministradas pelos franceses e sua produção tem sido caracterizada como lugar de inovação e diferenciação daquilo realizado pelos "professores nativos"; a diferença entre os dois grupos residiria na produção historiográfica e na metodologia de sala de aula. Dentre os professores que pertencem a este recorte e que costumam ser associados à descendência da influência francesa, Eduardo d'Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula estão entre as figuras principais. A clivagem entre os dois grupos nesta universidade tem sido construída pela memória de seus professores e ex-alunos como composta por aqueles que se ligavam aos primeiros professores franceses e por outro lado por "conservadores" e "tradicionais", representados pelos docentes que ocupavam as demais cadeiras (Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plinio Ayrosa). Essas disputas decorriam de entendimentos diferentes acerca da teoria e metodologia da História e também da metodologia de sala de aula, a partir da qual a oposição entre novos e tradicionais surge com mais evidência nas entrevistas de professores e alunos da época. (COSTA, 2018, p.15)

Esse cenário de fragmentação pautado por disputas internas nas Faculdades de Filosofia era algo que ocorria nos principais centros acadêmicos de produção do conhecimento histórico no país. Isso é verificável a partir dos artigos levantados no texto *Clio no espelho: um estado da arte sobre a História dos cursos superiores de História no Brasil*, também escrito por Aryana Costa. Nesse balanço historiográfico, é possível acessar toda uma bibliografia que aponta, entre muitas outras coisas, para o seguinte fato político: as mudanças estruturais na educação brasileira, institucionalizadas principalmente a partir da agência do Estado, por meio das reformas, tensionavam o campo dos estudos históricos em prol da modernização desde a produção dos manuais do ensino secundário até as práticas de pesquisa e ensino das cátedras universitárias. Sendo que um dos principais produtos deste processo foram os embates políticos na Faculdade Nacional de Filosofia.

Nesta instituição, a aproximação entre as competências na História para com a formação do professor de História levou ao debate "sobre o fazer do historiador e a relação com sua própria realidade" (PEREIRA, 2010, p.05). De acordo com a dissertação de Ludmila Gama Pereira[4], mais precisamente em seu segundo capítulo intitulado *A Construção do saber histórico e o debate sobre a realidade Brasileira na universidade do Brasil (1959-1963),* o livro didático era um elemento central nessa disputa. Já que, tal como reivindica Maria Yedda Linhares[5], a FNFI, mais do que a USP, era o espaço de engajamento político institucional na formação do professor de História.

---

[4] A dissertação de Ludmila Gama Pereira é intitulada O Historiador e o Agente da História: Os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969). Foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

[5] Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) foi professora da cadeira de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Brasil, na década de 1960 foi perseguida pela Ditadura Militar, chegando a ser

> A grande diferença entre os colegas Paulistas e nós do Rio, residia na maneira de encarar o papel que cabia à Universidade no tocante à História. Aqui, pensávamos que tínhamos algo a fazer quanto a formação do professor de História para o Ensino Médio. É preciso não esquecer a presença entre nós de Anísio Teixeira, inclusive como professor de Filosofia, no departamento de Educação, motivando-nos a orientar parte do ensino de História Moderna e contemporânea para formar professores de melhor qualidade. (LINHARES, Maria Yedda Leite; 2001; p. 20 apud PEREIRA, Ludmila; 2010; 52)

No texto, Gama Pereira aponta que quadros da FNFI, especialmente novos professores no corpo docente como Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon, compreendiam "a pesquisa como parte fundamental no processo de ensino" (PEREIRA, 2010, p.53). Fazendo referência ao texto de Francisco Falcon em *Do Passado para o Futuro*[6], também referenciado no início do capítulo desta dissertação, a historiadora argumenta que os debates sobre o ensino de História no início da década de 1960 eram oriundos das "discussões fomentadas por intelectuais nos anos de 1940" (PEREIRA, 2010, p.53):

> Um período que começou entre 1959-1960 a 1968-1969 caracterizou-se por algum tempo em que as discussões fomentadas por intelectuais nos anos de 1940 se aprofundaram, mas que, no entanto, foram interrompidas bruscamente pelo golpe militar de 1964. Segundo o historiador, as discussões das décadas de 1940 e 1950 analisariam a realidade brasileira a partir de uma perspectiva dual que estabelecia a oposição entre um Brasil rural, arcaico, e um Brasil moderno, industrial. Tais teses versavam sobre a forma de desenvolvimento nacional e traziam análises para a superação destas diferenças dentro do país. (PEREIRA, 2010, p.53)

Nesse mesmo sentido de conciliação entre pesquisa e ensino, também é destacada no texto as considerações de Hugo Weiss. Professor de História da América na FNFI, lecionava também na escola de aplicação da Universidade do Brasil e no Colégio D. Pedro II. Argumentou, em texto intitulado *Por que estudar História?* publicado no *Boletim de História* da FNFI em 1959:

> Pouco adianta aos adolescentes conhecer a formação da estrutura agrária do Brasil no século XVI. Latifúndio, monocultura, escravidão, produção voltada para o mercado exterior, tomam forma quando o professor conduz sua turma na análise da evolução dessa ordem de coisas no correr de nossa História até os dias atuais (quando se cuida de transformar uma estrutura que economicamente está caduca, pois embarga o desenvolvimento do país) (WEIS, Hugo; 1959; p.71 apud PEREIRA; 2010; p.57)

A atuação desses professores da FNFI é importante não apenas porque nos oferece um modelo do que seria o professor pesquisador politicamente engajado em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. São relevantes, também, porque seus posicionamentos no

---

aposentada compulsoriamente e, por fim, exilada na França. Destacou-se na teoria e metodologia em História ao contribuir para obra Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia, juntamente com Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) e Ronaldo Vainfas.

[6] O artigo de Francisco Falcon encontra-se em *Do Passado para o Futuro – edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*, 2011, organizado por Raquel Glezer.

meio acadêmico levariam a cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFI a ser convocada para trabalhar na organização do primeiro simpósio de professores universitários de História que ocorreria em Marília em 1961. Nesse espaço, catedráticos de História, considerados progressistas ou não, congregariam sobre a metodologia e teoria que pautavam o trabalho do professor-pesquisador. Todavia, tal como veremos na análise dos anais desse primeiro congresso, nem todos os professores universitários no campo da História acadêmica estavam interessados em discutir o ensino e pesquisa em História nos termos que estavam sendo pautados no debate público sobre a reforma universitária no Brasil. Como veremos, as cátedras aceitariam o desafio de construir o campo dos estudos históricos em escala nacional a fim de controlar o que seriam os procedimentos técnico-científicos na produção do conhecimento histórico no país, algo sem precedentes na História da historiografia brasileira, mas não, contraditoriamente, permitiriam uma politização da ciência histórica cujo fim fosse a democratização do saber histórico por meio do engajamento dos professores universitários de História na luta pelo desenvolvimento do Brasil.

1.3. Os professores, os pesquisadores e a questão da reforma na Associação:

Imagem 1: Primeiro simpósio de professores universitários de História.

Foto histórica que mostra a primeira Diretoria da Associação de Professores Universitários de História, a atual ANPUH, criada em 1961, graças a uma Moção de autoria do Professor Lapa. Vê-se da esquerda para a direita: Prof. Lapa, Jorge Calmon (Bahia), Armando Souto Maior (Pernambuco), Alice Piffer Canabrava (São Paulo), Eremildo Luis Viana (Rio de Janeiro), Cecília Maria Westphalen (Paraná) e Antonio Camilo Faria Alvim (Minas Gerais).

Fonte: Memorial da Resistência da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Em texto publicado em 2011[7], na ocasião da comemoração dos 50 anos da ANPUH, Francisco Falcon descreve as necessidades e as aspirações que mobilizaram seus colegas para a fundação da Associação. Em seu testemunho, a discussão sobre o professor-pesquisador aparece alinhada ao debate curricular. Fica nítido que os professores da época pensavam que para a reforma do ensino de História no nível superior acontecer devidamente seria necessário atender à demanda imediata por regulamentação do trabalho do professor-pesquisador. Este profissional da História deveria ter alto nível técnico, sendo capaz de conduzir uma pesquisa histórica especializada e sobretudo em permanente colaboração com os seus pares na academia, ou seja, um sujeito capaz de produzir historiografia em diálogo com a comunidade historiadora nacional e internacional, tendo a Universidade, obviamente, como via de integração.

> Os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília haviam chegado â conclusão de que eram "insuficientes, para a formação do futuro pesquisador e professor de História, as matérias oferecidas no Currículo Mínimo e, sobretudo, defeituosa a sua distribuição atual, em que até cadeiras fundamentais são prejudicadas por outras de interesse menor. Tratava-se assim de estabelecer um currículo de diferente estrutura, mais de acordo com as necessidades do profissional de História. (...) Preferimos acreditar que se tratava de uma oportunidade ímpar de discutir com colegas de todo o país problemas do ensino universitário de História. Acreditávamos na sinceridade dos organizadores ao se dizerem animados pelas circunstancias de poder realizar "ab ovo" uma experiência que viesse a criar novas e mais amplas condições no ensino de História". Imaginávamos que se poderia aproveitar melhor essa oportunidade única a fim de aprofundar discussões bem mais variadas e importantes do que aquelas previstas para um simpósio com o objetivo de fazer uma revisão do currículo atual. Queríamos, na verdade, discutir a questão mais ampla da Reforma Universitária, já então na ordem do dia, e situá-la no âmbito específico dos cursos de História das faculdades de filosofia. (FALCON, 2011, p.02)

Contudo, se formos aos registros do primeiro simpósio, notaremos que embora houvesse acordo sobre a necessidade de uma reforma curricular, a sua extensão em relação ao corpo docente não era consenso entre os historiadores reunidos em Marília. Em relatório apresentado à plenária da ANPUH, Eduardo França [8]defende a manutenção do regime catedrático, mas chama a atenção para a necessidade da revisão do ensino, dos planos e todo o conteúdo programático da graduação de História[9]. Para França, considerar

---

[7] O Texto em questão é intitulado Memória e História. A Fundação da ANPUH. Foi publicado em Anais do XXVI Simpósio Nacional de História em julho de 2011.

[8] Eduardo D'Oliveira (1917-2003), no contexto do primeiro congresso de professores universitários de História, era catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Mais informações sobre sua carreira estão disponíveis em: https://historia.fflch.usp.br/eduardo-doliveira-franca.

[9] Nos anais do simpósio, o relatório de Eduardo França não tem título. Contudo, os seus principais elementos temáticos são: o ensino de História e o currículo do curso de graduação. Ademais, nos anais, consta apenas um resumo desse relatório, não sendo justificado noutro ponto desses registros o motivo pelo qual o texto não foi publicado nos anais em sua versão original, tal como foi o caso das outras relatorias. Todavia, vale salientar que a editoração dos anais da ANPUH, especialmente aqueles relativos aos simpósios da década de 1960 e 1970, foi feita por Eurípedes Simões De Paula, figura de liderança dentro

os problemas que os estudos históricos enfrentavam significava estar primeiramente cônscio sobre "a aceleração das mudanças" no tempo presente. Percebendo esse fenômeno, os historiadores deveriam mobilizar-se para aumentar a produtividade do seu campo, e não necessariamente politizar as condições de trabalho nele. Assim, o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa poderiam verdadeiramente ser capazes de acompanhar as mudanças sociais, sem cair em debates que, em sua análise, transformam a História em um saber perdido nas questões políticas nacionais. O melhoramento da ciência que busca o sentido do passado no presente não deve estar detido no debate político que atrapalha a sua ação investigativa. A História, como ciência do tempo presente, deve ter como objetivo geral a solução dos problemas sociais, apenas através do aperfeiçoamento de sua teoria e metodologia.

> As pesquisas do passado são suscitadas por problemas da atualidade. É a necessidade do presente que marca o ponto de partida para a pesquisa. A História deve preferir a problemática da atualidade, deve corresponder às solicitações do espírito contemporâneo em torno dos problemas sociais, etc. Depois de um século de pesquisa, a historiografia se intensificou, multiplicando seus campos de indagação, desenvolvendo-se em profundidade e alargando-se no espaço. Acumulou-se uma massa de sabedoria que desafia a capacidade do indivíduo traz a necessidade da especialização. A História passou a cuidar de todas as manifestações da vida humana. As áreas de investigação multiplicaram-se. A mundialização da História substitui a europeização. A multiplicação contínua dos trabalhos históricos torna importante o estudo da historiografia e a sua constante revisão. O trabalho exigido do historiador é quase esmagador. Essa situação leva-nos a concluir, que não se pode ensinar toda a História numa Faculdade de Filosofia deve-se escolher o que ensinar. É preciso também não ensinar o que já se sabe. Impõe-se a revisão dos conhecimentos para atualização constante dos ensinamentos. A escôlha do que se vai ensinar liga-se à idéia de que os alunos vão escolher o que guardar. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 104)

A partir dessa análise, França defendeu o regime catedrático, pois esse sistema seria capaz de assegurar a liberdade necessária ao docente, permitindo-lhe escolher os conteúdos que deveriam ser ensinados na Faculdade de Filosofia. Segundo ele, prescindir do sistema de cátedras seria algo extremo, pois os problemas ligados a esse sistema poderiam ser solucionados com a simples reforma no concurso para o cargo de catedrático, assim como também com a exclusividade de cátedras de História no departamento do curso, procedimento que em sua perspectiva solucionaria os problemas relacionados com a insuficiência técnica e de pessoal no corpo docente, ao seu ver a única dificuldade real do sistema catedrático.

Dessa forma, no relatório de França, a regulamentação do professor pesquisador é mais qualitativa do que estrutural. Logo, trata-se de reformas pontuais, conservadoras

---

da Associação com quem os registros do simpósio demonstram ter estado em discordância com o professor Eduardo França.

naquilo que dizia respeito à preservação de cargos de autoridade dentro da burocracia. Assim, para França, proceder com moderação na matéria da reforma era muito mais atrativo do que a tarefa de reconfigurar da base ao topo toda a burocracia ligada à docência nas Faculdades de Filosofia. Ainda assim, é interessante notar que as atribuições necessárias ao professor universitário de História, ainda segundo o relatório de França, são muito distintas da identidade do professor catedrático, criticada por seus pares nesse primeiro simpósio e qualificada como científica e pedagogicamente improdutiva. Em suma, ao defender o regime catedrático, Eduardo França expôs a necessidade de um novo tipo de docente, profissional que, contraditoriamente, só o fim do regime catedrático foi capaz de trazer.

> As atividades e comportamentos docentes tem que mudar. É preciso renunciar a dar matéria ou toda a matéria; e em lugar de matéria dar técnica de trabalho. O professor- deve procurar levar o aluno à reflexão, à busca, à procura da resposta, a problemas que lhe são postos. A matéria deve ser dada como pretexto para transmitir uma técnica, desenvolver o espírito crítico do aluno; a aula como maneira de despejar conhecimentos é discutível e sua utilização deve ser revista. A mudança no modo de encarar a aula aumenta a responsabilidade do professor, que deve atualizar-se e deve escolher o que vai dar. O aluno deve ser levado a saber não o que o professor sabe, mas o que pertence à sua vida. O ensino dado não deve ser o semelhante ao de outras áreas culturais, mas deve corresponder, no Brasil, às realidades sócio-culturais do momento. Não convém reeditar formas válidas do exterior. Para nós, a História do Brasil, a História Regional, deve marcar o ensino da História. As outras Histórias fornecerão experiências que podem ser transferidas ao campo da historiografia brasileira. Necessário é valorizar a História do Brasil, valorizando os homens que somos, a cultura que podemos criar. Precisamos de libertar-nos do colonialismo em que temos vivido no campo da História também - diante de outros países. Devemos criar um sistema que corresponda às nossas necessidades e não transferir para cá sistemas estrangeiros. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 104-105)

É, justamente, por conta dessa contradição que a proposta de Eduardo França encontrou oposição dos historiadores reunidos em Marília. Exemplo disso, Maria Yedda Linhares, que no debate suscitado pelo relatório de França, seria a primeira a respondê-lo e criticá-lo.

> Há confusão entre liberdade de cátedra, cátedra vitalícia e professor catedrático. A supressão da cátedra vitalícia não envolve a liberdade do professor. Considera que o relator dá uma solução deficiente, falando, de um lado, em "cátedras de História", sem maior especificação, mantendo, por outro lado, o sistema atual de cadeiras. Falando na perspectiva brasileira de História, afirma que esta é uma perspectiva da História mundial, através de uma historiografia brasileira sem depender de outras historiografias estrangeiras. Nem por isso perde-se de vista que o Brasil esteja dentro do mundo. Sôbre a plasticidade do currículo, a Professôra é de opinião que devemos advogá-la. O sistema americano não perde em qualidade pelo fato de o "College" preparar os alunos para a Universidade. Pode-se suprir a falta de preparo do estudante através de um curso preparatório. A Universidade de Brasília e a Universidade do Ceará, foram planejadas na base de plasticidade. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 112)

Juntando-se à crítica de Yedda Linhares, estavam Olga Pantaleão [10]e Cecília Westphalen[11]. Pantaleão afirmou que o debate sobre as cátedras fugia ao temário cujo eixo deveria ser a discussão sobre o lugar de História Moderna e Contemporânea no currículo da graduação, assim como também sobre as questões historiográficas e pedagógicas pertinentes nessa discussão. Ainda assim, não deixou de cobrar esclarecimentos sobre a proposta de França de criar mais cátedras de História, o que indica um acordo com a necessidade de especialização e não necessariamente com a manutenção do regime catedrático. Já Westphalen, concordando que as mudanças no currículo colocavam em debate questões estruturais, usou justamente a defesa da livre docência feita pelo relator para afirmar que o professor catedrático deveria perder o caráter vitalício do seu cargo, devendo mantê-lo apenas através da sua produtividade. É interessante notar que embora não atacassem diretamente a legitimidade do regime catedrático no mesmo grau que Yedda Linhares, as professoras, e somente elas nesse debate com França, endereçaram a incompatibilidade desse tipo de cargo docente para com as demandas do ensino e pesquisa que foram delineadas nessa relatoria e em todo o primeiro simpósio.

Na contracorrente dessa crítica, as respostas de França às professoras são duras. Partindo da premissa de que as objeções são produto de concepções políticas diferentes sobre a atividade docente, e não sobre a funcionalidade do sistema catedrático, França argumenta que a atividade essencial do professor é formar o espírito do aluno. Sendo assim, a discussão sobre a capacidade do catedrático de cobrir todos os conteúdos programáticos da graduação seria algo secundário. Em virtude disso, para França, a especialização se realizaria de maneira contínua, individual, não demandando assim uma abordagem demasiadamente conteudista, por isso carente de profundidade, de sentido pedagógico. Dirigindo-se diretamente à Maria Yedda Linhares, França é mordaz em seu conservadorismo, intercalando a oposição ao regime catedrático com o ataque à liberdade do espaço universitário. É importante assinalar que a discordância entre esses professores

[10] Olga Pantaleão foi parte do grupo fundador da FFCL de Marília, onde atuou como professora de História entre 1959 e 1975. Foi orientada por Jean Cagé, historiador que fez parte da missão francesa na USP, tendo defendido tese de doutorado sob sua supervisão em 1944. Esteve presente também na banca examinadora do doutoramento de José Roberto Amaral do Lapa. Mais informações sobre sua carreira em: https://www.historiografia.com.br/ind/15.

[11] Cecília Westphalen (1927-2004) era professora da Universidade Federal do Paraná, sendo catedrática de História Moderna e Contemporânea. No final da década de 1950, pós graduou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia na Alemanha Oriental. Mais informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cec%C3%ADlia_Maria_Westphalen

representa aqui, em escala menor, as divergências programáticas entre os alguns quadros da FFLCH-USP e da FNFI.

> Os partidários da extinção da cátedra caem numa espécie de sofisma: extingue-se a cátedra mas fica o catedrático. O relator é favorável à cátedra, porque a supressão da mesma coloca o professor à mercê de grupos universitários políticos ou econômicos, e, então, desaparece toda a liberdade. Critica, sim, certas formas no exercício da cátedra e sugere a correção dos defeitos. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 115)

Por outro lado, os professores, quando não se abstinham de discutir as considerações sobre o regime catedrático feitas nessa relatoria, atendo-se apenas ao debate curricular e historiográfico, assumiam posições inclusive mais conservadoras do que Eduardo França em relação à regulamentação do professor pesquisador. Este é o caso de Guy de Holanda e do Padre Emílio Silva. O primeiro qualificou o cargo de catedrático como um grau maior da carreira universitária, sendo assim pertinente ao debate apenas na medida em que fosse discutida sua maior estabilidade funcional. Logo, não se tratava de algo a ser dispensado na nova organização docente, porém sim ampliado em número, tal como foi proposto por França. No mesmo sentido, argumentou mais extensamente o Padre Emílio Silva, opinando que a especialização já se dava no campo da pesquisa, no qual trabalhavam os professores assistentes, não sendo pertinente estendê-la ao catedrático. Para o padre, era uma qualidade positiva que o catedrático concentrasse o ensino de várias áreas em suas atribuições, pois essa liberdade era a garantia da unidade formativa no currículo da graduação de História. De fato, as únicas exceções naquilo que diz respeito ao posicionamento dos professores sobre o regime catedrático vem de figuras de liderança dentro da Associação e no mundo acadêmico daquele período: Eurípedes Simões De Paula e Eremildo Vianna.

No caso de Simões De Paula, sua crítica ao "mandarinato"[12] dos professores que nada produzem e não deixam os seus assistentes produzirem é mais contundente em seu pragmatismo político do que as considerações de Maria Yedda Linhares. Sem se referir ao professor Eduardo França, em sua própria relatoria intitulada *História Antiga e História Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira*, Eurípedes Simões elabora seu último tópico com o título de *O Professor de História*. Nele, o professor, que era diretor da Faculdade de Filosofia de Marília, argumentou sobre a necessidade do regime de dedicação exclusiva, noutras palavras defendeu a modernização total da docência na graduação de História.

> Somos francamente favoráveis ao tempo integral, à dedicação plena dos professôres às suas especialidades. Não podemos mesmo compreender -

[12] O termo "mandarinato" tem aqui o sentido correlato àquele encontrado no livro de Fritz Ringer: *Declínio dos Mandarins alemães: a Comunidade Acadêmica Alemã 1890 – 1933* (1969).

> somente as necessidades econômicas poderiam justificar que professôres possam ministrar aulas de sua especialidade em diversas Faculdades, com uma sobrecarga enorme de trabalho. O ideal seria que também os alunos pudessem participar dêsse regime de trabalho. Com a federalização crescente das nossas Faculdades, pensamos que não seria difícil obtermos êsse regime de trabalho para todos os professôres e mesmo as Faculdades particulares pôr em tempo integral algumas de suas secções, precisamente aquelas que estivessem melhor aparelhadas. Com êsse regime de trabalho de dedicação plena aos alunos e às pesquisas, os professôres que não produzissem deveriam ser afastados, deveriam ser devidamente "arquivados" no funcionalismo, mas não no ensino. Nestas condições, nos manifestamos frontalmente contrários ao "mandarinato" de certos professôres que nada produzem e não deixam os seus assistentes produzirem. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 87-88)

As suas palavras indicam seu poder político dentro da Associação, tendo em vista que sua relatoria foi elaborada em conjunto com os membros da primeira diretoria da ANPUH. Por isso, o que se seguiu às suas considerações, além de tímidas concordâncias dos professores Franciso Falcon e Hamilton Leite, foi apenas a discordância de Eduardo França, que persistiu afirmando que a ampliação das cátedras seria capaz de solucionar o problema relatado por Eurípedes, sem a necessidade assim de criar um regime de dedicação exclusiva para todo o corpo docente.

No caso da relatoria de Eremildo Vianna, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, sua fala é oposta à opinião de Emílio Silva, que defendeu a liberdade de cátedra como condição para a unidade formativa do ensino de História. Para Viana, a manutenção dessa centralização não deve ocorrer, pois parte de uma pretensão teórica em prol da síntese do conteúdo da graduação de História, o que na prática seria irrealizável. Essa pretensão, para Eremildo Vianna, partiria de uma concepção hierárquica sobre as matérias dedicadas ao estudo do fato histórico, assim como também sobre o papel do historiador e do professor de História. Em sua análise, essas separações na pesquisa e no ensino levavam ao retrocesso no curso de História.

> Preliminarmente, é indispensável que se diga da inconveniência da expressão matérias auxiliares e matérias complementares de História ao se tratar das disciplinas que nos permitem melhor acesso, maior compreensão e mais convincente interpretação do documento, bem como melhor situação e definição do fato histórico. (...) É o pensamento dos que, como Bauer e outros, têm estudado a metodologia científica da História. Coisa quimérica, pois não se pode exigir do historiador que seja, culturalmente, um super-homem. O que dêle se quer exigir, e se deve exigir, como do professor de História, é que saiba de quem e do que se possa servir para cumprir o seu verdadeiro mister. Tem-se desejado, inutilmente, porque se tem ficado apenas em teoria, pois na prática é irrealizável, levar a especialização, no tocante ao historiador e ao professor de História, a um conhecimento amplo de um número absurdo de matérias. O próprio conhecimento histórico tem sofrido retrocesso, ou, se tem ressentido de tal falha, ou êrro de visão. Convenhamos que a preparação técnica seja longa, mas que a disposição da mesma através de currículos pomposos não venha prejudicar ao conhecimento da própria História, sob pretexto de se dar ao historiador a possibilidade de se servir de uma série de técnicas ou de ensinamentos decorrentes de uma série de disciplinas. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961; p. 144-145)

Tendo em vista todo esse debate sobre o tipo de professor adequado ao ensino e pesquisa de História na Universidade, algumas moções do primeiro simpósio consistem em resoluções focadas na criação de novas condições de trabalho para o docente. Contudo, a continuidade do regime catedrático é propositalmente deixada de lado nas moções apresentadas. Ainda assim, seria um equívoco afirmar que as deliberações partidas desse simpósio não contribuíram para a regulamentação do trabalho do professor universitário de História.

Em primeiro lugar, temos moção de José Roberto do Amaral do Lapa [13]solicitando a criação da Associação dos professores universitários de História. Não há ali mera formalidade que apela por continuidade daquele tipo de mesa redonda entre historiadores. Na moção de Amaral do Lapa, há o reconhecimento de que os historiadores, embora em profundo desacordo sobre a extensão da reforma, necessitam ainda sim de um espaço social, território através do qual possam debater o sentido das práticas intelectuais que caracterizam o seu campo carecido de unidade e a função social dos historiadores profissionais perante a sociedade civil. Aparentemente, essa consciência política em prol da coesão era ponto pacífico, porque dois dias depois da moção de Amaral do Lapa, França, defensor do sistema catedrático, submete moção na qual os professores da Associação se dirigiam ao poder público, a fim de exigir que seja instalado o regime integral. Certamente, temos aqui registro esclarecedor da dinâmica das relações de poder entre os historiadores acadêmicos, pois nele vemos um professor que defendeu o sistema catedrático no debate com seus pares, sendo posteriormente autor de uma moção em prol da modernização do quadro docente.

> Os componentes do I Simpósio de Professôres de História do Ensino Superior de Marília, dirigem-se ao senhor Ministro da Educação, aos Governos Estaduais e aos Reitores das Universidades Brasileiras, para, data vénia, solicitar que, dentro dos altos interêsses do ensino, seja concedido o mais breve possível a Professôres de História das Universidades e Faculdades isoladas o regime de tempo integral, visto estarem convencidos de que êste regime é o único que proporciona condições favoráveis ao ensino, e, em particular, à pesquisa, considerando sobretudo que esta tem sido grandemente prejudicada pelo fato de os docentes não terem condições para a ela aplicarem-se com dedicação plena. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.289)

Estavam conciliadas a essa proposta, moções de críticos da relatoria de França durante o simpósio. Esse era o caso de Cecília Westphalen que propôs que a Associação recomendasse às autoridades competentes a separação dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia. Inclusive, os professores com diferentes posicionamentos

[13] Foi fundador do Centro de Memória da UNICAMP, sendo também professor do departamento de História dessa universidade, no mais foi orientado por Sérgio Buarque de Holanda com tese intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia* em 1966.

sobre o ofício do professor universitário pareciam colocar suas divergências mais profundas sobre o regime catedrático de lado em questões diretamente vinculadas à geração de vagas para historiadores nos quadros da universidade. As demandas por emprego e estabilidade financeira pareciam se sobrepor às desavenças relativas ao sistema catedrático. É exemplo disso a moção 10 que contou com amplo apoio [14]e solicitava a revogação da portaria 478 de 8 de junho de 1954, legislação que permitia a licenciados de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais o registro também como professores de História. A despeito de discordarem sobre as questões relativas ao trabalho do professor pesquisador, os historiadores estavam unidos para delimitar a exclusividade dos seus postos de trabalho na educação superior e básica.

No congresso seguinte, realizado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná no ano de 1962, os debates mais abertos sobre o trabalho do professor pesquisador e o regime catedrático cederam lugar ao aprofundamento das discussões curriculares, organizadas sobre o tema geral da propriedade no Brasil. Contudo, quando as caracterizações sobre as atribuições necessárias ao professor universitário aparecem na documentação, elas são apresentadas de acordo com o posicionamento dos professores que criticavam o sistema de cátedras. Fato é que no discurso de instalação do II simpósio, Cecília Westphalen, presidente da comissão executiva desse congresso, escreve o texto de abertura com uma crítica à comunidade dos historiadores acadêmicos. Nela, responsabiliza os eruditos e os diletantes por produzirem um conhecimento histórico politicamente defasado, fundamentado em teorias positivas, exageradamente centradas em uma análise do social a partir do Estado, com discursos unilaterais que não dialogavam com as demandas sociais e científicas daquele período. É notável como em sua crítica, a ineficiência do diletantismo e erudição serve como premissa para uma nova agenda de pesquisa, que deveria ser desenvolvida por um novo tipo de professor pesquisador.

> Esta Associação tardava, porém, chegou ainda em hora oportuna para fazer viver o estudo e a pesquisa histórica no Brasil em um plano outro que não o da simples erudição ou do diletantismo. (...) Não culpemos porém somente a atmosfera tecnológica do mundo em que vivemos. Teremos nós, os historiadores, procurado fazer algo de positivo no sentido de integrarmos cientificamente a História à realidade dos nossos dias? Teremos adotado uma. atitude nova que nos possibilite participar ativamente da vida do nosso tempo? Ou teremos apenas, uns, nos limitado a dar simplesmente atenção, tal como se fez no passado, à ação superficial dos políticos e dos diplomatas? Não teremos,

[14] Os professores que assinaram essa moção foram Eremildo Luiz Vianna, Antônio Camillo de F. Alvim, Jorge Calmon, Guy de Hollanda, Eduardo D'Oliveira França, Othelo Laurent, José Eruesto Ballstaedt. Fernando Sgarbi Lima, Leda Maria P. Rodriguesm Maria Clara R. T. Constanttino, Cecília Maria Westphalen, Olga Pantaleão, Altiva Pilatti Balhana, Amélia Americano Franco Domingues de Castro, Astrogildo Fernandes, Manoel Casasanta, Hamilton Leite, Paulo Pereira de Castro, Oswaldina C. Gomes, Nilo Garcia, Maria C. M. Ribeiro, Uacury R. de Assis Bastos, Francisco J. C. Falcon, Pe. Júlio D. Lopes, Pe. Carl F. Laga, Emília T. A. Ribeiro.

> outros, por ventura, ignorado a unidade cultural que é muito mais ampla e mais profunda do que aquela do Estado? talvez tenhamos apenas, e comodamente, nos limitado a condenar a História historizante ... Tôda ciência não cessa de definir-se de novo, de procurar-se, de encontrar-se finalmente. Teremos nós buscado êste encontro? É preciso que vivamos a inquietação da procura. E na História nada deveremos rejeitar da contribuição das ciências sociais vizinhas, nem das aperfeiçoadas técnicas postas à nossa disposição pela ciência contemporânea, a fim de fazermos da História não a ciência do passado, mas a ciência do processo cultural humano, na medida em que êste possa ser estudado pela evidência documental, entendendo-se documento no sentido que lhe deu Lucien Fêbvre, isto é, tudo aquilo que sendo do homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a sua presença, enfim as atitudes e as maneiras de ser do homem. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1962; pg. 22)

Contudo, fora a crítica no texto de reabertura de Westphalen, inexistem no segundo congresso comunicações, relatorias e votações dedicadas exclusivamente ao debate sobre a reforma do corpo docente de História na Universidade. Os debates mais concentrados na discussão curricular do que na organização burocrática dos departamentos, continua sendo a norma no III simpósio, realizado em 1965, em Franca, estado de São Paulo. Esse congresso foi organizado por Eurípedes Simões de Paula, responsável também por editar os anais e que se tornaria presidente da Associação a partir daquele ano.

Após a crise política nacional que levou ao golpe militar de 1964, a Associação chefiada por Simões de Paula volta a se reunir para debater “Artesanato, Manufatura, Indústria e Fontes Primárias a História”. Nenhuma letra, nem ao menos as curtas frases de uma moção extraordinária, são escritas para denunciar o golpe sofrido pela democracia brasileira. O clima de reforma, o nacionalismo que imputava como dever cívico a integração do historiador a luta por resolução dos problemas sociais, somem em extensos relatórios sobre corpos de fontes relativos à Roma Antiga. A discussão sobre as competências do professor universitário limitou-se ao debate pedagógico acerca do valor dos seminários no ensino de História.

Em 1965, os historiadores fazem do III simpósio a produção mais vasta até aquele momento, mas também a mais vazia em termos de engajamento político em relação ao autoritarismo militar. Esse fato faz com que a Associação de professores, naquele momento, parecesse muito mais uma sociedade de bacharéis do que licenciados, ou seja comportam-se como eruditos e literatos elitistas, ao invés de técnicos, professores e cientistas, profissões cujos fundamentos exigem um compromisso com a razão, a verdade e sobretudo a democracia. A moção de abril de 1965 é ilustrativa.

> Fica resolvido que a APUH procure atingir os poderes públicos, no sentido de que seja processada toda Repartição Pública que destruir papéis, sem que os mesmo tenham sido antes examinados por uma comissão competente. Franca, Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1965. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1965, p.599)

Inexistem nas moções do III simpósio, tampouco em suas conclusões, qualquer tentativa da ANPUH de pautar como deveria ser regulamentado na reforma universitária o trabalho do professor-pesquisador. Como explicar a inexistência de engajamento nesse tópico que foi de primeira ordem para a formação da Associação? Ou, considerando a crítica contra queima de papéis por repartições, como compreender as razões que convertiam o engajamento da Associação numa ação tão tímida? Obviamente, os anais não fornecem explicações objetivas para a abstenção da Associação do debate público sobre as reformas naquele início de ditadura, tampouco há explicações nos registros do porquê a conquista do Estado pelos militares em 1964 não foi pauta do congresso de historiadores que testemunharam esse evento.

Contudo, se nos voltarmos brevemente para o dossiê sobre Eurípedes Simões De Paula, elaborado por Janice Theodoro (2009)[15], é possível tentar obter indícios que nos ajudam a compreender essa nova postura da ANPUH em relação ao debate sobre a situação política do país. Em tópico intitulado *Os dilemas de um humanista na década de 1960: o homem e seu tempo*, Theodoro descreve o contexto político da primeira metade da década 1960 e a atitude de Eurípedes Simões em relação a esse contexto nos seguintes termos.

> Em 1963, o professor Eurípedes avaliava a conjuntura nacional e internacional e alertava seus colegas e alunos sobre as consequências dos confrontos radicais tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista acadêmico. Estávamos diante de uma encruzilhada em torno da qual os diversos setores da sociedade brasileira se posicionavam, a partir de modelos cristalizados, portanto, sem as condições necessárias para a construção de interlocutores. O clima era tenso. A sua postura era clara. Ele não acreditava em mudanças abruptas. O professor apostava na educação como o grande divisor de águas capaz de transformar o Brasil, o que exigia tempo, especialmente no Brasil, onde grande parte da população não sabia ler ou lia com muita dificuldade. Portanto, para se tornar um homem com capacidade de constituir uma sociedade democrática, na sua perspectiva, não bastaria incluir esta palavra e outras com sentido equivalente no vocabulário da vida política. Para realizar essa tarefa era necessário um longo trajeto cujo início correspondia à compreensão crítica de si mesmo, para em seguida desenvolvê-la no campo do social e do político. (THEODORO, 2009, p. 48)

Evidentemente, essa caracterização do professor Eurípedes é insuficiente para o entendimento de sua agência sobre a ANPUH, pois não nos ajuda a verificar sua relação, enquanto presidente da Associação, com o silenciamento sobre o debate acerca do ofício do professor pesquisador. Em verdade, o dossiê da professora Janice Theodoro contribui para uma interpretação histórica que apresenta o Simões De Paula e a Associação como indivíduo e instituição enfocados no debate puramente científico. O que está sendo

[15] Janice Theodoro é professora do departamento de História da USP. Seu artigo intitulado *Eurípedes Simões de Paula (1910-1977)*, que integra o dossiê Eurípedes Simões de Paula, foi publicado no número 160 da Revista de História.

desenhado, e proposto no dossiê, é um *éthos* profissional para o historiador, o que nos leva ao centro dos debates daquele que parece ser o grande tema em disputa na comunidade historiadora da época.

> A criação, em 1961, na cidade de Marília, da Associação Nacional de Professores Universitários de História corresponde à segunda vertente entre as diversas preocupações do professor Eurípedes. Ele acreditava ser necessário organizar os professores universitários em torno de uma Associação. Organizados eles disporiam de condições tanto para a troca de informações como para o debate sobre as proposições em pauta, favorecendo o desenvolvimento da pesquisa e a sua atualização ainda que eles estivessem dispersos por todo o território nacional. (THEODORO, 2009, p. 34)

Enfim, apenas coligindo o dossiê da professora da FFLCH[16] com a bibliografia especializada sobre a ANPUH, conseguimos ter uma visão mais geral sobre as contradições que surgem ao tentarmos entender as mudanças no sentido dos debates da Associação, a partir da memória construída sobre Eurípedes Simões de Paula. Primeiramente, a imagem de democrata, logo defensor da pluralidade no espaço universitário, construída para Simões De Paula contrasta com fatos políticos estabelecidos e verificados na História da Historiografia. Para exemplificar, é fundamental o diálogo com o trabalho de Wagner Geminiano[17], que analisa a História da ANPUH, caracterizando a posição de Simões De Paula da seguinte maneira:

> Simões de Paula comandava a ANPUH "com mãos firmes" desde o congresso de Franca, realizado em 1965. Foram "doze anos ininterruptos no exercício da Presidência" interrompidos pelo trágico acidente de ônibus – um ônibus desgovernado o atropelou enquanto caminhava por uma das ruas de São Paulo – que o levaria a óbito, três dias depois, em um hospital paulista. A morte de Simões de Paula representou, por um lado, um duro golpe na estrutura hierárquica da ANPUH, que caminhava para a vitalicidade sob o seu comando, tal qual o sistema de cátedras na USP do qual havia sido um dos principais expoentes, senão o principal. Por outro, a sua morte possibilitou uma inflexão e a abertura para uma gestão mais democrática e plural, a partir do biênio 1979-1981, quando a Associação foi presidida ainda por um dos expoentes fundadores, vindo também dos quadros da USP, a Prof. Alice Piffer Canabrava. (GEMINIANO, 2020, p.49)

Ademais, essas interpretações demasiadamente focadas na agência individual, mesmo que no caso de Simões De Paula que era uma figura dirigente na Associação, acabam esvaziando a autonomia da Associação enquanto instituição política, ou, no pior dos casos, reduz a complexidade dos debates ali travados, subordinando o sentido da sua trajetória na década de 1960 ao posicionamento político de um único intelectual. Justamente por isso, para compreender a mudança no tom dos debates, é preciso

---

[16] Eurípedes Simões De Paula foi diretor da FFLCH.

[17] O trabalho em questão trata-se da Invenção da Historiografia Brasileira e Profissional – Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. Tese de doutoramento de Geminiano em História, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e publicada comercialmente em 2020.

aprofundar a análise em relação aos silenciamentos na documentação que a própria ANPUH nos legou, verificando como os conflitos entre os quadros que moldam a política interna e externa da instituição influenciaram o silêncio geral dos historiadores da Associação sobre a reforma universitária.

De fato, os debates registrados nos anais evidenciam a escolha da ANPUH em reformar a graduação de História no ensino superior, assim como também demonstram como os historiadores da Associação, em aparente maioria, decidiram empreender essa tarefa sem mergulhar na discussão sobre a reforma universitária. Essa, sem dúvida, é uma particularidade interessante nas políticas institucionais da ANPUH na década de 1960.

Tendo em vista essa característica, para compreender melhor em que sentido a escolha por um engajamento político tímido influenciou a trajetória da Associação, precisamos retornar ao exame de elementos do momento em que essa forma de lidar com os problemas da universidade ainda não havia sido escolhida como caminho a ser seguido pela organização: o primeiro simpósio da ANPUH em 1961.

Imagem 2 - Maria Yedda Linhares no primeiro simpósio em 1961. Ao seu lado esquerdo, de óculos, está Francisco Falcon.

Fonte: Ficheiro Simpósio dos Professores de História por MDFalcon no site Wikipédia.

Nesse congresso, foi apresentada a relatoria de Maria Yedda Linhares cujo título foi *O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de História*. Rodrigo Patto Sá Motta, em *As universidades e o Regime Militar* (2014), demonstra como esse debate ocorria na sociedade:

> Um dos problemas mais sentidos e mais criticados nos debates dos anos 1960 era a estrutura básica das universidades. Elas eram organizadas em torno dos professores catedráticos, docentes prestigiados e bem-remunerados, com total

> poder sobres as respectivas áreas de saber. Os catedráticos tinham a prerrogativa de selecionar pessoalmente seus assistentes, professores e pesquisadores, bem como de definir os programas de ensino. Além disso, os catedráticos controlavam as estruturas decisórias principais, as congregações e os conselhos universitários. (...) Em contraste com o imenso poder dos professores catedráticos, os outros docentes, instrutores, auxiliares, e assistentes recebiam magros vencimentos e eram forçados a acumular aulas em várias instituições. Essa situação resultava em escassa produção de pesquisa e conhecimento, com professores ausentes e desmotivados. (...) De certo modo, a denominação "universidade" era imprópria, pois existia, na verdade, uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas. (MOTTA, Rodrigo; 2014; p. 66-67)

O relatório de Maria Yedda Linhares parte de uma premissa simples: o debate sobre a formação do professor é inseparável do debate nacional sobre a reforma universitária.

> O tema de nossa exposição, colocado num plano mais restrito, prende-se a um dos objetivos específicos das Faculdades de Filosofia: o da formação de professôres de História para os estabelecimentos de educação média. Visto, entretanto, dentro de suas perspectivas mais amplas e no conjunto dos problemas que envolvem a instituição Faculdade de Filosofia inserida no âmbito geral da Universidade, inclui-se forçosamente entre os principais problemas com que se defrontam os educadores brasileiros na atual conjuntura do ensino superior em nosso país. Para sermos precisos: a formação do professor de História, no momento em que se debate em todo o Brasil a Reforma Universitária, não constitui assunto que possa ser isolado do quadro geral das Faculdades em que se insere, da mesma maneira em que a função, ou seja, as funções das Faculdades de Filosofia, só podem ter sentido se encaradas no contexto da Universidade e esta no corpo da sociedade da qual emerge e para a qual se destina. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.161)

Partindo dessa premissa, Yedda Linhares delimita o problema da reforma, argumentando que ela não é uma realidade que está por vir, porém sim um fenômeno que já está presente no sistema universitário. Chama atenção para o projeto de reforma em curso na Universidade de Brasília, assim como também na Universidade do Ceará, instituições que anos mais tarde sofreriam forte intervenção do regime militar[18]. Por fim, qualifica a reforma como um desafio histórico do qual o desfecho, positivo ou negativo, definiria o destino do país.

> A palavra "reforma" assume ares de "prima dona" e aplica-se como passe de mágica para a solução de todos os nossos males sociais, econômicos e políticos, refletindo, dêsse modo, as transformações E:struturais da sociedade brasileira em que se chocam a realidade das novas condições e as sobrevivências de instituições inadequadas. A atual fase de desenvolvimento da nação brasileira está a exigir os instrumentos capazes de incentivar e acelerar o processo desencadeado, sob pena de, ao ser êle asfixiado por carência de meios, desmoronarem-se as esperanças brasileiras de auto-determinação política, independência econômica e justiça social. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p. 162)

---

[18] Para um panorama geral da intervenção militar nas Universidades, ler *A Face Modernizadora*, *O Novo Ciclo Repressivo* e *Os Resultados das Reformas* em *As Universidades e o Regime Militar* (2014) escrito de Rodrigo Patto Sá Motta.

Nessa perspectiva, Linhares define que o debate curricular e a elaboração de novos objetivos educacionais devem estar ajustados ao processo histórico do país, noutras palavras, a reforma da graduação de História, e por conseguinte da universidade, deve estar conjugada às aspirações do nacionalismo desenvolvimentista. Caso essa adequação não ocorresse, a penalidade histórica sob a Universidade seria grave, pois a instituição perderia completamente sua capacidade de mobilizar a sociedade civil, assim como também de cumprir a sua função social de formação cívica. A mensagem era clara: os quadros da universidade pública que não estivessem politicamente engajados na luta pela reforma, perderiam o controle desse processo político, assim como também da capacidade de enunciar as soluções politicamente aceitas pela população para os problemas sociais. Caso os historiadores se enclausurassem em seus conclaves, para Yedda Linhares, perderiam a base institucional necessária para projetar com sucesso seus posicionamentos no debate público, ou seja, deixariam de cumprir a sua função como parte da intelectualidade, categoria pensante da sociedade civil. Por fim, apesar de não ter lhes apresentado um projeto de reforma universitária, Maria Yedda Linhares aparece nos anais da ANPUH chamando os historiadores da Associação para o cumprimento do seu dever cívico como educadores.

> Caso contrário, as funções que lhe competem correrão o risco de serem exercidas - como aliás já se vem observando ultimamente, - fora da escola e, em muitos casos, no estrangeiro. Por falhar a Universidade na sua capacidade de atendimento às novas exigências e de propulsão do processo histórico, em virtude de ainda se ligar a um passado que dia a dia desaparece na realidade dos novos fatos, deixou ela de ocupar o lugar que lhe cabe, quer na elaboração técnico-científica de que necessitamos, quer na ação intelectual criadora e recriadora através da formação dos quadros técnicos, profissionais e artísticos. Não é este, entretanto, o momento oportuno para enumerarmos os males do ensino superior nem tampouco para propormos a solução da Reforma Universitária. Julgamos apenas conveniente lembrar aqui a nossa posição como educadores e nosso dever de participar nos acontecimentos, colocando nossas idéias em sintonia com os tempos que vivemos. Do contrário, ficaremos à margem da História, como no passado. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.163)

Decerto, para a relatora, a reforma universitária era um fato político consumado, não mais uma possibilidade histórica a ser delegada aos projetos futuros do poder estatal. Discuti-la era, em sua opinião, questão de sobrevivência para os professores universitários de História. Afinal, a esse debate estaria alinhado à interpretação sobre o sentido político das Faculdades de Filosofia no Brasil. Por isso, em sua relatoria, Linhares discorre sobre a relação histórica entre a reforma e as Faculdades de Filosofia, remontando-a aos anos 1930. De acordo com ela, em princípio, a reforma aspirava a construção de um sistema cuja unidade se daria a partir do ensino profissionalizante. Contudo, esse horizonte pedagógico perdeu-se, quando o caráter isolado das instituições

lhes preservou como espaços de ensino dedicados unicamente à formação de trabalhadores intelectuais. Essa estruturação transformava a Universidade em um projeto irrealizável, porque a inexistência da unidade era indicativa de uma realidade social onde os privilégios das elites tinham primazia na organização do ensino. Para a professora Yedda Linhares, a manutenção do isolamento era o reflexo de um país que ainda não havia, na década de 1930, trilhado os caminhos do desenvolvimento, não podendo assim otimizar as instituições de ensino superior de acordo com os interesses da nação.

Todavia, na década de 1960, a sociedade brasileira havia mudado. As cidades cresceram, com elas as escolas e outros negócios no espaço urbano. Assim, na medida em que a mão de obra qualificada é cada vez mais requisitada sob a exigência da variedade de formações, as demandas sobre a Universidade brasileira, composta de faculdades não integradas entre si, aumenta. Na interpretação de Linhares, há nesse processo mais do que um imperativo político para a revolução científica brasileira em curso, existindo também uma transformação na função política da Universidade, como instituição subordinada às necessidades da sociedade civil.

> A Universidade - nos moldes existentes - é atacada, criticada. Brotam os Institutos de investigação científica. As ciências sociais passam para o convívio familiar da realidade, no anseio de compreender o Brasil e explicá-lo aos brasileiros. Enquanto isso, a idéia da Faculdade de Filosofia, desvirtuada dos seus fins iniciais, espalha-se pelo país julgando formar os trabalhadores intelectuais de alto nível e os professôres necessários à expansão do ensino médio. A educação deixara de ser um ornamento de preservação social para se transformar num poderoso instrumento de mudança social e de criação cultural. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.165)

Apesar disso, a organização das universidades não se alterou, logo suas atribuições continuam sendo as mesmas da década de 1930. Sendo assim, a reforma é demanda por uma expansão incontornável ao sistema universitário que por sua vez necessita não apenas de novas unidades, para atender às necessidades da economia nacional, assim como também de uma estrutura política adversa à manutenção de privilégios por parte da burocracia universitária. Esse último elemento, na análise da relatora, seria o maior obstáculo para a renovação do espaço social da Universidade, pois dos privilégios da burocracia partem todos os males que impedem o funcionamento do ensino superior como um empreendimento plural, democrático e sintonizado às necessidades da sociedade civil.

> A estrutura atual, em que se consubstanciam privilégios inadequados e aspirações frustradas, obstrui as tentativas de renovação. Os males que os críticos apontam são vários e, entre êles, destacamos: o esquema de Faculdades isoladas, a instituição da cátedra como feudo da cultura, o recrutamento de professôres por concurso, a inflexibilidade dos currículos, a padronização de cursos e programas, a ausência de pós-graduação, a rigidez, enfim, do sistema que impede a concentração de recursos para fins de pesquisa com a

> coordenação entre atividades pedagógicas e as de investigação, e que tolhe, ainda, pelos critérios de exames vestibulares, a expansão quantitativa e qualitativa do próprio ensino e não prepara as gerações para um futuro que se elabora. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.165)

As palavras de Maria Yedda Linhares são carregadas de urgência. Em seu extenso relatório, delineia como os cursos de História devem estar voltados para a formação do professor. Depois, por longas páginas realiza uma discussão técnica muito detalhada sobre as iniciativas da reforma na Universidade de Brasília e na Universidade do Ceará. No entanto, o que nos interessa aqui é o aviso dado pela professora, em 1961. Nas conclusões de sua relatoria, diz Maria Yedda Linhares aos seus pares na Associação de História:

> Pelo exposto, concluímos que: 1) A Reforma Universitária está em marcha. Ela será feita conosco, sem nós ou apesar de nós. Seus pontos básicos são: -estrutura, isto é, funções e currículos, organização docente, isto é-, cátedras e carreira do professor universitário. 2) As funções da Universidade são: ensino, pesquisa e extensão. 3) As Faculdades de Filosofia, como parte integrante da Universidade, devem reformular sua estrutura básica a fim de ·que melhor sirvam aos objetivos a que se destinam. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.165)

Entretanto, o debate que sucedeu o relatório da professora Maria Yedda, assim como as relatorias seguintes, não deu continuidade à discussão política sobre a reforma universitária, ignorando, assim, as polêmicas levantadas. Inclusive, na relatoria seguinte, intitulada de *Reestruturação do Currículo*, a professora Olga Pantaleão abre os trabalhos prestando os seguintes esclarecimentos sobre as reuniões, realizadas em São Paulo, que levaram à elaboração do relatório. Encontro no qual Maria Yedda Linhares se ausentou:

> A equipe que discutiria previamente o assunto e que se compôs dos vários relatores de trabalhos e de alguns membros da comissão executiva do Simpósio, reuniu-se uma vez em São Paulo. Estiveram presentes todos os membros, exceto a Professôra Yedda Leite Linhares, que não compareceu por ter outros compromissos naquele dia, no Rio de Janeiro. Na reunião discutiram-se problemas referentes ao aspecto legal a considerar:-se numa reestruturação do currículo, e concordou-se em que não competia a nós, neste Simpósio, discutir uma reforma geral da Universidade ou das Faculdades de Filosofia, cabendo-nos procurar estabelecer um currículo para o curso de História, de modo a aproveitar pelo menos as bases dessa reforma em qualquer estrutura universitária que se venha a adotar. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.221)

Dessa forma, o debate sobre a Reforma Universitária foi formalmente abandonado na Associação de professores de História durante boa parte da década 1960, sendo deixado de lado *a priori* em nome de discussões teórico metodológicas pretensamente despojadas de suas implicações políticas para a Universidade. O que explica essa postura? Por qual motivo deixar a outros grupos da burocracia estatal a responsabilidade de definir o papel das Faculdades de Filosofia na reforma em curso? Compreender isso demanda breve exame da política interna e externa da ANPUH na década 1960.

A Associação de Professores Universitários de História era uma organização formada como resposta aos desacordos que fragmentavam a comunidade historiadora e a situação de vulnerabilidade enfrentada por instituições de ensino abrigadas pela elite intelectual do país. Isso significava que sua proposta de engajamento político jamais poderia ser radical, embora o contexto intelectual dos anos 1960 assim fosse. Apesar de ser influenciada e beneficiar-se do reformismo desenvolvimentista, que garantiu a qualidade de nacional ao primeiro congresso de historiadores brasileiros, a Associação formada a partir dessa coalizão buscava uma interlocução pontual com o debate público.

Assim, reivindicava apenas aquilo que julgava pertinente à profissão dos seus membros: a discussão teórica e metodológica sobre currículo de História no ensino superior. De fato, não se trata de mero conservadorismo, tampouco há também preocupação democrática por parte dos intelectuais de destaque dessa organização, como é o caso atribuído a Simões De Paula por Janice Theodoro. Por certo, o quadro dirigente da ANPUH na década de 1960, que criou a organização, acreditava não caber ao historiador a responsabilidade de formular os enunciados de políticas públicas, mesmo que essas tivessem efeito imediato sobre a situação do ensino superior.

Tão certos estavam dessa concepção que a documentação dos anais, juntamente com o testemunho de Francisco Falcon, nos assegura que os professores responsáveis por criar a Associação agiram para que o debate curricular não transgredisse os limites das orientações políticas escolhidas para ser a linha diretiva da Associação, interditando assim a discussão mais aberta sobre a reforma universitária, pelo menos nos simpósios da Associação.

Por essa razão, falas como a de Maria Yedda Linhares, assim como todo o debate sobre o regime catedrático, são deixadas de lado na trajetória da ANPUH na década de 1960. Isso ocorreu porque essas discussões não agregavam em nada à identidade que os criadores da ANPUH desejavam conferir a sua organização; uma Associação puramente científica. A Associação deveria ser uma organização de cunho político sim, mas focada na sistematização da ciência histórica, da discussão sobre as vias para o seu aperfeiçoamento no Brasil, da construção de um campo de estudos históricos nacional onde os historiadores estariam integrados e submetidos a autoridade institucional da universidade, leia-se dos professores universitários que nela dispunham de maior poder decisório. Com esse programa, a matéria dos efeitos sociais que a graduação tinha ou poderia ter na sociedade civil não ficava esvaziada, mas adquiria um novo sentido: equilibrar a dinâmica do poder interno entre os pares, servir de justificativa para a consagração de um grupo e a interdição de outro. As disputas internas por cadeiras

universitárias podem até ser um motivo de natureza pecuniária e egoística, mas junto com os compromissos político-ideológicos também deram força ao apoio de docentes universitários a ditadura, quando os expurgos começaram[19].

Esse cenário político é um dos panos de fundo que perfazem o cenário de todas as palestras, os enunciados, críticas e falas dos dirigentes da ANPUH que reafirmam o compromisso com a ciência pura nos anais no decorrer da década de 1960. Se tal procedimento pode ser considerado, em alguma medida, elitista, é porque isso é condizente com a cultura política hierárquica da Universidade brasileira na época, que por sua vez conseguiu sobreviver na Associação de História ao longo da década de 1960. Tendo em vista esse aspecto vejamos que nos diz Francisco Falcon em seu testemunho sobre os encaminhamentos do primeiro congresso.

> Na parte final do Simpósio houve a discussão das conclusões dos diversos grupos de trabalho, predominando nestas últimas as idéias já apresentadas pelos respectivos relatores, ficando quase totalmente ignoradas as críticas e sugestões dos simposistas. Na verdade, as conclusões relativas aos temas V, VI e VII mal foram realmente discutidas, dada a falta de tempo. Por último, foram discutidas as chamadas moções, numerosas e variadas. Nascia então a APUH… No total, 24 moções sobre temas os mais diversos. Analisá-las já seria talvez um outro trabalho. Aliás, o mesmo se pode afirmar acerca das Conclusões, em número de 37, redigidas pela Comissão Executiva, das quais apenas duas foram votadas em plenário. (FALCON, Francisco; 2011, p.15)

Essa fala demonstra que afirmar ter existido um debate aberto e democrático na primeira década da organização da ANPUH talvez seja uma consideração problemática. Se calculássemos com base nos registros dos anais o percentual de falantes em relação ao número total de participantes, teríamos dados que demonstrariam a diferença entre o direito de fala nos simpósios e a participação, mesmo contabilizando todas as exposições, juntamente com as intervenções. O número de interlocutores nos simpósios da ANPUH era pouco, pois a quantidade de sujeitos julgados como habilitados para versar sobre os tópicos de ensino e pesquisa em História naquele período estavam longe de ser um largo contingente no mundo acadêmico brasileiro. A qualidade do debate acabava assim por ser vítima dos problemas enunciados por Maria Yedda Linhares em sua relatoria. Debates hiper focados na discussão curricular, marcados por pretensões universalistas e homogeneizantes, contraditórios com as falas em defesa da diversidade dos cursos de graduação. Essa foi a tendência geral dos simpósios da Associação: montar um currículo nacional, a partir de perspectivas regionais, sem discutir as implicações políticas desse esforço por reforma no cenário nacional, assim como a interlocução desse debate com a situação do sistema universitário brasileiro.

---

[19] Este foi o caso de Eremildo Vianna, por exemplo, que contribuiu para a perseguição de Maria Yedda Linhares durante o regime militar.

Por fim, a estruturação das conferências, temários, exposições e intervenções reforçavam o fato de que os professores responsáveis por organizarem o evento estavam ali mais para falar do que para escutar. O formalismo na elaboração do regulamento foi tão excessivo que atrapalhou os objetivos centrais do simpósio: a discussão dos relatórios. Naquilo que diz respeito à integração e discussão sobre as iniciativas de reforma o efeito desse regulamento foi desastroso. As únicas exposições sistemáticas sobre a Reforma se deram no primeiro simpósio, com Maria Yedda Linhares, descrevendo a situação da Universidade do Ceará e da UNB, e com Jorge Calmon, que delineou brevemente o processo de reforma que vinha ocorrendo na Bahia. Assim, no decorrer da década de 1960, esses processos seguiram seus cursos em suas próprias universidades sem contar com qualquer diálogo contínuo para com Associação nacional de professores universitários de História.

Então, como a Associação de professores de História obteve sucesso em suas metas de organizar a comunidade de historiadores profissionais e dar os primeiros passos para a consolidação do campo dos estudos históricos em nível nacional? Aparelhada por setores conservadores, fechando-se como espaço de discussão sobre a reforma universitária e reivindicando um ideal de ciência pura e imparcial, aparentemente antiquado e inadequado para um cenário de fortes polarizações no debate público pautado pela agenda desenvolvimentista? Para compreender essa descontinuidade, vamos examinar a contexto de criação da Associação em seu aspecto científico, mapeando as tendências historiográficas que se desenvolviam no Brasil e mais precisamente os tipos de concepções de conhecimento histórico que inspiravam os historiadores envolvidos no empreendimento, fato que condicionava sua posição em relação às mudanças julgadas necessárias para a ciência histórica. Entendendo como isso impactava o cenário do ensino e da pesquisa em História no Brasil, é possível compreender a capacidade de mobilização e o sucesso da proposta de modernização conservadora[20] da Associação de professores universitários de História.

[20] Para o entendimento mais aprofundado a cerca do termo "modernização conservadora", tanto em estudos de nível nacional, quanto regional, ler respectivamente os trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta, no livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, e dos professores FFCH- UFBA, Paulo Fábio Dantas, *"SURF" NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista* e Carla Pereira Galvão, *Continuidade ou mudança? análise comparativa entre o governo de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995.*

Capítulo 2:
"É possível escrever a História do Brasil?".
As culturas historiográficas, os historiadores e a consolidação da historiografia universitária através da ANPUH

2.1. Os Historiadores da primeira metade do Séc. XX:

Falar do lugar dos historiadores da primeira metade do séc. XX na História da historiografia brasileira demanda a utilização de conceitos como: regime de historicidade[21], cultura histórica e cultura historiográfica[22]. Tendo em perspectiva que analisar um regime de historicidade é investigar as formas políticas de articulação de diferentes instâncias temporais (o passado, o presente e o futuro), sem perder de vista que essa prática intelectual está condicionada de maneira mais abrangente pela cultura histórica, e mais especificamente pela cultura historiográfica, do período estudado. Sendo a cultura histórica nada mais que as percepções coletivas sobre o tempo, socialmente

[21] O conceito de regime de historicidade utilizado aqui é aquele elaborado por François Hartog na obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências no Tempo*, publicada no Brasil publicado em 2003. O conceito em si trata-se de um tipo ideal weberiano cuja função é identificar como a experiência do ser humano com o tempo é articulada a partir da cultura e das relações de poder institucionalizadas em uma dada sociedade.
[22] Os termos cultura históricos e cultura historiográfica são derivados da obra *A Escrita da História* de Michel de Certeau publicada em 1982.

compartilhadas através da tradição. E a cultura historiográfica, um fenômeno derivado da cultura histórica, porém que se dá em escala menor, tratando-se das formas como a comunidade de especialistas, no caso os historiadores, definem suas prioridades epistemológicas, metodológicas, temáticas e políticas.

Com esses instrumentos analíticos, é possível iluminar o lugar dos historiadores da primeira metade do séc. XX na História da historiografia, a partir do seguintes procedimentos:1) a identificação da cultura histórica hegemônica na qual estavam inseridos os diferentes grupos de historiadores dispersos nas faculdades de Filosofia, ou institutos históricos geográficos; 2) a análise das cultura historiográficas que esses grupos de intelectuais buscavam combater e difundir. Adotando essa abordagem é possível não apenas compreender o sentido e o momento político da criação na História da historiografia brasileira, mas também responder como tendências historiográficas tão diversas assumiram o compromisso de longo prazo de debater e construir, por meio dos simpósios da Associação de Professores Universitários de História tal como o de 1961, as bases teórico-metodológicas, curriculares e pedagógicas do que vem a ser hoje o campo dos estudos históricos no Brasil.

Tendo essas premissas em vista, podemos considerar primeiramente que a História da historiografia passava por um momento de transição no início dos anos 60. Para entender esse processo de ruptura, é preciso estabelecer que até o ano de 1961, quando a Associação é fundada, a historiografia brasileira já havia passado por dois longos períodos, conectados em seu esforço comum em prol da sistematização dos estudos históricos e da busca pelo sentido político da formação do Brasil, mas dotados de características distintas: a) Período da fundação do Instituto Histórico Geográfico no Rio de Janeiro à crise imperial a partir da década de 1970, quando foi hegemônica uma historiografia positivista originada a partir do projeto historiográfico elaborado pelos grêmios letrados dos institutos históricos espalhados pelo Brasil; b) Dos críticos do IHGB na década de 1870 à década de 1950 início da consolidação da historiografia acadêmica, onde predominou o ensaísmo histórico cuja finalidade era a síntese sociológica do qual o percussor foi Capistrano de Abreu, tal como demonstram as extensas discussões na bibliografia especializada enfocadas na discussão sobre as concepção de teoria e método de Capistrano de Abreu. Textos onde, o historiador cearense aparece qualificando seus predecessores, em especial Francisco Adolfo de Varnhagen, como sujeitos dotados de grande conhecimento memorialístico, porém carentes do entendimento sobre as relações que formavam a realidade social.

> Dar notícias de batalhas, fazer desfilar diante dos olhos do leitor os nomes de coronéis e majores, pintar o entusiasmo que se apoderou deste ou daquele grupo a ver D. Fuão ou D. Sicrano, será tudo quanto se quiser, menos escrever História. A História quando é escrita com precipitação, onde o autor, poeta ou romancista dá largas à sua imaginação, deixa de ser História, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta ideia alguma, e livros que não adiantam ideias de pouca utilidade são. Ou História verdadeira ou romance, tem-se a escolher. (ABREU APUD OLIVEIRA,2013, p.35)

Ambos os períodos da historiografia brasileira, em diferentes graus, produziram quadros intelectuais que se consagraram nos principais espaços de difusão do conhecimento histórico no país. Contudo, cada uma dessas gerações de historiadores não tinha sido capaz, apesar de muito terem tentado, de consolidar um grande projeto historiográfico de alcance nacional, capaz de trazer a comunidade historiadora do país à verdadeira unidade, movimento cujo resultado seria a autonomia relativa do campo dos estudos históricos em relação ao pensamento social, político e, até mesmo como frisou Capistrano de Abreu, da literatura.

Ainda assim, tanto a geração de Capistrano de Abreu quanto a de Sérgio Buarque de Holanda haviam contribuído teórica e metodologicamente para um processo de aperfeiçoamento dos estudos históricos brasileiros. Essas contribuições, alinhadas à difusão da agenda nacional desenvolvimentista a partir dos anos 30, e a fatores regionais como a presença dos *Annales* na USP, fizeram emergir uma nova cultura historiográfica. Difundida a partir do espaço social da universidade. Nela, o debate sobre a realidade social, abandonava o protagonismo do Estado-Nação e da síntese sociológica, características derivadas dos momentos predecessores na História da Historiografia, sofisticando-se em uma reflexão cada vez mais especializada cujo ponto de partida era a definição e formalização do ofício do historiador.

Naquele momento, havia como lugar comum, tanto entre os professores da graduação que trabalhavam em mais de uma instituição, quanto os catedráticos, mais velhos e por vezes já consagrados, a noção de que a escrita da História, embora intercalada com a Teoria Social e Ciência Política, não podia ficar mais subsumida nos paradigmas desses saberes, tampouco com suas funções políticas na interpretação da realidade nacional. Logo, a História produzida na Universidade não podia ser mais um mero estudo sobre a ascensão e declínio de unidades político-administrativas. Tampouco, podia ter seu sentido restringido ao estudo sobre a formação do povo brasileiro, tal como o que acontecia nas obras de Gilberto Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado. A ciência histórica precisava ser, tal como Marc Bloch havia definido em sua apologia à História: a ciência dos homens no transcurso do tempo. Em *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira*, os professores Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso

Cristovão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira, ao seu modo, também identificam essa característica como premissa teórica necessária para avaliar *Os Sentidos da "profissão nas letras: Do Modernismo ao Pós-Segunda Guerra*:

> Assim na primeira metade do século XX pelo menos na linguagem dos historiadores que se entendiam como profissionais (ou que assim desejavam), Certas características da tradição histórica do século XIX deveriam ser profundamente revistas, tais como o nacionalismo, que acabava por condicionar a formação da nação como *telos* da escrita da História, bem como a visão monolítica do objetivismo metodológico. No limite (...) trata da cristalização de um *topos*: a ideia de que o conhecimento universitário representaria uma mudança sem precedentes na produção de conhecimento no Brasil. (PEREIRA; NICODEMO; SANTOS, 2018, p.67)

A influência cultural francesa é nítida. Por conta da presença francesa na FFLCH-USP, instituição que influenciaria a ANPUH e diversos outros espaços sociais de destaque na geopolítica das ciências humanas no território brasileiro. Afinal, nessa expedição francesa, ocupavam as cadeiras nomes como Braudel, cuja relação com a História era distinta daquela de Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda. Esse diferencial é analisado por Paulo Miceli, em capítulo intitulado *Sobre História, Braudel e os Vagalumes. A Escola Dos Annales e o Brasil (Ou Vice-Versa*) presente no livro *Historiografia Brasileira em Perspectiva* (1998) organizado por Marcos Cezar de Freitas:

> Sérgio Buarque de Holanda desafiava a inteligência em repouso dos intelectuais positivistas; Caio Prado Júnior alinhavasse com o pensamento militante para o qual saber se define e justifica como ferramenta para transformar a sociedade. Enquanto isso, Braudel mergulhava a História numa grande ampulheta, onde o tempo - matéria prima fundamental de toda a teoria da História -fui com desesperadora lentidão, alheia e imune aos projetos e sonhos de todas as matemáticas sociais. (MICELI, 2018, p.261)

Não passa desapercebida, também, no capítulo de Miceli, a relação especial entre Braudel e Eurípedes Simões de Paula. Fato que para os fins desse estudo, é muito importante, pois evidencia a relação de filiação entre a historiografia uspiana, que teria um papel dirigente na ANPUH, e a segunda geração dos Annales:

> O historiador relacionou, com admiração, alguns desses estudantes e intelectuais brasileiros de quem guardou lembrança aludindo a sua morte para explicar as razões pelas quais declinaram do convite para comparecer ao 50º aniversário da fundação da Universidade de São Paulo (1984): "vi morrer em Júlio Mesquita filho, vi Eurípedes Simões de Paula e Cruz Costa. e se não vou para os 50 anos da USP é porque essas pessoas não estão mais lá. Não é possível. isso seria uma ferida no meu coração". (...) Valendo registrar, apenas, que a Eurípedes Simões de Paula, o aluno preferido de Fernando Braudel, devemos a *Revista de História*, de sua iniciativa e propriedade, e que foi sempre importante espaço para divulgação de ensaios e reflexões sobre História e historiografia. (MICELI, 2018, p.263)

Imagem 3:Da esquerda para a direita, no centro foto, estão Fernand Braudel e Eurípedes Simões de Paula em 1936.

Fonte: Dossiê Eurípedes Simões de Paula publicado no número 160 da Revista de História.

Essa relação era de fato profunda, pois foi frequentemente reiterada por Simões De Paula. Tanto no breve texto de apresentação do programa da *Revista de História*, publicado originalmente em 1950, quanto no artigo intitulado *A História e o seu ensino na faculdade*, texto da aula inaugural dada no salão nobre da FFLCH, há referência direta a Braudel. Em *Nosso Programa* fica evidente como, para Simões de Paula, o historiador francês representava o modelo ideal que o pesquisador em História deveria emular ao buscar construir os meios de formalização do seu trabalho:

> Já em 1937, quando ainda lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o ilustre prof. Fernand Paul Braudel — com quem tivemos a honra de trabalhar na qualidade de assistente — e eu pensávamos em fundar uma revista destinada à divulgação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos. Motivos vários, entretanto, impediram a concretização dessa ideia que, só agora, vencidos em grande parte os óbices antigos, pode ser levada a efeito, embora com as naturais ressalvas de ordem técnica e científica. Aparece assim a nossa revista. O seu objetivo precípuo é oferecer aos estudiosos uma oportunidade de divulgação sistemática, e mais ou menos ampla, dos trabalhos e das pesquisas que o amor ao estudo e a dedicação ao magistério universitário propiciam e orientam. (SIMÕES DE PAULA, 2009, p.73)

Mesmo com esses vínculos sendo institucionalizados na FFLCH, cabe questionar: era essa ruptura historiográfica um fenômeno nacional? Será que ao olharmos para as outras faculdades de Filosofia, veremos os efeitos dessa missão francesa ou, mais precisamente, das teorias braudelianas sobre a História? Sem dúvida, São Paulo é a grande

metrópole brasileira e a USP, sendo uma instituição construída pela elite social mais poderosa do país naquele período, teve e tem muita projeção na intelectualidade do país. Ainda assim, o Brasil é continental e a diversidade dos historiadores, espalhados no território da nação também. Logo, em que momento da História da Historiografia estes outros grupos de historiadores viviam?

2.2. As ilhas da História e sua convergência na criação da ANPUH.

No Rio de Janeiro, outro curso de graduação de História vinha se desenvolvendo em um sentido distinto à sua contraparte uspiana. Ao menos é isso que se pode identificar a partir das caracterizações iniciais de Marieta Moraes Ferreira em *Ditadura Militar, Universidade e Ensino de História: Da Universidade do Brasil à UFRJ*:

> A Faculdade Nacional de Filosofia, e, em particular, o curso de História passariam por grandes transformações na virada dos anos 1950. Criado em 1939, vinculado à Universidade do Brasil, o projeto da Faculdade de Filosofia visava à consolidação de uma universidade-padrão que servisse de modelo para as outras que viessem a se constituir, e tinha por objetivo prioritário preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal. (FERREIRA, 2014, p.32)

Enfocada na formação de docentes para a educação básica, a historiografia produzida na FNFI estava mais próxima do ensaísmo histórico em prol da síntese política e sociológica, onde o passado histórico e a presente realidade social brasileira estavam articulados em uma interpretação de cunho teleológico. Essa característica intensificou-se, por volta de 1955, com a separação do departamento de História e Geografia. Essa divisão possibilitou aos historiadores da faculdade comportarem-se enquanto um grupo de certa autonomia relativa à definição de parâmetros metodológicos e modelos epistemológicos, dialogando sim com modas estrangeiras, mas sem necessariamente cair na subordinação estrutural às teorias do campo do saber histórico francês.

Todavia, o compromisso com uma História política, com o Estado nacional e por fim com a formação docente não implicava que todos os professores de História na FNFI estivessem, em alguma medida, engajados na consolidação de pautas políticas progressistas. O ambiente internacional, no auge da Guerra Fria, atravessava o corpo discente e docente gerando não apenas desgastes entre alunos e professores, mas disputas internas entre os professores da FNFI. Nesse cenário, o debate em prol da modernização do corpo docente via na regulamentação do trabalho de pesquisa e no fim do regime catedrático como pautas em discurso político sobre a modernização dos estudos históricos. A aproximação da História com o tempo presente aí não é mero produto da importação de modelos epistemológicos franceses ou ingleses. Trata-se, sim, de um

imperativo derivado de um processo politização, construtor de espaços sociais onde o debate histórico é vocalizado por quadros interessados não apenas em democratizar o debate sobre o passado histórico, mas também o sentido político do presente. Esse é o caso do *Boletim de História*, onde a crítica ao ensino de História tem como elemento subjacente a denúncia dos compromissos políticos assumidos por um currículo politicamente engajado, porém fechado às demandas do tempo presente.

O *Boletim de História* era a revista do Centro de Estudos de História criado em agosto de 1958, em consequência do debate historiográfico que apontavam os contrastes entre o ensino de História nas cadeiras mais tradicionais, como História do Brasil, História da Antiguidade e Idade Média, ministradas na época respectivamente por Hélio Viana e Eremildo Luiz Vianna, para com cadeiras como História Moderna e Contemporânea e História da América, ministrada, respectivamente a partir de 1947, por Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo. É importante lançar luz sobre as múltiplas camadas desse conflito, tendo em vista o fato de que as mulheres, de presença diminuta no meio universitário e restringidas a posições de secretariado na maioria dos postos, estavam mais identificas com as agendas de pesquisa mais modernas e os homens, presença hegemônica no ensino superior, com os programas de ensino mais tradicionais e conservadores. Ilustrativo desse conflito, é o depoimento de Eulália Lobo em *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*, analisado na dissertação de Ludmila Gama Pereira, intitulada *O Historiador e o Agente da História: Os Embates Políticos Travados no Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia Da Universidade do Brasil*. Nesse testemunho, a indisposição entre os docentes é alocada por Eulália Lobo, como tendo raiz nos debates do departamento de História sobre a Universidade.

> Segundo Eulália Lobo, mesmo que Eremildo tenha sido eleito como uma força de renovação, sua gestão foi sendo cada vez mais marcada pelo autoritarismo: "Eremildo não reunia o Departamento, não o convocava e boicotava os pedidos para a realização de reuniões. Era uma forma de tomar, sozinho, as decisões, devido ao seu espírito autoritário, mas também a omissão dos outros professores. Por exemplo: O professor Hélio Vianna tinha pavor de tomar qualquer iniciativa, pois era doente do coração, não podia tomar nenhuma decisão." (LOBO apud GAMA, 2010, p.45)

Esse conflito refletia são indicativas da existências de animosidades de cunho político produzidas em virtude da aproximação da cadeira de História Moderna e Contemporânea com o quadro editorial do *Boletim de História* ,que para além de acompanhar e apresentar o programa dessa disciplina enquanto vanguarda da modernização, fazia críticas fortes a todo quadro universitário, a partir de um vocabulário comum entre a agenda desenvolvimentista e o programa revolucionário das organizações de esquerda daquele período.

> "E por que, especificamente, surgiu nossa revista? Por mais duas razões objetivas: a inércia das universidades e a situação da História em nosso país. Quanto à primeira, queremos simplesmente que a Universidade participe e influa no ambiente sócio-cultural em que está radicada, isto é, exista. (...)A História tem tido uma valoração falsa e deformada na parte alfabetizada da população em virtude da maneira que se lhe é apresentada nos cursos escolares pelos compêndios. Os livros usados limitando-se a anotar nomes e datas, apresentam a História como uma espécie de catálogo de fatos. (...) Algo muito mais grave herdaram eles (os livros) da formação cultural brasileira: a alienação cultural comum nos países dominados por colonialistas ou imperialistas. É preciso passar a ver a História através dos nossos próprios olhos, do ponto de vista brasileiro. (...) A nós, brasileiros, subdesenvolvidos, cabe descobrir a autêntica fisionomia do argelino, aquela que o mostra como libertador de seu povo, como o realizador de um ideal humano mais elevado. Porque a luta deste homem foi a nossa, identificamo-nos com ele." (BOLETIM DE HISTÓRIA, 1959, p.07,08,09 apud GAMA, 2010)

Nesse sentido, dentro do vocabulário identificado com o desenvolvimentismo e as ideologias defensoras da democracia popular, talvez um dos escritos que melhor expressam os conflitos políticos do período, a partir do debate historiográfico, seja a obra *História Nova do Brasil*. Publicada em 1964 e logo censurada pelo regime militar, foi um projeto de ensino e pesquisa em História que melhor representou a cultura historiográfica que lutava para emergir no contexto político-institucional dos espaços difusores do conhecimento na região do Rio de Janeiro no início da década de 1960. Produzida pelo departamento do ISEB, obviamente fora da esfera de consagração e interdição dos quadros dirigentes da FNFI, a *História Nova do Brasil* chegava ao público como publicação do Ministério da Educação e da Cultura e organizada por Nelson Werneck Sodré, também coautor da obra, um marxista nacionalmente conhecido. Tratava-se de uma coleção que representava um desafio aberto não só à legitimidade do governo das facções golpistas de 1964, mas também ao controle da pauta historiográfica por parte do principal centro universitário na região, que era Universidade do Brasil, onde havia apoiadores de primeira hora do golpe no departamento de História, como foi o caso do professor Eremildo Vianna, naquele momento já diretor da faculdade.

A *História Nova do Brasil* tinha por objetivo geral apresentar um novo currículo para o ensino de História tanto no secundário, quanto no superior, intentando assim apontar a necessidade da institucionalização de uma nova cultura historiográfica, onde as práticas intelectuais fossem capazes de acompanhar a nova configuração social das camadas urbanas brasileiras e o consequente aumento nos níveis de escolarização. Assim, o conhecimento histórico ali apresentado representava uma ponte entre o ensaísmo histórico em prol da síntese sociológica para com uma agenda de pesquisas em História onde o político estava em constante diálogo com o social e o econômico. Noutras palavras, tratava-se de uma historiografia que buscava explicar o lugar de atores sociais,

antes ignorados, no processo de desenvolvimento sociopolítico do país, ou seja, era uma escrita da História que expressava abertamente o seu engajamento para com a defesa do Estado republicano e do regime democrático. Esse argumento geral, fica nítido em seu projeto original, onde o período republicano aparece como culminância do processo histórico brasileiro, enquanto o período imperial é sugerido como interlúdio entre a independência de 1822 e a Proclamação da República em 1889.

> A Coleção História Nova, inicialmente, previa dez títulos, assim pensados: 1. "O descobrimento do Brasil"; 2. "A sociedade do açúcar"; 3. "As invasões holandesas"; 4. "A expansão territorial"; 5. "A decadência do regime colonial"; 6. "A independência de 1822"; 7. "Da Independência à República"; 8. "O sentido da Abolição"; 9. "O advento da República"; e 10. "O significado do Florianismo". (LOURENÇO, 2008, p.393)

Evidentemente, tratava-se de um projeto historiográfico em rota de colisão com o perfil de institucionalização da ciência histórica que vinha ocorrendo na USP, embora a disputa pelo sentido da construção de um campo dos estudos históricos de proporções nacionais, e balizado pelas faculdades de Filosofia, fosse ponto comum tanto na produção historiográfica paulista quanto na fluminense. Em alguma medida, outros núcleos historiográficos passavam pelo mesmo processo de transição de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse é o caso da comunidade baiana de historiadores, representada nesse momento de transição de uma cultura historiográfica positivista para trabalhos de cunho mais socioeconômico e sociocultural, por nomes como Pedro Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Luiz Viana Filho, Luiz Henrique Dias Tavares. Em *A Historiografia Baiana nos Ultímos 50 Anos*, Paulo Santos Silva qualifica essa geração nos seguintes termos:

> Bacharéis em direito e em medicina que se dedicavam à pesquisa histórica sociológica ou antropológica muitos dos pais atuaram como docentes dos primeiros cursos de História oferecidos na Bahia instituições de ensino superior. Além de ter havido certa sobreposição de gerações, interpondo condutas, determinados indivíduos atuaram como ponte entre a configuração anterior e a subsequente. (SILVA, 2011, p.87).

Esses intelectuais, em sua maioria oriundos de famílias tradicionais na elite política baiana, são os precursores do campo dos estudos históricos baiano, que posteriormente, na fase de consolidação da historiografia acadêmica neste Estado, sofreria forte influência da UNICAMP. No caso da interdisciplinaridade para com a teoria sociológica, apesar da influência desses intelectuais, essa pode ser explicada a partir da via institucional, tendo em vista que a linha de pesquisa em História na Universidade Federal da Bahia era originalmente parte do programa de pós-graduação em ciências sociais.

> Os historiadores da geração que sucedeu a configuração dos anos 1930 e 40 e que infunde o novo significado ao seu legado não hesitará em ultrapassar

> limitações e ampliar incessantemente os horizontes da historiografia baiana quanto às Fontes e aos métodos. a História política em sua acepção tradicional, ganhou novos enfoques e a História social fortaleceu-se com significativa acumulação nos estudos sobre a escravidão e temas correlatos. Não se desprezou o gênero biográfico, mas deslocou-se da biografia dos luminares do Império e da República para o estudo dos indivíduos e do mundo em que eles viveram, destacando atores sociais das camadas populares, com a atenção voltada para questões de gênero vivo raça etnia, em consonância com as tendências mais vigorosas da historiografia contemporânea. (SILVA, 2011, p.87).

De maneira semelhante ao movimento baiano, temos no Ceará a geração do Instituto do Ceará. Nos estudos históricos se destacaram Leonardo Mota, José Bonifácio de Souza, João Hipólito Campos de Oliveira e Miguel Ângelo de Azevedo. Desse grupo, quem melhor representa a transição para a historiografia acadêmica, que naquela região seria mais monopolizada pela Universidade Federal do Ceará, criada em 1955, foi Raimundo Girão, que para Frederico de Castro Neves em *Aspectos da Historigrafia Cearense* é interessante, porque:

> Especialmente pela influência decisiva no estabelecimento dos temas gerais e em particular de um específico ponto de vista a partir do qual a História deveria ser tratada. Trata-se da História Econômica do Ceará (1947, reeditada em 2000) (...) livro que contou com uma segunda versão condensada, em 1953 (com reedição em 1982), sob o título de pequena História do Ceará, e ainda uma terceira versão em 1985, intitulada Evolução Histórica Cearense. O início do processo de colonização a luta contra os holandeses, as fazendas de criar, a produção do algodão as migrações, as secas, os grêmios literários serão temas a partir daí, obrigatoriamente incluídos nos relatos históricos locais formatando aquilo que se convencionou chamar de cearensidade, ou identidade regional. Talvez mais do que isso, este livro estabelece uma linha de continuidade na História do Ceará que ultrapassa definitivamente as narrativas pioneiras do século 19 sintetizando as ideias de Progresso e civilização com que se procurava entender o processo da História. (NEVES, 2011, p.109)

Assim como no Rio de Janeiro e na Bahia, a História da historiografia cearense em sua transição para o conhecimento especializado produzido na academia possuía forte influência dos interesses políticos das elites locais. Quase sempre se tratava de grupos políticos identificados com um conjunto de valores onde o desenvolvimento científico não era autônomo, só justificando-se na medida em que possibilitava o progresso do corpo social dentro dos padrões de modernização importados dos centros do norte global da civilização capitalista. Nessas perspectivas processuais a História era integrada a cultura, a política e a economia na medida em que compunha a legitimação do desenvolvimento corporificado no desenvolvimento no dirigismo do Estado nacional. Esse padrão repetiu-se em Goiás, com o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cuja criação foi inspirada no IHGB do Rio de Janeiro. Também no Rio Grande do Norte e em Alagoas, onde os institutos históricos tinham vínculos direto com as oligarquias, por conta disso compromissados em construir a identidade das regiões ao mesmo tempo que produziam

discursos políticos que ratificavam o monopólio econômico das classes dominantes locais.

No Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), ocorreu processo análogo aos dos núcleos produção de historiográfica no nordeste, locais onde a articulação de uma cultura historiográfica ao projeto político local não era um traço anacrônico herdado dos tempos imperiais ou indicador de algum atraso socioeconômico local devido à ligação dos historiadores com elites de origens aristocráticas, mas sim um esforço por modernização através das letras, por conseguinte também da pesquisa histórica. No caso de Minas Gerais, isso fica evidente devido a ênfase dada ao republicanismo. Tal como demonstra, Mariana Vargens nas conclusões de sua dissertação[23], a cultura historiográfica do IHGMG produzia uma escrita que:

> Tinha como objetivo destacar o estado na formação da república brasileira. Para a realização desta tarefa, buscou-se no passado do estado episódios como a chegada dos bandeirantes, que conferiam a Minas Gerais sua "origem" enquanto civilização, a Revolta de Felipe dos Santos, que seria a inspiração para os inconfidentes da Conjuração Mineira – ambos episódios demonstrativos da indignação em relação à dominação portuguesa que teria marcado a História do estado, e capazes de reunir os mineiros sob uma identidade comum e republicana. Ao eleger estes temas os sócios do IHGMG contribuíram para a reescrita da História nacional, coordenada pelo IHGB, principalmente nos Congressos de História durante as primeiras décadas do século XX. Tal projeto de repensar a História nacional em bases republicanas pretendeu envolver as regiões que compunham a nação, ou seja, as antigas províncias transformadas naquele momento em estados, contribuindo cada uma com o que tinha de singular para a composição do todo. (VARGENS, 2017, p.170-171)

Já no Rio Grande do Sul, onde a cultura historiográfica difundida pelo IHGRGS também estava comprometida com a centralidade da História Política. É interessante notar como o movimento de ruptura com as gerações predecessoras de historiadores, também gira em torno de temáticas que não deixaram de estar presentes no congresso nacional que levou a formação da Associação de Professores Universitários de História em 1961, assim como dos simpósios posteriormente realizados na década de 1960. Ao menos, é que nos permite identificar a análise feita por Jeferson Teles Martins [24]ao descrever o que chamou de "revisionismo historiográfico da década de 1940" no Rio Grande do Sul.

---

[23] O título da dissertação de Mariana Vargens é *O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a escrita da História do Brasil republicano* foi defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[24] A tese de Jeferson Teles Martins é intitulada *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2015.

> Desde os anos 1920, o IHGRGS exerceu o papel de espaço legítimo da produção do conhecimento histórico no estado. Sua produção histórica com fins patrióticos foi marcada pela busca da vinculação dos próceres rio-grandenses ao projeto de construção do Brasil, pela inclusão dos heróis gaúchos no panteão dos heróis nacionais, pela ênfase na História política, militar e diplomática. Como consequência, a escrita histórica produzida foi uma narrativa de grandes datas, de grandes batalhas, de tratados e de grandes vultos. Essa narrativa histórica patriótica e nobilitante não perdia de vista o regionalismo como unidade de referência, nem abria mão da missão de estatuir uma identidade regional. Na década de 1940, o IHGRGS continuava sendo a principal instância intelectual no campo histórico, mas, então, começa a surgir uma nova configuração do campo e dos agentes intelectuais periféricos promovida pela tomada de consciência e rearranjo das posições diante de fatores diretamente ligados às mudanças no campo intelectual brasileiro. O revisionismo historiográfico rio-grandense do final do Estado Novo fez parte de um processo mais amplo de readequação da esfera intelectual gaúcha a estas mudanças. Essa nova tomada de consciência estava ligada à revisão dos intelectuais gaúchos frente à três problemáticas: a ampliação dos mercados culturais do Rio Grande do Sul, a redefinição do regionalismo e a atualização da identidade "profissional" para os intelectuais (MARTINS, 2015, 228)

Ao contrário de qualquer atraso, o fato de diferentes partes do Brasil, diferentes ilhas da produção historiográfica nacional, buscarem alternativas para o progresso através da modernização da pesquisa histórica é indicativo da conjuntura favorável à unidade dos historiadores profissionais brasileiros sob um novo projeto político-científico. Tendo em vista que os empreendimentos historiográficos dos institutos foram herdados e revisados pelas faculdades de Filosofia locais. Essas instituições, se integradas nacionalmente a partir do sistema universitário em desenvolvimento, poderiam dar ao campo da História uma estrutura político-institucional capaz de direcionar o lugar dos historiadores no desenvolvimento do país inteiro.

Para a presente estudo, é necessário enfatizar que os institutos históricos não constituam uma rede de instituições integradas em seu período, ao menos não como as universidades conseguiram se tornar na medida em que foram modernizadas nas décadas de 1960 e 1970, quando passaram a possuir programas de pós-graduação que se constituíram como espaços sociais através do qual diversos núcleos de pesquisa poderiam estar integrados. Portanto, nivelar as redes de colaboração estabelecidas nos *Congressos de História Nacional* [25]com aquelas ocorridas a partir de iniciativas como o congresso nacional de historiadores em Marília que levou a formação da ANPUH na década de 1960, equivaleria a afirmação de que os professores universitários e os grêmios letrados dos institutos possuíam o mesmo ofício, o que obviamente não era o caso.

---

[25] Para um melhor entendimento sobre o momento histórico, e configuração da intelectualidade historiadora, nas décadas de 1910 e 1920, quando começaram a ser realizados os congressos de História Nacional e Internacional, por favor ler *O Congresso, os Anais, e a historiografia – Apontamentos sobre o I congresso internacional da América (1922)* por José Lúcio Nascimento Júnior; E *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XXI* por Lucia Maria Paschoal Guimarães.

Ademais, através da trajetória dos institutos não se esperou, tampouco foi buscado enquanto um fim esse tipo de integração. Afinal, os quadros institucionais nesses espaços tinham por função primária o auxílio ao poder local em um esforço de fundar uma memória histórica e um modo de fazer História regionais. Sim, havia uma pretensão nacional, como no caso do IHGB carioca, mas isso não se configurava em uma produção historiográfica integrada nacionalmente[26]. Esse não era o caso dos departamentos de História universitários, cuja pretensão universalista, fundamentadas em uma reivindicação mais aberta da identidade e civilização ocidental, lhes tornou político-institucionalmente mais autônomos em sua trajetória histórica do que os institutos históricos em toda sua existência.

Além disso, haviam atribuições burocráticas relativamente distintas, a cooperação entre os institutos através de sua História não era frequente, porque encarnavam interesses políticos e, até mesmo, momentos históricos distintos no quadro da sociedade brasileira e da História nacional. O exemplo mais claro disso são o IGHB na Bahia, criado em 1894, durante o processo de consolidação do regime republicano ao ocorrer passagem do poder para a oligarquias com o mandato de Prudente de Morais, e o IHGB no Rio de Janeiro, fundado em 1838, momento conturbado e incerto do período imperial, onde diversas rebeliões através do Brasil ameaçavam a unidade territorial da monarquia, período no qual o IHGB enquanto instituição do poder imperial buscou ratificar e legitimar esse regime, ou seja, lançando mão da pesquisa histórica como via de legitimação para um regime monárquico nos trópicos.

Em resumo: os primeiros cursos de graduação em História nas faculdades de Filosofia herdaram essas e outras contradições dos institutos históricos. Pois por mais que os seus quadros buscassem a modernização da escrita da História, adequando suas culturas historiográficas aos imperativos políticos da experiência republicana e da agenda nacional desenvolvimentista consolidada enquanto política de Estado a partir da década de 1930, o faziam isoladamente, sem o potencial integrador da cultura acadêmica que só o território da Universidade era institucionalmente capaz de mobilizar.

É nesse contexto histórico que intelectuais destacados da comunidade historiadora, como Sérgio Buarque de Holanda escreveram textos de crítica historiográfica, propondo uma revisão teórica e metodológica do campo, contribuindo para fundar a memória disciplinar da ciência histórica ao se posicionar dentro de uma

[26] Para melhor compreender as pretensões nacionais do IHGB enquanto instituição política, por favor ler o texto clássico de Manuel Salgado Guimarães (1952-2010), intitulado *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional* originalmente publicado no periódico Estudos Históricos n.1 em 1988.

cultura historiográfica que reivindicava nomes como Capistrano de Abreu e Marc Bloch, ou seja sujeitos próximos da identidade do profissional acadêmico, sujeito ideal para a difusão do conhecimento histórico a partir de parâmetros científicos. Isso é também o que aponta a bibliografia especializada no campo da História da Historiografia, ao analisar textos como *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos (1951)*[27]:

> Comungamos da ideia de que Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, também pode ser interpretado como um elo: "poder-se-ia dizer que Sérgio Buarque foi um homem-ponte entre os intelectuais da 'rua' e os das 'instituições'"19, pontes entre o modernismo, o ensaísmo e a História acadêmica. Entre 1946 e 1956, Sérgio Buarque de Holanda dedicou-se à direção do Museu Paulista e ingressou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Foi nesse ínterim, que o autor escreveu uma série de textos em defesa da institucionalização universitária e da profissionalização acadêmica. Não por acaso seus três principais livros tidos como "históricos" foram publicados nas décadas de 1940 e 1950. São eles: Monções (1945), Caminhos e fronteiras (1957) e Visões do paraíso (1957). (PEREIRA; DOS SANTOS, 2009, p.34)

E em textos menores como a matéria publicada no *Diário Carioca* no ano de 1950 sobre a *Apologia da História*. Na análise feita desse texto, os historiadores, em *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)*, enxergam o esforço em prol da modernização da História, que tornou Sérgio Buarque de Holanda essa figura de transição entre o ensaísmo histórico em prol da síntese sociológica e a historiografia acadêmica, representada como um saber relativamente autonômo.

> Em 1950, Sérgio Buarque de Holanda, escrevendo no rodapé do jornal diário carioca sobre a obra *Apologia da História*, de Marc Bloch, Aqui a historiografia Brasileira, em seu processo de especialização, poderia ganhar com uma leitura cuidadosa da obra. A consciência crítica em relação a problemas do presente ajudaria a afastar a noção de que a História serve para uma certa idolatria e louvação do passado no presente, problema particularmente perceptível na historiografia de países novos como o Brasil. (...) Para isso, depositavam a grande expectativa na institucionalização da História universitária no Brasil, louvando a recém-publicada a obra de José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*. (PEREIRA; NICODEMO; SANTOS, 2018, p.67)

Tal como o texto exemplifica, e como segue-se argumentando e demonstrando neste estudo, esse clima intelectual estava bastante difundido em todo o Brasil. Logo não eram apenas nomes de grande expressão, já consagrados nacional e internacionalmente, como Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, os únicos agentes desse processo, formando assim uma diminuta vanguarda. Mesmo tendo em vista a vasta contribuição desses autores para historiografia, é importante perceber que esse movimento de defesa

---

[27] O artigo onde encontra-se a análise do *pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos* estabelecendo-se uma relação entre esse texto e o Necrológio de Varnhagen é intitulado *Odisseias do conceito moderno de História: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados*. Foi escrito por Matheus Henrique Pereira e Pedro Afonso Cristóvão Dos Santos e foi publicado em 2010.

do aperfeiçoamento técnico, formalização do ofício de historiador e revisão das culturas historiográficas hegemônicas até então era um esforço de toda comunidade acadêmica de História em sua maioria, ou seja, de um conjunto de profissionais que passavam a se comportar como uma *classe para si*[28]. E a evidência disso pode ser constatada nas edições da década de 1950 da *Revista de História* da USP, espaço criado em 1950 para que servisse de meio de difusão das ideias da classe de professores universitários de História em nível nacional:

> A revista não apenas escoa a produção dos professores locais da pós-graduação; folheando a revista se captam aproximações com polos já consolidados de produção histórica como o IHGB e outros institutos históricos e geográficos regionais, debate sobre projetos de integração Pan-Americana ou Latino Americana, bem como o fluxo de professores estrangeiros no Brasil (por meio de traduções de artigos e conferências), sobretudo franceses. (PEREIRA; NICODEMO; SANTOS, 2018, p.112)

E de fato tratava-se de um espaço de exposição das preocupações teóricas e políticas da comunidade dos historiadores acadêmicos de todo o Brasil. Pois da sua primeira publicação em 1950 ao ano de 1961, quando a Associação de Professores Universitários de História é criada, são publicados na revista em torno de 113 textos em formato de conferências, artigos e resenhas que buscavam pensar temas na área de História da historiografia, metodologia de pesquisa em História e ensino de História no educação básica ou superior. Desse conjunto, segue no quadro 1 representado abaixo, uma pequena amostra desse levantamento, apenas com textos focados na discussão sobre a memória disciplinar acerca da historiografia brasileira escritos por brasileiros e, também, aqueles voltados para discussões políticas de grande importância para a classe de historiadores universitários no país naquele período. Logo, o critério de seleção desses textos no acervo da *Revista de História*, buscou demonstrar como os professores universitários de História brasileiros esforçavam-se para difundir, a partir do espaço social universitário, uma nova cultura historiográfica que tomava a historiografia como prática científica, ou seja, precisamente por estar subordinada ao juízo da comunidade de historiadores organizados na academia e instituições de pesquisa a ela vinculadas.

[28] Na teoria social marxista, corrente importante na historiografia dedicada ao estudo sobre o trabalho, o termo *classe para si* significa um conjunto de indivíduos realizadores de uma determinada atividade que os tornam conscientes sobre o seu lugar socioeconômico.

Quadro 1 – Textos sobre Historiografia brasileira na Revista de História escritos por historiadores brasileiros entre 1950-1961

Publicação	Autor	Edição
Considerações sôbre o problema do ensino.	Pedro Moacyr Campos	v. 1 n. 1 (1950)
Os Estudos Históricos no Brasil.	Astrogildo Rodrigues de Mello	v. 2 n. 6 (1951)
Historiografia e Senso Histórico.	Tito Lívio Ferreira	v. 3 n. 7 (1951)
A Teoria Geral da História.	Eduardo D'Oliveira França	v. 3 n. 7 (1951)
Considerações sôbre a função cultural da História.	Eduardo D'Oliveira França	v. 3 n. 8 (1951)
História Ciência.	Alfredo Ellis Júnior	v. 4 n. 10 (1952)
O problema fundamental da Educação Comparada.	J. Querino Ribeiro	v. 5 n. 12 (1952)
A segunda tentativa de criação de uma Universidade no Brasil.	J. P. Leite Cordeiro	v. 7 n. 16 (1953)
Capistrano de Abreu, o historiador e o homem.	Mafalda P. Zemella	v. 8 n. 17 (1954)
O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo .	Pedro Moacyr Campos	v. 8 n. 18 (1954)
Introdução aos estudos históricos (I).	Jose Van Den Besselar	v. 9 n. 20 (1954)
.Introdução aos Estudos Históricos (III).	José Van Den Besselar	v. 10 n. 21-22 (1955)
Alguns problemas do ensino da História.	Amélia Domingues de Castro	v. 11 n. 24 (1955)
Introdução aos estudos históricos (IV).	José Van Den Besselar	v. 11 n. 24 (1955)
A revisão da História Americana.	Enrique de Gandía	v. 12 n. 25 (1956)
Introdução aos Estudos Históricos (V)	José van den Besselar	v. 12 n. 26 (1956)

História do Brasil	J. Cruz Costa	v. 13 n. 27 (1956)
Historiografia dos Descobrimentos. Impertinências elucidativas de um curioso	Alexandre Gaspar da Naia	v. 13 n. 27 (1956)
Introdução aos Estudos Históricos (VI) .	José van den Besselar	v. 13 n. 27 (1956)
Introdução aos estudos históricos (VII)	José van den Besselaar	v. 13 n. 28 (1956)
Os objetivos do ensino da História no curso secundário	Emília Viotti da Costa	v. 14 n. 29 (1957)
Afonso Taunay e o revisionismo histórico.	José Honório Rodrigues	v. 17 n. 35 (1958)
Introdução aos estudos históricos (X) (Conclusão).	José van den Besselaar	v. 17 n. 35 (1958)
Resenha de: História Geral da Civilização Brasileira.	Maria Regina da Cunha Rodrigues	v. 21 n. 44 (1960)
Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.	Pedro Moacyr Campos	v. 22 n. 45 (1961)
Resenha de: História Geral da Civilização Brasileira.	José Roberto do Amaral Lapa	v. 22 n. 45 (1961)
A universidade latino-americana: suas possibilidades e responsabilidades	João Cruz Costa	v. 22 n. 46 (1961)
A verdadeira crítica histórica	Nicia Villela Luz	v. 23 n. 48 (1961)

Fontes: Informações retirada do acervo digital da *Revista de História da USP*.

Chamam atenção nessas fontes alguns artigos de sócios-fundadores da Associação dos Professores Universitários de História. Estes são Eduardo D'Oliveira França, Astrogildo Fernandes Novaes e Pedro Moacyr Campos, respectivamente professor da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, professor da cadeira de História da Civilização Americana e professor adjunto da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval. Todos do corpo docente da FFLCH-USP, instituição que se colocava como vanguarda da historiografia universitária no Brasil. Os textos desses historiadores podem ser entendidos como discursos políticos. Por isso, sua leitura atenta é importante para compreensão do projeto historiográfico que esses quadros da

historiografia universitária, em constante diálogo com seus pares nas Faculdades de Filosofia nacionais e internacionais por meio da *Revista de História* buscariam viabilizar no início da década de 1960 através da Associação de professores de História.

Em um desses textos, intitulado *Teoria Geral da História*, Eduardo D'Oliveira França faz a crítica ao livro de José Honório Rodrigues publicado em 1949. Começa qualificando a obra como "rebelde ao imperialismo que vem parasitando nossa historiografia" (FRANÇA, 1951, p.111), pois "reclama cimento filosófico e metodológico capaz de assegurar consistência à laboração da pesquisa histórica" (FRANÇA, 1951, p.111). Páginas mais tarde, ao analisar o título da obra, França afirma: "a rigor não há teoria da História do Brasil. Seria surpreendente uma demonstração de sua existência." (FRANÇA, 1951, p.113). Tal colocação, esboçada como ponto pacífico, sem grande argumentação ou qualquer desenvolvimento expressivo no corpo do texto contribui para uma das hipóteses sustentadas no decorrer desse estudo: os historiadores universitários buscavam construir um campo dos estudos históricos através da legitimação de práticas de ensino e pesquisa que tivessem o saber acadêmico, e por conseguinte a Universidade, como coluna mestra, pois para além de necessitarem enquanto categoria ter o monopólio técnico-científico da produção historiográfica, também acreditavam inexistir no Brasil um campo dos estudos históricos sistematizado. Essa, como veremos, é uma premissa bastante difundida nos textos encontrados na *Revista de História*.

Mais adiante em seu artigo, assim como Sérgio Buarque de Holanda um ano antes no *Diário Carioca*, França compara José Honório Rodrigues com Marc Bloch, figura fundadora da historiografia francesa no século XX, cujo livro apologia da História foi publicado no mesmo ano da obra de José Honório Rodrigues. De fato, a História da historiografia Brasileira em seu esforço por modernização, para França, estava em par com os mesmos problemas teóricos das suas congêneres estrangeiras. E essa percepção comum, para o conservadorismo do autor, remete à uma tradição de pensamento histórico do qual tanto José Honório Rodrigues e Marc Bloch são tributários:

> O livro de José Honório Rodrigues começa do mesmo jeito que o de Marc Bloch: para que serve a História? Indagação de espírito moderno: eminentemente pragmatista. Sua resposta: "ao lado do valor educativo, seja cívico, seja político, social ou meramente geral, ao lado da função de compreender o presente e da finalidade utilitária nas questões internacionais, a História possui alta e suprema função catártica" (pg. 23). A História como um processo de autodestruição: eliminação dos resíduos do passado. Máquina de liberação de consciências a triturar preconceitos e angústias. Mesmo que perdoemos essa confusão entre valor, função, finalidade, sinceramente, são artificiais essas utilidades da História. Que me perdoem o olímpico Goethe e êsse velhote ranzinza elite é Croce em quem se fundamentam essas opiniões. Valores educativos e derivações catárticas: maneira americana de resolver

> simplista e empiricamente um grande problema, com dispêndio mínimo de reflexão. Desfiguração do problema. A História pode servir a êsses fins, mas não existe para êsses fins. Como es flores podem servir para enfeitar os ambientes, mas existem como órgãos sexuais das plantas para assegurar-lhes reprodução. Aquêles objetivos podem ser de prcfessôres de História, de doutrinadores polí-ticos cuja as intenções vão além da História. E que, por isso, fazem da História instrumento: galeria de grandes exemplos a serem meditados. Meditemos no exemplo de Verdun: o resultado será Maginot, Sedan, Vichy. (FRANÇA, 1951, p.115)

Para o autor, buscar justificativas exteriores à História, ou seja, políticas, seria subordinar os estudos históricos aos interesses dos agentes sociais e das instituições que esses últimos representavam. Nesse sentido, se a autonomia do campo dos estudos históricos não é derivada dos seus próprios paradigmas, temos uma *historia magistra vitae*[29], em nada contemporânea em relação à historiografia universitária, ou seja, a cultura historiográfica que se pretende científica. Logo, oposta à cultura historiográfica tradicional, subordinada à pragmática política, reduzida, assim, a um banco de experiências organizadas em um inventário preparado pelo historiador que se comporta mais como um político do que como um cientista, pois subordina sua escrita à ideologia, ou seja, transforma o seu ofício em um instrumento do proselitismo.

> Não. Não se há de buscar finalidade para a História fora da História: libertação do passado ou iluminação do presente. Seria alienar a História. Enquanto História, não pretende ser pràticamente útil: nenhum estudo histórico sério conclui com um formulário. Quando Mousnier escreve o seu "La vénalité des Offices sous Henri IV et Louis XIII" certo não o faz com sinistras intenções. O historiador sabe que as condições mudam: a experiência anterior não se aplica mais. (FRANÇA, 1951, p.116)

Todavia, apesar das críticas que seguem por mais de duas dezenas de páginas preenchidas de forte oposição erudita aos fundamentos teóricos da obra de Honório Rodrigues, Eduardo França endossa a recomendação do autor de *Teoria Geral da História* sobre a inserção da disciplina de Introdução dos Estudos Históricos no currículo da graduação:

> De acôrdo com a idéia de criação de uma cadeira de Introdução aos Estudos Históricos nas Faculdades de Filosofia. José Honório Rodrigues poderia com proficiência regê-la ou, pelo menos, ministrar cursos de extensão. O interêsse das estudantes por estudos dessa natureza confirma sua necessidade. A pletora do currículo atual, entretanto, é grave obstáculo. O estudo das fontes é, sem dúvida, sem sombra de dúvida, muito importante. Principalmente quando, feito

---

[29] O termo *historia magistra vitae* tem origem na filosofia política de Cícero, filósofo romano que viveu entre 106 a.C. à 43 a.C. Significa *História Mestra da Vida*, sendo por muito tempo um *topos* retórico que modelou a experiência de diversas culturas com o tempo, afetando a forma o passado era articulado ao presente, representando-o como grande repositório de experiências de onde o estudante da História poderia retirar lições ético-políticas. Diversas obras em História da Historiografia, abordam e discutem a cultura histórica que difundiam esse termo, tais como *Sobre a História* (1997) por Eric Hobsbawm. Contudo, o exame em detalhe da elaboração e uso dessa expressão pelo próprio Cícero pode ser encontrado na dissertação de Leonardo Acquaviva Pavez intitulada *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero* defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP em 2011.

> entre nós o balanço de nossas colações, tropeça-se com uma indigência franciscana, como bem o comenta o Autor. (FRANÇA, 1951, p.139)

No caso do texto do professor Astrogildo Fernandes Novaes, há um quadro mais amplo sobre o momento que a historiografia Brasileira vivia. Em *Os Estudos Históricos do Brasil*, Novaes parte da ideia de que analisar a História do Brasil é difícil devido à "conjugação de inúmeros fatores de ordem geográfica, social e política" (NOVAES, 1951, p.381). Alinhado a esse problema está o alargamento do campo dos estudos históricos, a partir da assimilação da teoria e metodologia de outras ciências, que acaba por fazer com que o sentido da História brasileira seja expandido. Feita essas caracterizações, Novaes define o problema historiográfico como um fenômeno cujas raízes correspondem ao desenvolvimento da cultura no Brasil.

Seu argumento primeiramente considera que "no largo período colonial, a historiografia Brasileira não poderia ser se não em função do acanhado campo cultural da colônia, a metrópole afogava quase todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual" (NOVAES; 1951; p.381). Em seu exercício de síntese do campo, Novaes estabelece como marcos da historiografia brasileira: a contribuição intelectual de Frei Vicente à Francisco Adolfo de Varnhagen. Afirmando que o período em questão foi pobre não apenas devido à carência de documentação e de curadoria com competência para a crítica, mas também porque faltou aos estudos históricos no Brasil um objetivo geral, ou seja, um projeto historiográfico em escala nacional. Interessante notar que o IHGB está incluso no recorte estabelecido pela síntese de Novaes, embora o autor não discorra sobre esta instituição.

> De Frei Vicente do Salvador (século XVI) à Varnhagen (Século- XIX) (2) a contribuição histórica é escassa. Não há sistematização do estudo e o apoucado material existente é falho pela ausência de crítica, pela desconexão e pela falta de um objetivo norteante. (NOVAES; 1951; 382)

Novaes argumenta que a "falta de uma tradição cultural com amplas raízes no passado" (NOVAES; 1951; 382) produziu a dependência em relação à cultura europeia:

> À falta de uma tradição.' cultural com amplas raízes no passado, o Brasil-Império se européeíza em suas diretrizes intelectuais. Essa passividade será característica não apenas dessa fase, mas se projetará ainda pelos primeiros tempos de vida republicana quando à caudal européia de cultura se vem juntar o tributário norte-americano. nesse ambiente de reflexos europeus de cultura que. se vai plasmar o bruxoleante quadro da historiografia. brasileira. (NOVAES, 1951, p.382)

Contudo, fazendo referência a Gilberto Freyre, Novaes defende que o Brasil a partir dos anos 1930 "se libertou, por fim, da tutela intelectual européia, não apenas na História, mas também na literatura, na arte e em outros setores da atividade cultural" (NOVAES,1951). Para Novaes, um dos principais indicadores desse processo de

modernização é a predominância do “espírito universitário de cultura histórica” (NOVAES,1951, p.386) que por sua vez norteia as pesquisas.

> A predominância dum espírito "universitário" de cultura histórica vem norteando um progressivo incremento das pesquisas históricas calcadas em preciosos subsídios dos arquivos, que vêm aumentando extraordínàriamente o acervo documental de épocas notáveis de nossa História. Assim, por exemplo, o bandeirismo se aclara à luz das contribuições de Afonso de Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Jr., Basílio de Magalhães, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Pedro Calmon, Alberto Lamego (10) e muitos outros historiadores regionais, cujas memórias engrossaram grandemente a caudal dos estudos modernos sôbre a matéria. (NOVAES, 1951, p. 386)

A cultura histórica de espírito universitário apontada por Novaes também é anunciada por Pedro Moacyr Campos na abertura do seu artigo *Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX*, afirmando: “pouco a pouco, apesar de todos os altos e baixos inevitáveis nas fases de tomada de consciência de maturidade, manifestam-se os sinais de uma renovação dos estudos de História no Brasil.” (CAMPOS;1961; p.107). Referenciando as contribuições da cultura historiográfica anterior, o ensaio histórico enfocado na síntese sociológica, Campos consagra a geração passada sem deixar de pontuar que neste novo momento da historiografia a agenda de pesquisa em História precisaria ir além do nacional. Construindo, assim, uma História na qual o social seja um dentre outros aspectos das relações históricas no complexo cultural da civilização ocidental.

> O desenvolvimento de outros ramos de estudos, os sociológicos, principalmente, contribuem para lançar luz sôbre vários problemas, cujo exame conduz à sua revisão no tempo, redundando, automàticamente, num enriquecimento do saber historiográfico. Principia a florescer entre nós aquilo que, em outras regiões, tantos frutos já produziu, isto é: a convicção de que limites político-geográficos não proporcionam um enquadramento inteligível para a História, que deve ser buscada, antes, no estudo de relações processadas dentro de limites incomparàvelmente mais amplos. O Brasil, portanto, situa-se no grande complexo comumente designado como civilização ocidental; seu processo formativo apenas pode ser compreendido através da articulação no âmbito desta unidade superior. (CAMPOS, 1961, p.107)

Buscando traçar a linha do desenvolvimento da historiografia Brasileira, como um capítulo geral do desenvolvimento no campo dos estudos históricos no ocidente, Campos reconstrói o contexto de produção historiográfica da primeira metade do século XIX, lançando luz sobre nomes como Robert Southey e Karl Friedrich Phillipe von Martius.

> O que pretendemos deixar claro, enfim, é que também a História do Brasil se processa segundo um emaranhado de interferências de tôda ordem, que tais interferências levam-nos ao rompimento do quadro político-geográfico, levam-nos, por vêzes, muito longe no tempo e obrigam-nos a uma permanente vigilância no tocante à História da totalidade do mundo ocidental. Simbólico, a tal respeito, parece-nos ser o próprio panorama da historiografia relativa ao país na primeira metade do século XIX, em que se destacam um inglês — Southey — e um alemão — Martius. A simples lembrança dêstes nomes é suficiente para corroborar o que acabamos de dizer, tanto mais quanto, tomando-se agora a obra de tais autores como fonte para o estudo de sua época,

> seremos conduzidos a uma interferência da imagem do Brasil no panorama intelectual europeu, o que não deixa de ser, também, uma contribuição — e das mais legítimas — para a História Brasileira. (CAMPOS, 1961, p.109)

Nessa mesma linha argumentativa, Campos enquadra o IHGB com a dinâmica política da cena intelectual francesa, qualificando-o como "Nosso principal centro de estudos de História durante quase um século até a instituição das faculdades de filosofia no país" (CAMPOS, 1961, p.115).

> No campo da História, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico ocorreu precisamente quando floresciam na França os historiadores românticos, empolgados pelas idéias de liberdade, de exaltação à nacionalidade, cujas origens últimas procuravam reconstituir em suas obras. Mencione-se, apenas, o caso de Augustin Thierry, com seus Récits des temps mérovingiens, publicados já entre 1833-1837 na Re-vue des Deux Mondes e reunidos em volume no ano 1840. Ora, no Prefácio, talvez na sua passagem mais conhecida, Thierry nos dá conta de seu arrebatamento pelos episódios de guerra dos francos, através das páginas de Chateaubriand, pondo-nos frente a frente com o entusiasmo romântico pelo bárbaro, pelo rude, mas também pelo puro. No Brasil, por sua vez, o anti-lusitanismo, desencadeado de maneira compreensível pela independência, recorria à exaltação do indígena, como o legítimo, o verdadeiro ancestral da nacionalidade. (CAMPOS, 1961, p.115-116)

Comparando o trabalho documental dos membros do IHGB com suas contrapartes europeias, Campos traz novamente Martius para a sua argumentação. A dissertação do alemão, intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil* de 1843, aparece no artigo de Campos como evidência de que embora existissem particularidades na formação social local, o Brasil, e mais precisamente sua historiografia, compartilham do mesmo nexo cultural com a Europa. De fato, apesar de soar forçosa aos paradigmas atuais do campo dos estudos históricos a ideia de um Brasil europeu, nesse tipo de texto tal esforço de aproximação é importante porque nos permite notar que a qualidade de ocidental na argumentação presente na fonte busca colocar a historiografia Brasileira em paridade com a europeia. Tal esforço de filiação do Brasil ao mundo ocidental, é observado com igual empenho na obra do pensador José Guilherme Merquior, quadro destacado na direita brasileira na segunda metade do séc. XX, onde a categoria "Outro Ocidente" fundamenta sua visão histórica sobre o Brasil. Essa semelhança é ratificada na análise realizada por Guilherme Stolle Paixão e Casarões em seu artigo intitulado *As ideias de volta ao lugar: o liberalismo social encontra o outro Ocidente na obra de José Guilherme Merquior*, onde o professor da Fundação Getúlio Vargas toma como premissa para o entendimento das ideias de Merquior o fato de que "a proposta de Merquior a respeito do liberalismo social como uma ideia adequada à realidade política e social brasileira. Tal proposta ideológica somente adquire sentido prático na medida em que se compreende o Brasil como parte, mesmo que qualificada, do mundo ocidental" (CASARÕES, 2015, p.321).

Procura-se no discurso político presente no texto legitimar a tradição historiográfica brasileira não como mera tributária da teoria e metodologia estrangeira. Por isso, o artigo de Campos representa o esforço da cultura historiográfica universitária em busca de consolidação a partir da memória disciplinar [30]do campo dos estudos até início da década de 1960, pois em suas linhas Von Martius não aparece apenas como mestre de europeus, mas também como mestre de brasileiros, cuja herança intelectual é reivindicada por Campos. É por isso que no texto o modelo de escrita da História por Von Martius é exequível para os pares no IHGB, pois eles são também ocidentais ou como tais se colocam, assim como o próprio Campos.

> Todo o empênho em organizar coleções de documentos-fontes colocava-se na linha de pesquisa histórica, tal como se estava orientando na Europa, especialmente na Alemanha. E um alemão, justamente, foi quem nos enviou uma famosa memória acerca de como se deve escrever a História do Brasil, em resposta à solicitação do próprio Instituto, referente à melhor forma de composição de, uma. História geral brasileira. Tratava-se de Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), o naturalista que, juntamente :com von. Spix, empreendera urna viagem pelo Brasil, de 1818 a 1820. (CAMPOS; 1961; p.119-120)

Seguindo para outro quadro apresentado como intelectual integrado a cultura historiográfica brasileira/ocidental no séc. XIX, Campos caracteriza Francisco Adolfo de Varnhagen colocando sua História geral do Brasil como produto direto da sua carreira diplomática. Movimentando-se dentro do circuito cultural ocidental do qual o Brasil fazia parte, o historiador pode reunir a documentação necessária para a construção da perspectiva sistemática sobre a formação do país que marcou a sua obra. Novamente, há aqui por parte de Campos o esforço de atribuir à memória disciplinar do campo dos estudos históricos um sentido político específico, no qual o cânone é uma evidência da trilha teórica e metodológica necessária à História para que se torne um campo científico capaz de reconhecer o seu grande objeto: a civilização ocidental. É, justamente por isso, que Varnhagen aparece em seu texto como um historiador do Ocidente, não limitado aos limites geográficos e políticos do Brasil, livre do nacionalismo. Varnhagen é aqui usado pelo professor universitário como evidência de que a historiografia Brasileira, a fim de atingir o seu aperfeiçoamento enquanto campo científico, precisava romper com o nacionalismo.

> Em 1847, transferido para a Espanha, prossegue em suas atividades, percorrendo os principais arquivos do país, particularmente o de Simancas; buscava ele, com isto, material referente aos problemas de limites com as antigas colônias espanholas. Até 1851, ano em que regressou ao Brasil, foi-lhe dado, ainda, pesquisar em arquivos holandeses, aumentando o acervo de fontes

[30] Para um entendimento mais aprofundado sobre o conceito de memória disciplinar. Ler: TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

> destinadas a serem aproveitadas para a História Geral do Brasil. Uma segunda permanência na Europa, de 1851 a 1858, sempre no serviço diplomático, é seguida pela transferência para o Paraguai, o que dá margem a novas diretrizes na sua função de pesquisador, agora no campo da América espanhola. De volta à Europa, em 1868, é no centro do continente, em Viena, que se abrem novos arquivos a Varnhagen; até 1876, numerosas foram as viagens motivadas pela sua ânsia de rebuscar, muito embora Portugal sempre o atraisse, estando em Lisboa o centro preferido de seus estudos e publicações (CAMPOS, 1961, p.124)

Saindo de Varnhagen para Capistrano de Abreu, Campos trata de prontamente atrelar as origens culturais do "novo marco na nossa historiografia" (CAMPOS, 1961, p.135) com o contexto político europeu no segundo quartel do século XIX. Para Campos, o fim da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) tinha correlação com a abertura cultural recifense aos teóricos e à ciência germânica. Esse intercâmbio cultural se justifica no argumento de Campos, porque a crise dos regimes monárquicos brasileiro e francês são elementos de um mesmo quadro político, de um mesmo circuito cultural desgastado pelas tensões provocadas pelo nacionalismo e republicanismo. Enfim, em sua interpretação, tal comparação é cabível pois ela diz respeito a acontecimentos ocorridos dentro do mesmo complexo civilizatório ocidental. Assim, a "visão de mundo" imposta pela vitória alemã contra a França e o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) levaram os "espíritos inquietos" no ocidente a uma nova realidade histórica.

> leva-nos êle, aliás, a voltar os olhos para o ambiente que condicionou os primeiros tempos de sua formação, e que é um cenário regional, animado por um bando de idéias novas a erguer-se de todos os lados do horizonte (97). Em 1870-1871, o desfêcho da guerra franco-prussiana abalara consideràvelmente o prestígio da cultura francesa, ao mesmo tempo que o fim da guerra do Paraguai punha a nú uma imensidão de pontos fracos na monarquia brasileira. A inquietude apoderou-se dos espíritos, que ansiavam por novas bases, por uma visão do mundo capaz de ajustar-se a condições completamente novas (98) . E no Nordeste, especialmente em Recife, houve campo para o florescimento de um grupo aberto à cultura germânica, sobressaindo o nome de Tobias Barreto. Autores inglêses, também, passaram a ser mais conhecidos, mesmo porque alguns dos mais afamados dentre os intelectuais alemães — tal o caso de Haeckel — inspiravam-se em Darwin. Sílvio Romero invectivava o ambiente patrício, acusando-o de lamentável, vazio e dominado pelas banalidades; aspirava êle a tomar contacto com o verdadeiro Brasil, não com o falso, com o país da imitação dos sediços lugares-comuns de origem francesa (CAMPOS,1961, p.135-136)

Com efeito o lugar do nacionalismo na análise de Campos é o de um momento já ultrapassado pela cultura historiográfica vigente na Universidade, uma forma de pensar e articular o passado ao presente que deveria ser abandonada pela comunidade de historiadores. Em sua escrita, Campos busca expressar as razões epistemológicas e políticas que justificam a desvinculação da ciência da História dos compromissos assumidos pelos teóricos do ensaísmo junto ao Estado nacional. Esse é o motivo pelo qual o autor esforçar-se em ressignificar o lugar de Capistrano de Abreu, sem cair na

mistificação ou no falseamento, mas retomando sua relevância a partir de um novo ângulo de observação sobre sua trajetória intelectual e da teoria e metodologia em suas obras. E o principal objetivo desta operação histórica é reivindicar uma forma de produção do conhecimento histórico que não esteja restrita as fronteiras político ideológicas da nacionalidade, por isso, no período em que escreve Campos, é necessário reivindicar-se enquanto Ocidental, pois nessa identidade reside o fundamento da ruptura para com as culturas historiográficas predecessoras sem necessariamente lançar mão das suas contribuições para a pesquisa histórica.

> Todos os historiadores, portanto, independentemente de sua nacionalidade, já procediam segundo certos princípios partidos da Alemanha. A posição de Capistrano, na verdade, é a de um legítimo ocidental, para quem a cultura européia surge como um todo, não suscetível de ser fraccionada pelos limites de ordem política. Êste é o traço que mais o caracteriza, a nosso ver; e sem o levarmos em conta, não é possível compreender-se a maneira nova como Capistrano encarou os problemas da História do Brasil, pois tal maneira era condicionada, antes de tudo, pelo espírito e pela formação cultural de um homem. (CAMPOS, 1961, p. 141)

Por fim, quatro páginas depois, a caracterização de Capistrano finalmente permite a Campos fazer o ponto central do texto emergir: a necessidade de uma agenda de pesquisa histórica dedicada ao exame das relações socioculturais no ocidente, ou seja aquilo que vinha sendo construindo nas universidades como História Social, deve ter Capistrano, e seus pares, como seus precursores. Afinal, "sente-se em Capistrano a ânsia de penetrar nas camadas profundas destas relações" (CAMPOS, 1961, p.145).

> A certeza de ser o brasileiro simplesmente um europeu submetido a um processo de diferenciação, cuja fôrça está longe de bastar para a justificativa de um isolamento no campo histórico. Não tere-mos aí o indício de integração num plano superior, em que América e Europa estejam para sempre ligadas? — Por fim, o reconhecimento da função do índio, como fator de peculia-ridade de um povo no âmbito do Ocidente; de peculiaridade, apenas, sem louvores, sem lirismos, sem a preocupação de opor uma idealização do indígena à imagem estranha de uma Europa indiferente. Legítima consciência de brasileiro, agora, sentindo-se participante de uma ininterrupta e intrincada corrente de relações, a qual se dá o nome de História (133). Explica-se, assim, o seu profundo reflexo, não apenas na historiografia, mas em todo o movimento de renovação da intelectualidade brasileira. Como era natural, não se encontrava êle isolado no aprofundamento de nossa História; sua personalidade, quando mais não fôsse, facilitaria o despertar de vocações e estimularia o trabalho de seus contemporâneos. (CAMPOS, 1961, p.145).

Portanto, em virtude desse clima intelectual e institucional que havia em diversos núcleos da produção historiográfica no Brasil até o início da década de 1960, é possível afirmar que quando o primeiro congresso nacional de professores universitários de História ocorreu em Marília em 1961, todos os historiadores profissionais lá congregados enfrentavam desafios similares naquilo que dizia respeito a modernização dos estudos históricos. Núcleos de produção do conhecimento histórico que aos poucos buscavam

escapar da subordinação estrutural da ciência da História à agência política das elites locais e dos compromissos assumidos pela intelectualidade ao seu serviço. Profissionais de todo o Brasil, que em espaços de representação como a Revista de História, procuravam pautar a necessidade de dar à historiografia um novo sentido político. O que levará, ao fim do congresso de 1961, a criação da Associação dos Professores Universitários de História; um espaço de ampliação, debate e difusão do discurso dos quadros da historiografia universitária, mais precisamente daqueles que se colocavam como sua vanguarda, tal como foi o caso dos departamentos de História da USP e da FNFI.

Por fim, a criação da ANPUH, como veremos ao examinar seus anais, é um movimento de mobilização, em escala sem precedente, diretamente ligado a necessidade de consolidar as agendas de pesquisas históricas universitárias como uma produção científica autônoma em relação à teoria política e social presente no ensaísmo, assim como também em relação aos interesses ideológicos que o pautavam a crítica histórica no pensamento social brasileiro. É desse lugar científico e político que parte o engajamento dos historiadores universitários em prol da modernização, para defender essa ciência histórica liberta do nacionalismo que buscaram através da Associação integrar esses diferentes núcleos de produção do conhecimento histórico em um novo projeto historiográfico que buscava sistematizar a teoria, ensino e da pesquisa em História em nível nacional.

Contudo, como o debate a seguir demonstra, esse acordo não foi possível. Afinal, apesar de reivindicar-se ocidental, a vanguarda da historiografia universitária ainda precisava legitimar o seu projeto junto aos quadros mais consolidados da comunidade intelectual brasileira. E isso, em tempo de reformas sociais, significava responder uma seguinte pergunta que definiu a identidade da geração anterior de historiadores e intérpretes da nação. Esse questionamento, feito por Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, abriu os debates realizados no primeiro congresso em 1961 e acabaria por definir o lugar da ANPUH na História da Historiografia brasileira: É possível escrever a História do Brasil?

2.3.“É possível escrever a História do Brasil?”:

Nos anais da ANPUH as discussões sobre a teoria, a metodologia e a historiografia enquanto premissa para o debate curricular na Associação de História ocorrem de maneira mais aberta em dois momentos: no I Simpósio de 1961 e no IV Simpósio em 1967, sendo que entre esses dois momentos de debate mais intenso houve apenas uma tentativa

isolada, realizada em 1965, que tentou retomar o debate sobre os fundamentos do currículo, do ensino, da metodologia e da historiografia. Obviamente, embora essa distribuição não seja intencional, é interessante notar que os dois momentos de debates mais abertos sobre o currículo da graduação de História na ANPUH estão intercalados aos períodos de maior agitação na arena pública em relação às pautas reformistas.

No mesmo sentido, os recuos e silenciamentos em relação a essa discussão se dão no contexto de crescimento das tensões políticas entre as forças que disputavam o controle do Estado. Por isso, tanto em 1962, momento de intensificação da crise no Governo Jango, e em 1965, um ano após o golpe militar, os historiadores na ANPUH, em grande maioria, passam ao largo do debate curricular. Sua retomada se dá apenas em 1967, momento de inflexão política na relação entre a sociedade civil e a Ditadura Militar, pois o poder não devolvido pelos golpistas aos civis e a repressão desses últimos passam por um processo de sistematização, partindo do princípio de que uma política de conciliação precisava estar intercalada ao esforço de controlar e censurar segmentos da sociedade civil, tal como era o caso da intelectualidade. Justamente, nesse momento, a Associação dos historiadores chama a reforma de volta às mesas da ANPUH.

Tendo essa interpretação em vista, os documentos examinados nessa última seção estão divididos em três atos: As palestras e relatorias do I simpósio em 1961 enfocadas em teoria, metodologia e ensino; as tentativas de retomada do debate no III simpósio em 1965; e a retomada tímida do debate curricular nos discursos do simpósio em 1967. Em um primeiro momento, essa configuração parece denunciar que não houve uma linearidade temática nos debates teóricos e metodológicos realizados na ANPUH sobre o currículo do campo histórico. De fato, essa foi uma possibilidade cogitada, como várias outras, na medida em que as fontes eram coletadas e organizadas e a bibliografia especializada era consultada, pois foi tomado como premissa que os debates ali registrados poderiam ser descontínuos, ou seja, não teriam interlocução ao longo dos simpósios dentro de um tema transversal.

Entretanto, aparentemente, devido à natureza teórica dos debates, a identidade dos interlocutores, as relações de poder entre eles, e a comunidade epistemológica e linguística da qual compartilhavam, ao seu ofício em comum como historiadores, há uma continuidade política, teórica e metodológica entre os debates realizados, mesmo quando os interlocutores que protagonizam as palestras tinham por intenção contradizer os seus predecessores na discussão posta em mesa. Por essa razão chama-se atenção para as convergências epistemológicas e políticas entre os discursos, seus sujeitos e interlocutores. Afinal, o que está para ser relatado não é um debate acadêmico em seu

suporte textual mais comum: revistas, artigos, entrevistas na tv ou na imprensa. Trata-se, sim, de uma *ágora*, uma grande assembleia de historiadores, onde naturalmente diferentes facções se enfrentam, travestidas de generais da comunidade histórica ou de campeões do povo brasileiro. Portanto, a compreensão sobre o sentido dessas disputas é algo fundamental para o entendimento sobre a História dos historiadores na década de 1960 e da memória disciplinar sobre sua ciência que ajudaram a estabelecer no Brasil.

Aos participantes do I simpósio foram distribuídos os currículos de História de países do norte global, denotando assim o esforço da organização em colocar a reforma do campo histórico no Brasil como um desdobramento científico necessário em prol do alcance dos quadros da História na Europa. Assim, na busca por sistematização do ensino da sua ciência, os historiadores reunidos no primeiro congresso de professores universitários olhavam para o berço histórico desse saber no contexto cultural europeu. Isso ocorreu porque nas perspectivas ideológicas dos interlocutores que palestraram, dirigiram e elaboraram os primeiros simpósios, buscar a modernização significava adequar-se aos paradigmas científicos eurocêntricos, tomados naquela época como vanguarda da pesquisa histórica no Ocidente. É importante notar que nesse traço de colonialidade no ato de construção do debate curricular inexiste a negação das particularidades do campo histórico brasileiro, mas sim a ideia de que ele deve estar intercalado aos caracteres de uma tradição cultural hegemônica, de pretensões universalistas, que dava o sentido político da historiografia em todo o Ocidente.

Sem dúvidas, é nada menos do que uma contingência sociopolítica a qualquer área da ciência ocidental buscar sua integração junto aos valores da tradição do pensamento moderno europeu que são tomados culturalmente como universais, independentemente de criticá-los ou ratificá-los em momento posterior. Afinal, todo quadro da ciência, para seu livre exercício, deve ser primeiramente legitimado por seus pares em alguma instância das instituições de poder do saber acadêmico.

Nessa mesma perspectiva, Michel de Certeau, em *Escrita da História*[31], nos demonstra a necessidade dessa interlocução na construção do lugar social da História. Dentro desse contexto, a História é o produto da relação entre um campo do conhecimento, uma comunidade de profissionais específicos e dos modelos de escrita elaborados por esses quadros de intelectuais, ou seja, a concepção de História e historiografia são evidências que iluminam a dinâmica institucional de produção do

[31] CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

conhecimento histórico e a posição dos historiadores nessa estrutura. Trata-se de uma operação, também, política.

> Encarar a História como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que na operação histórica a combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. (CERTEAU, 2007, p.66)

Assim, a historiografia é uma ação social cujo sentido se expressa em função dos rumos tomados pela ordem política na qual está inserido o historiador. Logo, produzir História é um ato fundamentalmente político e toda pesquisa preocupada com o estudo das instituições que consagram os procedimentos científicos da historiografia num dado período histórico deve buscar verificar quais são os posicionamentos adotados pela comunidade historiadora em relação ao poder instituído. E como os historiadores constroem os parâmetros da escrita da História, a partir das disputas na arena política da sociedade na qual viviam. Por fim, para Certeau, o perfil científico da História é indissociável das tradições políticas que organizam as estruturas das instituições sociais nas quais os historiadores estão inseridos.

Em 1961, os historiadores reunidos no primeiro congresso de professores universitários de História evidenciam essa mesma dinâmica, ao buscarem o estudo sobre a metodologia e a epistemologia das suas contrapartes europeias, por meio da distribuição dos currículos de História de alguns dos países do Norte Global, especialmente a França, como material de base para os debates historiográficos cuja finalidade geral era o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa.

Esse elemento, da busca por sistematização da ciência histórica brasileira, fica preeminente nas informações gerais da introdução dos anais de 1961, na qual os simposistas recebem: o currículo de História das universidades estrangeiras, um levantamento dos currículos das faculdades de filosofia nacionais e um mapa do Brasil. De fato, embora os currículos não estejam transcritos nas páginas dos anais, chama a atenção como a comunidade historiadora era movida por valores científicos de matriz cultural europeia, a fim de usá-los, tal como os colonos séculos antes, para construir o território brasileiro. Lugar cuja História ainda era carente, no julgo dos historiadores universitários, do olhar humanista por parte do intelectual cientista. Ao menos é isso que denota as palavras da comissão executiva na carta de abertura do primeiro simpósio; "Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado." (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961; pg.11).

A primeira conferência da Associação estava em conformidade com essa ideia. O palestrante era Pedro Calmon[32], historiador baiano e autor da *História da Civilização Brasileira*. O tema de sua palestra foi *História do Brasil, Programa de Cultura, Consciência e Patriotismo*, fundamentada na ideia, em diálogo com o espírito nacionalista do período e até hoje presente no ensino de História, que argumentava ser a função social da disciplina formar cidadãos brasileiros. Seu discurso é relevante não apenas por ser a primeira conferência no que viria a ser chamado de primeiro simpósio da Associação de Professores de História. Porém, sim, por tratar-se da tentativa de fazer convergir, em termos de estética e conteúdo, o caminho científico da Associação com o sentido político da trajetória nacional. Ao colocar, um bacharel branco nascido do coração do Brasil, e autor sobre obras acerca da civilização brasileira, como primeiro palestrante, lugar obviamente de excelência e autoridade naquele congresso.

Imagem 4 - Pedro Calmon historiador baiano e reitor da Universidade do Brasil

.

Fonte: Imagem disponível no site Wikipedia, autor desconhecido

Em sua palestra, Pedro Calmon disse que, quando jovem, discordou de João Capistrano de Abreu[33], acreditando ser possível a síntese histórica para a produção de uma História do Brasil. Por outro lado, Abreu, já idoso e estabelecido como referência no campo histórico, por sua vez, acreditava que toda síntese histórica sobre o Brasil seria

[32] Pedro Calmon, embora tenha criado a cadeira de História da Civilização Brasileira durante a sua reforma do Museu Histórico Nacional, era formado em Direito, não sendo um historiador de formação. Esse era o caso de muitos intelectuais de primeiro escalão, tal como o professor Eurípedes Simões. A ciência da História no Brasil era um campo de bacharéis das classes médias e elites brancas.

[33] Na História da Historiografia, João Capistrano de Abreu representa um ponto de inflexão para a ciência da História no Brasil. Seu "Necrológio de Franciso Adolfo de Varnhagen" expôs ao campo histórico brasileiro a necessidade de tratar a historiografia como produto de um saber técnico que a partir de um duplo gesto epistêmico conjugava o trabalho de arquivo com a interpretação fundamentada na teoria sociológica.

meramente retórica. É tomando esse problema como questão que Calmon abre a sua argumentação, questionando: é possível escrever a História do Brasil? Sem dúvida, é notável como a construção dessa questão obedece ao processo duplo de legitimação da importância de Capistrano de Abreu para a crítica histórica, mas ao mesmo tempo de denúncia sobre seu conservadorismo em relação a renovação da produção historiográfica, algo que esse último enxergava, de acordo com a memória oferecida por Pedro Calmon, como exercício meramente retórico.

Há, aí, o conflito geracional entre os primeiros quadros da historiografia republicana e seus herdeiros que estavam preocupados com a sistematização do campo histórico e seu ensino em nível nacional, sem ter feito ainda a reforma científica da História e a renovação da historiografia há tantas décadas julgadas como necessárias, porém ainda em aberto. Para Pedro Calmon, essa era a tarefa histórica que os professores universitários de História precisavam encarar. Era o legado que Capistrano de Abreu havia lhes deixado, ao mesmo tempo que seria o meio de distinção entre a geração de historiadores que compunham os quadros universitários e a primeira geração de historiadores republicanos da qual Capistrano era um dos, senão o, mais importante em termos de contribuição teórica e metodológica para a historiografia.

Na crítica histórica de Pedro Calmon, há o apelo a síntese e a uma História produzida com orientação para o futuro, não deixa de estar presente também a defesa da autoridade inquestionável do historiador na construção desse conhecimento. O chamado à responsabilidade feito por Calmon argumenta que a legitimidade do poder do historiador sobre a historiografia deve fundamentar-se não apenas na autoria, mas também na definição dos espaços ocupados pelo campo histórico no nível político-institucional. Noutras palavras, no sentido político da historiografia na sociedade civil. Há em suas considerações a preocupação ética com a definição de a quem cabe a autoridade de definir o que é historiável ou não, desse modo, aquilo que o historiador, e somente ele, pode julgar enquanto exequível para a pesquisa histórica.

A fala de Pedro Calmon é uma evidência de que o esforço para a delimitação do campo do saber histórico é indissociável da defesa política sobre a identidade do historiador. Nesse sentido, o discurso sobre a necessidade de garantir a autoridade do historiador no ato da produção da pesquisa histórica e historiografia, no Brasil, no contexto no qual se deu a fundação da ANPUH, jamais poderia ter partido de outro tipo de intelectual que não fosse um homem branco bacharel, pois este ator social era aquele que no momento possuía as condições materiais na sociedade brasileira para a realização de tal defesa. Justamente por isso, identificar esses elementos estéticos no discurso de

Pedro Calmon é algo fundamental para compreender não apenas as relações de poder dentro do campo histórico no Brasil, mas também para o entendimento das disputas em torno da identidade do historiador, embates que se deram na Universidade e, por conseguinte, nos simpósios da ANPUH.

Ademais, A História defendida por Pedro Calmon é teleológica. Há no seu apelo as marcas do regime de historicidade futurista[34]. Nela, a interpretação do sentido dos acontecimentos históricos guardava em si uma importância fundamental, justificando assim o protagonismo do historiador como único tipo de intelectual tecnicamente competente para determinar o sentido político do passado. Essa defesa é um reforço ao argumento político geral que norteia o seu discurso: a História cumpre a função de formação cívica. Por isso, caberia ao historiador a tarefa de realizar o equilíbrio entre a sensibilidade, necessária para capturar o sentido dos acontecimentos, e a sobriedade para não cair nos excessos das paixões políticas. Somente assim, a síntese histórica seria possível, algo que Calmon compreendia como a História em uma dimensão *Global*:

> Na verdade, a História obedecerá, para que se realize aquela objetividade ou aquêle préstimo que lhe requeremos, a uma linha diretiva. A História, antes de mais nada, deve ter o seu roteiro, como a pintura o seu ponto áureo. Apelo para os artistas presentes que os sei numerosos, que me digam se é possível projetar um painel sem ter em vista a unidade, obedecendo a um ponto áureo, que é o centro virtual da composição. Não é possível. A História deve obedecer igualmente a uma diretiva. É claro, que se essa diretiva fôr econômica, se essa diretiva fôr estética, se essa diretiva fôr política ou ideológica, se essa diretiva fôr informativa, descritiva ou historizante, padecerá a História de uma dessas deformações. Portanto para que essa diretiva seja a mais coincidente com o desígnio do autor, de fazer uma História do Brasil, e não uma História de tendências ou pormenores em tôrno da História do Brasil, ela deve ser então global. E qual é o global? Eis a grande preocupação de quem arquiteta um plano a êsse respeito. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.42)

Pedro Calmon interpretava a especialização na História regional como um obstáculo para os estudos sobre o que havia de "global" na História do Brasil, caminho incontornável para a realização de uma síntese sobre a História nacional. Essa consideração partia da noção de que o provincianismo impossibilitava uma História sobre a civilização brasileira.

> Ora, a História do Brasil, portanto, oferece uma área restrita ao estudo e à observação. Como seguir aquela linha de roteiro que eu designei como diretiva

[34] O conceito de regime de historicidade futurista é empregado, tendo em vista a obra o seguinte trecho de *Regimes de Historicidade – Presentismo e Experiências no Tempo* por François Hartog: Formulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística. Ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. (HARTOG, 2019. p.37)

> geral, que poderá nos levar para os desvios da especialização, mas que deve, em se tratando de síntese, englobar o que há de mais geral nela? Se deixamos de lado o provincianismo histórico e procurarmos seguir o enrêdo da civilização brasileira, o sentido geral da História do Brasil é uma das constantes de tôda a bibliografia da espécie. Já os primeiros autores portuguêses, milagrosamente quase, tinham em vista não uma determinada zona do Brasil, por exemplo a Bahia, Pernambuco, São Paulo; já tinham em vista o Brasil. O Brasil é um caso raro de um país; que idealmente surge como Minerva da cabeça de Júpiter, armada e adulta na visão e da previsão de seus primeiros cronistas. Vejamos Pêro de Magalhães Gandavo, que outros chamam Gândavo. Previno os senhores contra esta outra praga que acomete a árvore da História, que é a discussão sôbre acentos. Gilberto Freire, a propósito, me contava com muita graça, aquela anedota que corre no Recife, nas escolas de Pernambuco sôbre - "o oceano é o túmulo digno do último almirante bátavo". Dizem que o almirante afundou dizendo essas palavras e voltou à tona e gritou: "ou batavo, como querem outros". (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.43)

Para Calmon, a História da Civilização Brasileira deve ser política, pois trata-se da História do Estado. Cônscio das críticas que acarretam a preeminência da História política sobre a social, já no seu contexto, denuncia que uma História da Civilização Brasileira que não tome por objeto o Estado está condenada a ser amorfa, logo incapaz assim de ser identificada com um sentido geral para o processo histórico. De fato, não só no conservadorismo, mas também na proposição, Pedro Calmon no primeiro congresso da Associação de História toma o papel de Leopold Von Ranke, pai da ciência da História contemporânea que também defendeu a autonomização e reforma do saber histórico, a partir de defesa da História política centrada no institucional, ou seja, no Estado e nos seus quadros mais destacados.

> Quer dizer a Civilização Brasileira pode ser apreciada no seu conjunto, portanto o que devemos, antes de mais nada, perseguir, é o fim, o diretivo dessa idéia, a idéia de que o Brasil é uma civilização, esta civilização no seu conjunto sem desenvolver; e como seguirmos êsse roteiro? Pelo único itinerário possível, a História do Estado. Dir-se-á: grave defeito, a História política primando sôbre a História social. Porém não. há outra maneira de se dar coerência a um trecho, senão tomando um critério para aviagem. O critério é êste, a História do Estado brasileiro; por que? Porque a História do Estado, isto é, a História da civilização, tendo em vista a elaboração de uma consciência nacional, as suas etapas políticas até a independência, império, república, daquilo que "vertebra" a História, como a espinha dorsal permite a verticalidade humana, porque sem essa ossadura a História se reduziria àquela cartilagem . plástica e amorfa, sem a qual não teríamos a visão do desenvolvimento brasileiro. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.45)

Pedro Calmon afirma que a filosofia da História existe e ela é uma filosofia do desenvolvimento e da integração, as marcas do seu tempo são notáveis nessa caracterização, pois ao realizá-la busca reforçar o argumento de que a História do Brasil é a História do Estado:

> filosofia dessa História, como poderá a História do Brasil ser feita, tendo em vista as necessidades de conhecimentos do povo? Ela não terá uma idéia que dê a tudo isso uma animação virtual? Sim, há uma filosofia espontânea da História do Brasil e eu chamo, embora cometa um abuso, de usar uma palavra do dia, e tenha pessoalmente alergia ao "slogan", eu tenho de chamar-lhe "a

> filosofia do desenvolvimento e da integração" . Realmente, a História do Brasil se parece muito com a História de um organismo. Platão dizia que o Estado é um homem grande. Realmente a História de um país é um pouco a História do macro-organismo social. Tudo da História do Brasil tende para o desenvolvimento e integração. Quer dizer, uma linha progressiva que se não descontinua, e tendo como base geográfica a ocupação integral do território. Esta filosofia do desenvolvimento e da integração constitui uma espécie de dínamo que mobiliza tôda a energia que constitui a História, cujo método há de ser - e aí um ponto polêmico que deixo à meditação dos colegas - não, o que seria imperdoável, de acôrdo com a nossa atitude atual. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.45)

Pedro Calmon, em 1961, anos antes do golpe militar, finaliza sua fala fazendo um apelo a uma produção democrática no campo histórico, porém apontando para os perigos que suscitados pelas demandas políticas do tempo presente, que já no início dos anos 60 causavam verdadeira revolução na produção de conhecimento das ciências humanas. Sua fala, para os historiadores da atualidade, deve ser tomada como algo de imenso valor documental, muito também por conta do tom profético, ominoso e sóbrio, característico das predições dos intelectuais que conheceram bem o seu campo e, antes dele, o seu ofício. Inclusive, considerando a trajetória tomada pelo campo histórico atualmente e os problemas que são enfrentados por ele: o antiacademicismo, o negacionismo e o ataque geral a autoridade do historiador, esse trecho é primoroso, pois sintetiza muito bem os obstáculos que seriam enfrentados pela ANPUH até a chegada dos dias atuais:

> Quero terminar - porque longe nos levaria esta palestra ao pé do fogo, como aqui se dizia em certa época da política paulista - esta conversa, êste colóquio, esta digressão ou, para ser mais exato, esta confidência, com o seguinte pensamento: "Tudo em História é aceitável; é aceitável a tendência, porque, repito, a História é o historiador, é aceitável a ideologia; a História se filtra de acôrdo com as interpretações que queiramos dar, como a côr dos objetos pela côr dos vidros em que os vemos". (...) Ora, tudo é perdoável em História, menos a mentira, menos a falsidade, menos a afirmação contra a evidência do documento, menos a distorção do fato, menos a ignorância do fato. menos o sofisma do fato, pelo qual o fato seja considerado não como existiu, porém como queria o historiador que tivesse existido! Quer dizer, para sermos completos, tôdas as virtudes atribuímos ao historiador, só lhe negamos o direito a ter um defeito: não pode ser fraudulento, como Jean Jacques Rousseau, nessa espécie da fraude histórica em que inventou o homem que nasce livre. Disseram-lhe: mas o homem nos princípios das épocas era um bárbaro, como poderia êle ter composto o Contrato Social? E aí Rousseau imita Voltaire: "Se Deus não existisse, forçoso seria inventá-lo". Diz Rousseau: "O homem primitivo pode não ter existido porém dêle necessitava para a minha teoria". Não podemos, minhas senhoras e meus senhores, fazer a História ao sabor do presente, como gostaria que ela se tivesse desenvolvido, para justificar a tese, para honrar a minha ideologia, para justificar a conduta, para abonar o preconceito. Portanto, a alma da História, - falando em filosofia, falamos de arquitetura ou de anatomia da História, vamos também lhe dar uma alma -, a alma da História é a verdade. Agora, se os senhores me perguntarem onde está a verdade, eu, ainda invocando tantos eclesiásticos ilustres presentes, virtuosamente silenciaria, "Jesus autem tacebat" - Jesus também se calou. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.46-47)

Após a conferência de Pedro Calmon são realizadas duas palestras de extensão menor, mas também de grande relevância para o debate que os professores universitários

de História buscavam sistematizar. Trata-se das conferências *Pour Une Étude Équilibreé De L'Historie, Recherche Et Enseignement* de Michel Mollat e *As regiões brasileiras – Formação, Peculiaridades, e Integração do Nosso Processo Histórico* de Arthur César Ferreira Reis.

Michel Mollat era medievalista, professor na Sorbonne e esteve presente no primeiro simpósio da Associação como convidado de honra, no objetivo de falar, em francês, para historiadores e estudantes brasileiros sobre os desafios do ofício do historiador. Nos anais, feitos principalmente para servir de referência à comunidade historiadora brasileira, sua fala é registrada em francês e o texto encaminhado e revisto pelo próprio professor francês antes da impressão, privilégio aparentemente concedido a poucos. Como a Embaixada da França no Brasil, entidade colaboradora do evento, a posição de Mollat no congresso era de auxílio diplomático, mas também de autoridade, enquanto representante do campo dos estudos históricos franceses. Sua fala cumpre função dupla no estudo dos anais da ANPUH, pois permite, mesmo que minimamente, interpretar as comunidades no trabalho dos historiadores estrangeiros para com os dos historiadores brasileiros, assim como também possibilita a análise do grau de influência do acadêmico estrangeiro, especialmente daqueles oriundos da intelectualidade francesa, na construção da identidade do historiador profissional no Brasil, algo que os historiadores que assumiram a direção da Associação esforçaram-se para estabelecer como uma de suas prioridades. Todavia, o valor da fala de Mollat está restringido a esse aspecto, pois a premissa e o argumento de sua exposição são derivados das questões já sistematizadas por meio do discurso nacionalista de Pedro Calmon, personagem muito mais relevante para um estudo aqui realizado sobre o lugar da Associação dos professores universitários na História da historiografia no Brasil.

A premissa da fala de Michel Mollat foi que os desafios do historiador são universais, pois em todo lugar do mundo se questiona o ofício do Historiador. Partindo desse fato, qual deveria ser o caminho tomado pelo historiador enquanto professor e cientista? É possível conciliar ensino e a pesquisa? Seu argumento é construído a partir da reflexão sobre a unicidade entre o ensinar e o pesquisar na produção historiográfica. Compartilhando dessa perspectiva estava o discurso de um personagem político mais interessante para o campo histórico brasileiro: Arthur César Ferreira, historiador que nos anos da ditadura seria indicado por Castelo Branco ao posto de governador do Amazonas. Assim como na fala de Pedro Calmon, há também na conferência de Arthur César o apelo em prol da especialização moderada, tendo em vista a importância de um projeto intelectual mais abrangente: a realização de uma História geral sobre o Brasil,

contribuição necessária dos historiadores brasileiros para sua nação, mas também para a comunidade internacional de historiadores.

A fala de Arthur César se coloca porquanto defensora da necessidade de uma História sobre o Brasil que atente para as particularidades regionais e como cada uma delas afeta de maneiras distintas aspectos da realidade social nacional, tal como a economia, cultura e assim por diante. No estabelecimento da sua premissa, Arthur César Ferreira atribui essa visão unitária às tradições políticas oriundas do período imperial, no qual o Brasil era composto por um Estado unitário, porém, nessa caracterização, aponta que a realidade republicana é diferente, já que ela tem o Brasil como uma federação. Nesse sentido, sua crítica inicial é que a História do Brasil presente nos livros, sejam eles didáticos ou estudos de perfil mais global, são em verdade Histórias produzidas tendo em vista apenas a análise de particularidades regionais, estudos que não pensam o Brasil em sua completude, apesar de reivindicarem uma crítica histórica de alcance nacional. A constatação desse fato, para Arthur César Ferreira, impõe a necessidade de integração do processo histórico brasileiro.

> A História do Brasil não tem sido elaborada, nos livros de texto escolar, nem tampouco nas obras de visão global, atendendo os autores às variantes regionais. Ao contrário, vêm preferindo êles considerar o país no seu desdobramento atràvés dos tempos, sob um ângulo unitário que nos parece desacertado. É que o Brasil que se compõe, politicamente, de um Estado federado, que sucedeu ao Estado unitário do Império, o que explicaria a visão estritamente nacional, na realidade se tem. Elaborado na base das particularidades regionais, que são imperativas e que, conseqüentemente, é impossível deixar de considerar. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.63)

A tese principal do seu argumento é que a História do Brasil pode ser construída a partir dos estudos de suas variações regionais. As contradições socioculturais e econômicas entre as regiões do país é o nexo através do qual pode ser analisada a identidade nacional. No esforço para validar sua argumentação, Arthur César Ferreira Reis faz referência a Von Martius e seu célebre texto no IHGB, intitulado *Como escrever a História do Brasil*:

> A interpretação do Brasil como nos parece mais acertado, isto é, a interpretação através das regiões, não é uma novidade que nos esteja trazendo para a reflexões que se possam fazer. Já Martius, em memória publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume VI, Rio, 1865, acerca de "Como escrever a História do Brasil", sustentara a necessidade de não ignorar as variantes regionais, que erám tão expressivas. Para êle, os grupos regionais como se haviam elaborado na fase da dominação portuguêsa tinham criado, com as Histórias regionais, a autêntica histórica brasileira: São Paulo, Minas e Mato Grosso constituiam um núcleo; Maranhão e Pará, outro; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, um terceiro; Bahia, Alagoas e Sergipe, o quarto; o extremo Sul seria o quinto. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.64-65)

Para Arthur César, a integração já se impunha na realidade nacional, pois o dinamismo da sociedade brasileira ultrapassava o território regional. Tendo isso em vista, o regional continuava sendo uma categoria de análise importante para o entendimento das particularidades. Contudo, não dava conta de solucionar um processo histórico cujo significado transcendia esse espaço social. É tomando esse fato por fundamento que o palestrante defende a produção de uma História regional cujo sentido seja a integração com o processo histórico nacional. Finda sua fala recomendando a continuidade dessa discussão no próximo simpósio. Atentando que a razão de ser de uma História nacional ainda era objeto que demandava reflexão.

No entanto, o debate que seguiria as falas desses convidados de honra demonstraria que o currículo, o ensino e a historiografia brasileira ainda não estavam em condições de decidir os caminhos para a investigação e a elaboração de uma História Geral do Brasil. Esse horizonte político e científico, tomado como destino ideal para a historiografia no discurso de Pedro Calmon e Arthur César, demandavam a organização de uma metodologia de ensino e pesquisa que, na prática, não existia no Brasil. Por isso, nos registros do primeiro congresso de professores universitários de História, os velhos mestres e mentores estrangeiros deixam a tribuna da assembleia de seus pares sem oposições ou críticas registradas. Afinal, suas falas na documentação são ideológicas, dizem respeito ao conjunto de crenças, projetos e valores nos quais a Associação deveria crer, elaborar e defender, por mais que seus quadros mais engajados buscassem se desvincular dos limites e compromissos políticos de uma historiografia nacionalista. Assim, os debates e os interlocutores que viriam após os mestres, podiam conduzir a discussão curricular dispensando os diálogos especulativos sobre o que a História e a historiografia deveriam ser. Era agora o momento de discutir o estado real da ciência histórica no Brasil, já que as referências nacionais e estrangeiras já estavam estabelecidas. O sentido desse debate mais materialista, parte de concepções sobre História Política, Historiografia e História do Brasil consideravelmente distintas das de Pedro Calmon e Arthur César. Preocupando-se com o ensino, os historiadores da Associação iriam por um caminho diferente daquele delineado por seus convidados de honra. Foi o que fez a comissão responsável por discutir *O Estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação*.

Nessa relatoria, realizada por Alice Piffer Canabrava, a comissão organizadora sugeriu à relatora que definisse o problema do ensino de História da América e do Brasil, chamando atenção aos estudos culturais. Assim, as relações da crítica política para com a História seriam colocadas em segundo plano, em nome do estado atual da historiografia

brasileira e das suas necessidades de desenvolvimento. Interessante é perceber como a enunciação dessa posição ocorre, assim como no discurso de Pedro Calmon, a partir da evocação de uma dada memória disciplinar. Porém, ao invés de Capistrano, dessa vez é a primeira geração dos Annales franceses que são invocados. Assim, o uso de Marc Bloch e Lucien Febvre, tornava a divergência dos historiadores para com os seus mestres clara: antes de se preocuparem com a História geral, os professores universitários de História precisavam modernizar o ensino e a pesquisa. E o caminho que escolheriam não seria o da História Política, mas sim o da História Cultural.

> A equipe sugeriu ao relator, como definição do problema, o sentido de que, no ensino da História do Brasil e da América, nas Faculdades de Filosofia, deve-se dar preferência à História da Cultura e não propriamente à História Política, à História Administrativa, à História Biográfica etc., etc. A colocação do problema neste congresso não é ocasional, mas profundamente significativa da fase atual do desenvolvimento da Historiografia. Na base está o fato do advento da História como ciência: uma ciência que encontramos no momento atual, não na sua plenitude, mas ainda na infância. Um. Corpo de conhecimentos que está apenas transpondo sua fase empírica – a fase do relato, do arrolamento dos fatos registra àos – e que acaba de chegar ao campo do conhecimento racional. Portanto, um corpo de conhecimentos "ainda muito jovem como na raciocinada de análise". E' uma ciência que está refletindo as mudanças da atmosfera mental da nossa época, quando substitui o certo pelo infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela relatividade da medida, superando assim os critérios de exatidão rigorosa, os quais caracterizavam as ciências da natureza física no século XIX. O apelo da equipe de História do Brasil e da América neste Simpósio é uma ressonância daquele que foi formulado pelos diretores dos Annales em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, o de colocar a História entre as outras ciências, fazer da História uma disciplina enquadrada nas conquistas intelectuais do nosso tempo. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.121)

Nessa relatoria, a História Cultural é definida como o melhor produto do desenvolvimento da historiografia brasileira na primeira metade do século XX. Tomando como exemplo os estudos de caso enfocados nos bandeirantes, argumentou-se que as agendas de pesquisa em História Social e Econômica são produtos desse aperfeiçoamento da pesquisa histórica cujo sentido de desenvolvimento apontava para o campo da cultura. Além disso, essa mudança é qualificada como evidência da democratização dos estudos históricos, que abandonam o protagonismo dos grandes homens, sínteses encarnadas de toda um período, e aproximam-se do estudo detalhado do homem médio, das suas contingências, da sua agência específica sobre os costumes. Sem dúvidas, é politicamente valioso nessa fonte legada por Alice Canabrava e seus pares, o alinhamento do desenvolvimento social experimentado pelo Brasil na primeira metade do século XX com a defesa da primazia de uma História enfocada na cultura, em detrimento da política.

> Desde o começo do século XX, mas sobretudo depois do primeiro quartel do século, os historiadores brasileiros se inclinaram a tentar a compreensão do movimento das bandeiras em sua unidade, como uma expressão da coletividade bandeirante - a sociedade paulista dos séculos XVII-XVIII.

> Voltaram, então, seu interêsse, no sentido do conhecimento da natureza do fenômeno, dos seus condicionamentos ao meio físico, biológico e social, da sua amplitude, não simplesmente no plano geográfico, mas também no plano cultural e da formação econômico social brasileira. Entre êstes trabalhos estão os de Oliveira Viana, de Alfredo Ellis Junior, de Alcântara Macha de Oliveira, de Benedito Bastos Barreto, de Sérgio Buarque de Hollanda, de Jaime Cortesão. A preferência que se tem dado no presente aos estudos de História Econômica e Social é um fenômeno de civilização. O que assegura sua unidade essencial é o homem médio, entendido como o representante de um grupo social mais ou menos vasto, de seu regime econômico, de seu estatuto jurídico, de seus hábitos mentais. Por essa razão é a realidade banal e quotidiana que assume interêsse excepcional, embora ném sempre pareceu digna de ser registrada. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.123)

O afastamento para com a História Política é tamanho que a relatoria termina com a oposição à centralidade da disciplina de História do Brasil na graduação. Dar centralidade à História do Brasil, em um exercício de síntese histórica sobre o sentido político da trajetória do povo brasileiro, seria, na perspectiva da comissão, esquecer-se do caráter global da ciência histórica. De acordo com esse argumento, a História do Brasil é apenas um capítulo de uma unidade mais vasta, que contempla todo um mundo e não apenas um país. A identificação dessa interlocução entre a História do Brasil e do mundo somente seria possível através dos estudos sociais e econômicos. Logo, o protagonismo da História política é negado aqui, pois além de corporificar tendências historiográficas que devem ser superadas, também seria incapaz de identificar o nexo causal que liga o Brasil à civilização. A História política tal como era praticada no início dos anos 1960 caiu no silêncio, no papel de figurante e coadjuvante, pois os historiadores que integrariam a Associação Nacional de História, ao contrário dos quadros do pensamento social [35]durante a primeira metade do século XX, estavam preocupados com o caráter global da História do Brasil e não com o sentido da formação do seu próprio povo, tampouco território, dos problemas sociais e políticos, onde estavam situadas as faculdades de filosofia.

> Quanto ao problema já abordado de fazer da cadeira de História do Brasil o centro dos cursos de História, somos de opinião contrária. Cada fase da História tem uma individualidade própria. A História do Brasil e da América devem ser colocadas no quadro da História do mundo. Não se pode compreender a História do Brasil sem o conhecimento de seu contexto geral, convencionalmente chamado História Moderna e Contemporânea, e dos seus antecedentes, que se prendem à História Antiga e Medieval. Além disso, não vemos razão por que as cadeiras de História Moderna e Contemporânea das Faculdades de Filosofia, no Brasil, não possam se transformar em centros ativos de História de quaisquer partes do mundo, e projetar os trabalhos dos

[35] Os referidos quadros do pensamento social brasileiro têm suas condições de atuação e características gerais de suas historiografias analisadas no artigo de Fernando Nicolazzi *Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da História filosófica à síntese sociológica, 1836-1936.* Nesse texto são analisados especificamente Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, tomados enquanto representantes da historiografia tradicional brasileira, ou seja, patronos da histórico-política tal como vinha sendo feita até a década de 1960.

> historiadores brasileiros muito além de suas fronteiras nacionais. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.123)

As exposições dos simposistas críticos ao relatório de Alice Canabrava foram as de Emílio Silva, Guy de Holanda e, como esperado, de Eduardo França. Emílio Silva defendeu a importância dos estudos políticos ao enfatizar o lugar das ideias como força motriz da sociedade e por conseguinte da História.

> São as idéias que governam o mundo, não a produção ou a economia. As grandes fôrças que comandam todo o desenvolvimento do mundo ocidental são, a grosso modo: a Filosofia Grega, o Cristianismo, as Cruzadas, a Imprensa, o Descobrimento da América, a Companhia de Jesus, o Concílio de Trento, a Renascença, o Liberalismo, Kant e o Idealismo Germânico, a Revolução Francesa etc. Ora nenhuma dessas forças escapa do fator espiritual. E' pois exorbitada, a seu parecer, a opinião que atribui à economia o papel primordial no desenvolvimento da História. Quer-lhe parecer que seria bom recomendar aos historiadores uma atenção maior e ênfase ao fator espiritual. Embora não seja para subestimar nunca o fator econômico, todavia, serão sempre mais fecundos e elucidativos a análise e cuidadoso estudo dos fatôres ideológicos, que são sempre as linhas mestras, as idéias;-fôrças, que comandam e nos explicam a formação e o ser da nacionalidade. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.129)

Já Guy de Holanda, em tom mais sóbrio, defendeu a centralidade da História do Brasil e da América a partir do pragmatismo de que a formação dos historiadores deve partir da realidade na qual eles estão inseridos. Além disso, o enfoque nos estudos históricos sobre o Brasil e o continente no qual ele está localizado também se justificava pela óbvia abundância de fontes. Tudo isso foi dito, é claro, "sem querer emitir um julgamento de valor intrínseco em comparação com outras Histórias"[36]. Guy de Holanda conclui a sua crítica afirmando que ainda faltava à História bons estudos das ideias políticas e um contato introdutório com a filosofia, alinhando-se aqui com o Padre Emílio Silva. Por fim, a crítica mais ferina, e contundente, foi feita por Eduardo França, que além de afirmar que os problemas específicos da História da América não foram tratados pela relatora, usou a própria atuação de Alice Canabrava como historiadora para defender a centralidade da História do Brasil.

> Importante, a seu ver, é a questão da posição da História do Brasil dentro da constelação das matérias a ensinar, Vê uma contradição entre a posição da profa, Alice Cannabrava como relatora e sua atuação como professôra e hlstoriadora, Com efeito, em duas teses que escreveu, embora tratando de questões de História da América, o Brasil ocupou o centro do seu pensamento, ilustrando dessa maneira o que pode ser a contribuição brasileira à História da América e do mundo. Não julga o expositor que a História do Brasil deva ser a única considerada (pois tôda a História de qualquer tempo e de qualquer país pode ser feita aqui, contanto que a saibamos fazer) mas deve merecer prioridade. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.133)

---

[36] Sem querer emitir um julgamento de valor intrínseco em comparação com outras Histórias, acha que formar historiado- -res dentro da História do Brasil e da América é mais realizável economicamente e mais fácil por termos acesso aos próprios documentos. E uma questão de prioridade de ordem prática, partimos daquilo que é nosso. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961, p.130)

Canabrava respondeu cuidadosamente a seus críticos. A Guy de Hollanda não faz oposição alguma, limitando-se a dizer que não se preocupou com o problema das matérias auxiliares, referindo-se aqui à História da Ideias Políticas e à Introdução à Filosofia. Já no caso do Padre Emilio, a relatora chama atenção a premissa da própria crítica do Padre, sinalizando que a definição do objeto de estudo histórico está fundamentada no método e não no protagonismo de um dado aspecto da vida social sobre os outros. Termina negando que o enfoque em dados econômicos signifique a produção de uma História marxista. A autora faz isso como forma de negar aos seus críticos a politização do método histórico por ela utilizado. Noutras palavras, impedir a Associação de seu relatório a tendências marxistas no campo histórico daquele período, era, para a relatora, defender o caráter científico das suas considerações.

> os problemas econômicos são considerados como um fenômeno de civilização. Cada época tende a focalizar mais um problema; hoje os historiadores tendem a fazer mais História econômica, embora haja problemas importantes também no campo da História das idéias. Focalizar e tratar dados econômicos não significa fazer História marxista, que tem seu método próprio. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.134)

A Eduardo França foi dada a resposta mais dura. Canabrava lembrou França de aspectos elementares das suas pesquisas que impedem o uso delas como evidência da necessidade de protagonismo da disciplina de História do Brasil.

> Não vê a contradição apontada pelo Professor entre as suas próprias pesquisas que colocariam o Brasil no centro dos seus estudos e as suas afirmações como relatora. Na sua cadeira, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, é normal que se dê relêvo à História Brasileira, pois o próprio nome é Cadeira de História Econômica Geral e do Brasil. Quanto ao seu trabalho sôbre o Rio da Prata, embora tenha pontos de ligação com a História do Brasil, as conclusões referem-se à História da América Espanhola e os materiais procedem dos arquivos espanhois e hispano-americanos. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.136)

No decorrer do primeiro simpósio, a polêmica sobre a centralidade da História do Brasil, que tinha em sua essência a discussão sobre o lugar da História Política e da síntese histórica na historiografia, não chegou a um acordo. Em verdade, acabou revelando desacordos mais profundos entre os historiadores, pois de um lado havia historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, que chamavam de falsa a valorização da História do Brasil "que a colocaria como um sol em torno do qual girariam planetinhas" (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p. 137). Por outro lado, havia professores como Eduardo França e Maria Conceição Martins Ribeiro, que reprovando e contestando as falas de Buarque de Holanda, aparecem nos registros exigindo uma História para Historiadores. Muitas dessas questões em torno da identidade da História e da importância da especialização dos Historiadores foram retomadas no relatório sobre *Matérias Complementares e auxiliares*

e o alargamento do horizonte do estudo da História redigido por Eremildo Vianna, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil.

O relatório tomou a seguinte distinção como premissa: existem técnicas auxiliares, saberes que não têm existência autônoma em relação à História, e as matérias complementares, que são saberes autônomos em relação à História, indispensáveis ao historiador para a plena realização da pesquisa histórica e do ensino da sua disciplina.

> Do ponto de vista essencial, há que distinguir as matérias que permitem estudar o documento, definir e situar o fato histórico, e, que em face da própria História, não têm existência autônoma - preferimos chamá-las "técnicas auxiliares"; existem as que independem da História, têm portanto existência própria e podem diretamente servir à História, constituindo seu estudo, muitas vêzes, coisa indispensável ao historiador e ao professor de História, (as matérias complementares). (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.143)

Definindo a História como a ciência do Humano, o relatório fundamenta seu argumento sobre a interdisciplinaridade, apontando que se a História está desdobrada sobre as atividades humanas, o debate sobre outras matérias é naturalmente incontornável, pois elas potencialmente podem oferecer os instrumentos analíticos necessários à historiografia. Nesse documento, está o esforço em demonstrar como é fato consumado que a História como ciência não mais está restrita ao mero exame do acontecimento. Assim como também está evidente a qualificação do método histórico, em sua aplicação, como um conjunto de procedimentos interdisciplinares, nas palavras de Eremildo Vianna:

> Se, em verdade, a História é a ciência do Humano e se o' personagem é tal como o personagem de Terêncio, o historiador poderá dizer "nada de humano me é estranho". Ademais, preocupando-se com atividades variadíssimas, como o são as atividades humanas, não se pode deixar de encarar o problema de variadas técnicas e matérias complementares. Todos estão de acôrdo, cremos nós, como se fez salientar no Seminário de Sevres de 1951, em que a História não é mais hoje, puramente, "événementielle". Ultrapassa os limites de pequenas intrigas políticas e de fatos ligados a uma só pessoa, guerras, etc. Tem-se a impressão de que o historiador, com uma tarefa ingente e quase absurda, teria, pois, de ter um conhecimento perfeito de tecnologia, de línguas antigas e modernas, direito, economia, religiões, filosofia, belas artes, etc., uma multiplicidade de técnicas e ciências. E' o pensamento dos que, como Bauer e outros, têm estudado a metodologia científica da História. Coisa quimérica, pois não se pode exigir do historiador que seja, culturalmente, um super-homem. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.144)

Dessa forma, a relatoria nos revela sua real natureza enquanto texto essencialmente político. Dirigindo-se aos pares, Eremildo Vianna usa das suas caracterizações para dizer o que se deve exigir do professor de História. Defendendo a necessidade da comunidade historiadora não perder de vista as premissas teóricas elementares da História no esforço em prol da construção de um conhecimento de acordo com os modismos da intelectualidade do momento. Por isso, advoga por um currículo de

História de perfil essencialista, identificando que a própria natureza da História como ciência humana, do seu método e sua pesquisa, no devido tempo acaba compelindo o pesquisador/professor de História ao aprendizado sobre as técnicas auxiliares e da teoria das matérias complementares.

A crítica política presente em sua relatoria pauta que o fato de a interdisciplinaridade existir entre os campos científicos é nada menos do que uma contingência, algo esperado devido à própria natureza antropocêntrica do saber científico no conjunto das ciências humanas. Todavia, a consciência sobre isso, por parte dos historiadores, não pode se converter em um modismo irrefletido. Assim, o sentido político desse tipo de currículo, qualificado como pomposo no relatório de Eremildo Vianna e colocado em negrito por Eurípedes Simões de Paula que editou os anais onde essa relatoria está registrada, poderia levar ao esvaziamento da identidade científica da História, fato que obviamente teria implicações político-institucionais para o ensino e a pesquisa nessa área. É perceptível como os relatores compreendem que admitir a consolidação de tal realidade seria prejudicial à pesquisa histórica em longo prazo, mas também para sua categoria de profissionais acadêmicos.

Sendo assim, a interdisciplinaridade em excesso é contraproducente com as pautas que o primeiro congresso de professores universitários de História buscava levantar porque a regulamentação do ensino, da pesquisa e da posição do professor universitário de História nas faculdades de filosofia encontravam na interdisciplinaridade irrestrita um obstáculo ao aperfeiçoamento da pesquisa em História na academia. Se a interdisciplinaridade não fosse limitada, poderia levar o pesquisador/professor de História a um processo de homogeneização, onde seu ofício seria perdido no meio das competências dos seus pares e eventualmente por eles realizado. Interessante notar que as reformas da Ditadura Militar, tanto a Universitária de 1968 como a da Educação Básica em 1971, fariam exatamente isso ao impor a criação e o ensino dos estudos sociais.

> O que dêle se quer exigir, e se deve exigir, como do professor de História, é que saiba de quem e do que se possa servir para cumprir o seu verdadeiro mister. Tem-se desejado, inutilmente, porque se tem ficado apenas em teoria, pois na prática é irrealizável, levar a especialização, no tocante ao historiador e ao professor de História, a um conhecimento amplo de um número absurdo de matérias. O próprio conhecimento histórico tem sofrido retrocesso, ou, se tem ressentido de tal falha, ou êrro de visão. Convenhamos que a preparação técnica seja longa, mas que a disposição da mesma através de currículos pomposos não venha prejudicar ao conhecimento da própria História, sob ,) pretexto de se dar ao historiador a possibilidade de se servir de uma série de técnicas ou de ensinamentos decorrentes de uma série de disciplinas. E' preciso que se tenha bom . Sénso para pensar que num simples curso de formação não se pode e não se deve prejudicar o conhecimento primordial de fatôres e fatos fundamentais da evolução humana, sobrecar,. regando os currículos com disciplinas que, no correr de suas futuras pesquisas pessoais, tanto o professor quanto o historiador, deverão preencher, se realmente sentirem necessidade ,ou

> perceberem lacunas em seus conhecimentos, como no caso das matérias jurídicas, algumas de caráter econômico, social, filosófico, etc. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.144)

A relatoria do Diretor da FNFI teve boa recepção entre os seus pares historiadores. Um dos elementos mais interessantes desse forte apoio é a eficiência com a qual os simposistas conseguem alinhar a demanda política da relatoria de Eremildo Vianna com suas próprias considerações de natureza pedagógica e profissional. Por exemplo, Maria Clara T. Constantino[37] reconhece a necessidade de estabelecer os termos distintos que pautam a sistematização do campo histórico. Essa distinção deveria ocorrer da seguinte maneira: a) problemas de análise histórica, b) problemas de síntese histórica e c) problemas de Filosofia da História. Na questão da análise deveria ser apreciada a matéria relativa à localização do fato histórico no tempo e no espaço, o que exigiria a discussão sobre as técnicas auxiliares. Já as questões relativas à síntese deveriam ser tomadas como concernentes à explicação histórica, tendo em vista de que a mesma deve ser elaborada sob o pressuposto de que o fato histórico é irreversível, logo o objetivo de explicá-lo é a busca pela causalidade histórica. Quanto aos problemas da Filosofia da História, jamais saberemos como eles deveriam ser encarados, de acordo com a professora, pois seu tempo de fala havia sido encerrado e não sendo ela francesa, um homem ou diretor de alguma faculdade, sua exposição não é recuperada posteriormente na edição dos anais.

Outra professora que manifesta apoio a Eremildo Vianna é Maria Yedda Linhares. Sua fala é mais suscinta e pragmática, aceitando a distinção de técnicas auxiliares e matérias complementares, limitando-se a questionar se o professor admite a existência de um currículo único para a formação. No mais, Linhares defende a Introdução dos Estudos Históricos e História da Historiografia como disciplinas obrigatórias. Nessa defesa, ela é acompanhada, por outros professores como Guy de Hollanda. No seu caso, o professor defende a importância da História da Historiografia para a especialização, chegando a considerar que ela deveria se transformar em uma cadeira dos departamentos de História, devido à evidente importância da História da Historiografia brasileira e da América. Por fim, o bloco de apoio se fecha com o professor Pedro Calmon cedendo tácito apoio a Eremildo Vianna, diretor da FNFI, uma faculdade sob sua reitoria na Universidade do Brasil.

Com apoio massivo e diversificado, a oposição à relatoria de Eremildo Vianna fica a cargo de Júlio Lopes e Luiz Palacin, assim como de Paulo de Castro e Eduardo França. O registro descreve que o padre Júlio Lopes se limita a questionar qual seria o

---

[37] Era professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos.

lugar da História Eclesiástica, ou seja o seu lugar no currículo proposto pelo Diretor Viana, apontando a importância de sua área para a História Geral. Por outro lado, o Padre Luiz Palacin opina que a Introdução à História seria um curso muito difícil, devendo, se incluindo na grade curricular, fazer parte do segundo e do terceiro ano de graduação, deixando como introdução à ciência da História, apenas o curso de Metodologia Histórica. A crítica mais dura fica é feita por Paulo de Castro:

> O historiador pode dirigir-se a técnicos especializados, quando dêles tiver necessidade, dispensando, portanto, que tôdas as técnicas auxiliares figurem no currículo. Quanto às matérias complementares, acha procedente a inclusão da História da Arte, História das Idéias Políticas, etc. Considera dispensáveis: Geografia Física, Econômica e Humana, porque o historiador se utiliza das contribuições e dados dessas matérias, mediante um tratamento histórico e não geográfico. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.144)

Eduardo França também fez críticas ao relatório do Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil atacando a lógica da distinção realizada entre as técnicas auxiliares e as matérias complementares. Nos registros, suas objeções estão organizadas em cinco pontos: 1) equívoco na definição das disciplinares complementares; 2) contradição teórica no relatório; 3) Distribuição das disciplinas; 4) a viabilidade do currículo para a realidade brasileira; 5) o problema da seriação.

> Faz as seguintes objeções: 1. há equívoco na definição das chamadas disciplinas complementares, não reconhecendo o professor como tal a História da Arte, História das Religiões, História das Idéias Políticas, etc., pois seria uma diminuição do campo da História. 2. Vê uma contradição teórica no relatório, pois no comêço o relator se preocupa com a definição e situação do fato histórico, ao passo que logo em seguida toma posição contra uma História événementielle. 3. Quanto à distribuição das disciplinas acha que ficou faltando a abordagem do problema de equilíbrio entre as disciplinas complementares e as fundamentais, para a modelagem de um futuro currículo. 4. pergunta se serão viáveis e exeqüíveis perante a realidade brasileira as matérias que estão sendo lembra das para integrar o currículo. 5. aborda o problema da seriação, perguntando se a integração de tantas matérias complementares no currículo não afetaria o tempo destinado às fundamentais. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.152)

A defesa do currículo por parte do diretor Eremildo Vianna é pragmática contra os seus críticos mais fracos e reticente contra os mais fortes. Por isso, aos padres, suas respostas são breves, assinaladas de tom científico que era o pano de fundo nítido do debate ali realizado, um diálogo que não tinha o menor interesse para com o sentido da História Eclesiástica no currículo. Ao Padre Júlio Lopes, sua reposta é fria, pontuando que não se deveria dar muita importância às matérias complementares. Quanto ao outro sacerdote, a dispensa do diálogo também é ausente de qualquer interesse de discutir algo que Eremildo Vianna e muitos outros interlocutores naquela sessão tomavam como óbvio: a introdução da História, juntamente com a disciplina de Metodologia Histórica, deveria estar no início da graduação.

Assim, dispensadas as indagações dos religiosos, Eremildo Vianna se voltava para as falas que partiam das vanguardas dentro da classe de historiadores universitários: Paulo de Castro e Eduardo França. Para com esses, a atitude foi conciliatória e até mesmo de recuo em relação à defesa do currículo essencialista. Tratados nas respostas registradas com a deferência costumeira aos pares, os professores têm a suas críticas acolhidas em tom apaziguador e, no caso de Eduardo França, até um tanto submisso. Junto ao Professor Paulo de Castro, Viana timidamente reconheceu a dificuldade de elaborar um critério para definir o que seriam os valores das técnicas auxiliares, apontando que apenas o interesse do aluno poderia tornar viável o ensino desses saberes, fora do currículo. E quanto a Eduardo França:

> Discorda que, denominando matérias complementares à História da Arte, História das Religiões, etc., esteja retirando o caráter ideológico, estético e econômico da História. Esse não o impede de dizer que essas matérias sejam disciplinas inteiramente autônomas. Defende a contratação de professôres, mesmo no exterior. Para lecionar as matérias essenciais ao currículo. Reconhece que, realmente, a Associação mal feita de matérias complementares e técnicas auxiliares às cadeiras fundamentais pode matar o ensino da História, levando o aluno à dispersão e enfraquecendo o currículo. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.155)

Com essa resposta titubeante, vencida e confusa, a vitória da sessão, em termos de debate, foi de Eduardo França. Na intervenção final, França retorna ao ataque contra o currículo essencialista. Para ele, a defesa dos conteúdos fundamentais de História demandava especialização. Chamando atenção para o lugar da Filosofia da História, da Teoria da História e da História da Historiografia, o professor França argumenta pela incongruência entre uma ideia de currículo essencialista e o aprofundamento de disciplinas fundamentais para a sistematização da teoria e metodologia do campo histórico, objetivo daquele congresso.

> Discorda do relator, quando êste achou desnecessário que se dê Filosofia dá História, pois não pode entender como se possa dar uma Teoria da História válida sem conhecimento básico da Filosofia da História, como, também, não o entende uma História da Historiografia sem a Filosofia da História. Não concorda ainda com o mesmo, quando preconizou a pesquisa depois do ensino. Acha que não pode ser feito ensino válido de pesquisa sem que ao mesmo tempo se ensine aos alunos como pesquisar. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.155)

Para sempre, ou até que a documentação adequada seja encontrada, as explicações do perfil não combativo de Eremildo Vianna pertencem ao terreno das especulações. Todavia, a mudança abrupta de tom em suas respostas finais, podem nos fornecer algum indício das suas intenções. Afinal, em sua última fala, tendo sido derrotado no campo teórico por Eduardo França, Viana se refugia na política, pois era do seu posicionamento político, e não da concisão em sua argumentação, que vinha a força de sua fala. Como gestor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, Viana era cônscio da

dificuldade orçamentária subjacente a um currículo voltado mais para a especialização e a pesquisa. Por conta disso, critica a funcionalidade do currículo especializado, pois compreende a especialização como algo posterior a graduação. Para o diretor Viana, o currículo essencialista permitiria que a graduação mantivesse sua funcionalidade, seu compromisso para com a formação docente. Tomando isso como premissa de sua conclusão, tenta em último esforço responder aos professores que defendiam a importância da pesquisa e especialização na graduação, associando suas argumentações à realidade soviética. Assim, um debate que havia começado reivindicando a técnica, o cientificismo ou no mínimo o pragmatismo burocrático na defesa da História em nível institucional, atingiu sua forma mais elementar: a discussão política sobre o sentido do curso de História e, por extensão lógica, da própria universidade.

> Respondendo, também em conjunto, aos expositores que focalizaram o problema da pesquisa, afirma que não se deve confundir a pesquisa ambiciosa com a simples aprendizagem para a pesquisa, pois o aluno no seu curso de formação é iniciado apenas nas técnicas de pesquisa. Recorda, inclusive, que nas repúblicas socialistas, como, também, nos Estados Unidos, houve demasiado interêsse pela pesquisa. Chegou-se, então, a um ponto em que havia a formação mais de pesquisadores que de professôres porque o pesquisador era melhor remunerado. O resultado foi que os professôres passaram a receber mais, a fim de evitar que se chegasse a um ponto em que o pesquisador não teria a base necessária, e nem quem os formasse, porque a pesquisa não anula o ensino. E' preciso que o aluno tenha um ensino essencial para chegar à pesquisa. Nos referidos países está havendo um amplo movimento em favor da pesquisa na pós-graduação, no campo da Física. Nos Estados Unidos, por exemplo, as Universidades particulares recebem soma imensa de recursos do Estado para êsses cursos de pós-graduação. Nós, aqui, temos conseguido formar um ou outro pesquisador paralelamente ao curso de formação, mas aquêles que são pesquisadores de fato, são formados depois da graduação. Formar pesquisadores nos cursos de formação. O contato os alunos não têm método, é jogar dinheiro fora. O contacto dos alunos com as fontes é apenas de aprendizagem. Considera a pesquisa algo muito mais elevado. Acha, portanto, que devemos dar ênfase aos cursos de pós-graduação, já que temos dificuldade em formar até bons professores e bons pesquisadores. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.155)

Então, o que seria a graduação de História nas faculdades de Filosofia? Um curso de professores ou pesquisadores? A última fala de Eremildo Vianna leva o debate curricular ao seu clímax, pois havia trazido os professores ali congregados à unidade, definindo o que seria o perfil científico da Associação nos anos 1960. Afinal, os professores universitários de História ali reunidos decidiram-se pela reforma curricular fundamentada na especialização, na relação indissociável entre ensino e pesquisa. Apoiaram a defesa do professor Eremildo Vianna sobre um ensino de História restrito aos historiadores, ao mesmo tempo em que suas resoluções e políticas de longo prazo na Associação deram razão às críticas e posicionamento de Eduardo França. Isso fica evidente na moção encaminhada por Eduardo França, analisada no primeiro capítulo, atacando nas mesmas resoluções a legislação que permitia aos profissionais de outras

ciências humanas o ensino da História. Alinhado a essas ações estão as conclusões que pautavam a separação do curso de História e geografia, a limitação das matérias do curso de História ao seu currículo exclusivo e, principalmente:

> Nas Faculdades onde não existe deve ser colocado o curso de "Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História". Sugere-se o seu desdobramento em duas disciplinas: a Introdução Metodológica à História e a Teoria da História. O interêsse especial que devem merecer os estudos de História do Brasil não deve implicar na diminuição do interêsse pelos estudos de História Geral, considerada como um todo. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1961, p.155)

A adoção dessa diretriz por parte dos professores de História em congresso, justifica a trajetória da ANPUH nos anos 1960 e o seu lugar na História da historiografia. Afinal, explica, juntamente com outros fatores, porque o II simpósio foi especificamente focado na sistematização da pesquisa, com a catalogação de fontes, arquivos e relatórios voltados para a discussão de preservação de documentação. Além disso, esclarece por que foi, justamente, o professor Eduardo França que no III simpósio, em 1965, retomaria o debate curricular. Reportando à ANPUH, já reconhecida como uma Associação nacional, o sucesso dessa diretriz em prol da especialização na relatoria intitulada *Uma Experiência de Seminário de Utilização de Textos* realizada com o intuito de:

> oferecer, de improviso. um,", colaboração que perm1ta a abertura dos debates nesta sessão da problemas didáticos para a qual nenhuma comunicação foi ainda encaminhada, é que nos dispuzemos a apresentar as linhas gerais de um seminário que, na Cadeira de História Moderna, em São Paulo, vimos experimentando com nossos alunos, graças à ajuda de nossos assistentes. Na verdade, pretendemos, no futuro, depois de maior aperfeiçoamento da técnica de sua realização e da apreciação dos resultados, após dois ou três anos de prática apresentar à consideração dos colegas uma comunicação mais concreta e documentada. De momento, apenas visamos a suscitar críticas e sugestões no que se refere aos seminários como recurso de ensino no plano do ensino superior de História. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1965, p.275)

A premissa dessa relatoria partiu da defesa de uma experiência didática no currículo de História que alinhasse o ensino das competências fundamentais do pesquisador com o conteúdo programático. Assim, os seminários seriam a evidenciação, a partir da prática pedagógica aperfeiçoada, do vínculo indissociável entre a teoria e a prática científica, pois estimulam o entendimento da historiografia por meio do exercício da crítica histórica. Pois, sabendo interpretar os textos não apenas como conhecimento estabelecido, mas também como base material para problematização de enunciados, o estudante estaria sendo formado a partir de um duplo gesto epistêmico, onde sua futura identidade como historiador é tanto sinônimo de técnico-cientista, como de intelectual. Sem dúvidas, o currículo essencialista de Eremildo Vianna, que tomava o graduando como depósito de dados da historiografia, e só o concebia como pesquisador enquanto uma possibilidade posterior, há muito jazia derrotado.

> Trata-se apenas de uma variante da técnica d" uso de textos para a formação básica de futuros pesquisadores. Em geral, nos seminários dessa natureza, atemo-nos ao comentário crítico dos textos apresentados, para que, praticando-o, o estudante aprenda a tratar as fontes, conhecendo os critérios de seleção, os procedimentos de compreensão de conteúdo, a elucidação de informações, os processos de comparação. Enfim a inteligência do que lê. Este tipo já clássico de seminário, rico de oportunidades para a orientação dos espíritos é sempre de fundamental importância e não pode ser substituido quando se trata de preparar gente para a pesquisa. O estudante. precisa saber que com textos, embora não apenas com êles, se faz História, bem como precisa saber avaliá-los, e sobretudo, saber achar o que êles dizem. Também não cogitamos de excluir outras modalidades de seminário que. aliás continuam a ser realizados na Cadeira de História Moderna. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1965, p.275)

Nessa metodologia, ser graduando em História é tomar o papel de protagonista como pesquisador e principal responsável na construção do conhecimento em sala de aula. Esse esvaziamento do perfil passivo do aluno, por definição, impossibilita o ensino de um conteúdo programático de aporte generalista. Tendo em vista que, dentro dessa experiência do seminário, a educação superior em História é tomada como a produção de saber especializado. Noutras palavras, a organização geral, de cunho essencialista, das competências e habilidades para o estudo da História é uma competência da educação básica, porque nessa etapa o corpo discente em grande maioria tem por meta apenas uma formação geral para o trabalho.

> O aluno deve aprender agora a compor História mediante a combinação dos dados colhidos nas fontes. E a fazê-lo com lucidez, a fim de não recair na elaboração de simples relatórios das informações em mera ordem cronológica, a mais elementar pela técnica primária de costura daqueles dados oferecidos pelos documentos. Pretende-se que êle consiga ultrapassar o plano da crônica dos fatos e atingir a um tratamento verdadeiramente historiográfico dos elementos levantados na leitura das fontes. Isto só poderá ser atingido, em nível escolr, mediante treino adeqüado que permita a superação do empirismo por um esfôrço de sistematização, através do ensino concreto e prático das próprias técnicas do trabalho. E isto dizemos, justo na medida em que pensamos que o ensino superior, c1sdos os seus objetivos culturais e profisionais, há de visar, antes de tudo, ao aprendizado de atitudes e de técnicas em relação às especializações ensinadas. O seminário em questão é simples. Dados nlguns textos de fontes contemporâneas, três ou quatro, sôbre um mesmo tema da História, os estudantes devem, utilizando-se dêsses textos, e tão somente dêles, compor a dissertação histórica correspondente. A elaboração se faz em classe, autorizada a consulta de quaisquer apontamentos. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1965, p.275)

No entanto, as finalidades do curso de História no ensino superior são outras, específicas ao desenvolvimento do professor-pesquisador. Por isso, trata-se de um processo de ensino e aprendizagem de um tipo singular de trabalho: o técnico-científico/intelectual. De fato, é notável como o movimento de modernização do ensino e do currículo na graduação de História consegue, ao mesmo tempo, definir uma hierarquia entre os historiadores, alienando formalmente o trabalho realizado nas faculdades daqueles realizados na escola. Anos mais tarde, as reformas implementadas pela Ditadura Militar soprariam essas linhas divisórias, tal como o vento faz com as letras

escritas na areia, e esse esforço de distinção a partir das práticas pedagógicas seria transformado em combustível de um confronto entre historiadores responsável por transformar a ANPUH para sempre. Contudo, ali no ano de 1965, as ideias, discursos e teorias que serviriam de espadas na futura luta fratricida ainda estavam embainhadas. E os historiadores da ANPUH estavam ainda unidos, compromissados, em grande maioria, com os trabalhos necessários para a criação de um novo currículo, nova graduação e por fim uma nova geração de historiadores.

Evidências dessa união estão nas manifestações de apoio à relatoria de "improviso" de Eduardo França. Quadros dirigentes, como Eurípedes Simões De Paula, declararam à assembleia estar de pleno acordo com as práticas pedagógicas propostas pelo professor França.

> Declara-se de pleno acôrdo com o que foi relatado pelo Prof. Eduardo d'Oliveira França, quanto ao ensino de seminário de textos de sua cadeira. Diz também que a cadeira que tem a honra de reger, isto é, a de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, vem também fazendo mesmo. Cita, por exemplo, o seminário do Prof. Pedro Moacir Campos, seu professor-associado, que vem ministrando um curso de seminário nos mesmos moldes do que foi preconizado. O Instrutor Aldo Janotti fará o mesmo no próximo ano com a História Greco-Romana. (ANAIS DE SIMPÓSIO DE 1965, p.275)

No simpósio seguinte, em 1967, essa experiência de ensino defendida com entusiasmo por figuras de destaque na ANPUH já aparece como prática pedagógica consolidada no ciclo final do debate curricular na década de 1960. Em comunicação intitulada *O Curso de Introdução aos Estudos Históricos e as Fontes Primárias*, Maria da Conceição Martins Ribeiro, instrutora da Cadeira de História da Faculdade de Filosofia de Rio Claro (SP), fez uma retrospectiva do debate curricular na Associação, alinhando suas experiências docentes nos últimos cinco anos às discussões e deliberações realizadas nos simpósios. No mesmo sentido, se deu a comunicação *Considerações em torno do Ensino de História*, de Célia Freire, assistente na Faculdade de Filosofia da Federal de Pernambuco. Ambas as comunicações são laureadas, tal como ilustraram respectivamente as falas elogiosas da Alice Piffer Canabrava, naquela época já secretaria geral da Associação, e do Sebastião Romano Machado, professor de FFCL em Franca.

Portanto, por um breve momento, a reforma da graduação de História pelos professores universitários, tendo a ANPUH como importante espaço de debate, troca de experiências e deliberação foi uma realidade no campo histórico. O sentido político do debate curricular parecia caminhar para resoluções concretas, transformações na metodologia do ensino superior que conseguiram, de alguma forma, sobreviver passando pela implementação das reformas da ditadura e a institucionalização de novas agendas de

pesquisa a partir da redemocratização. Todavia, como vimos no decorrer dessa dissertação, a Associação era marcada por desentendimentos políticos profundos, evidência disso são as contradições entre o avanço do debate curricular e o silenciamento sobre a reforma universitária. Esses tropeços nos primeiros passos da Associação dos Historiadores universitários retornariam em forma de um teste de fogo do qual a Associação, por muito pouco, não encontrou seu fim. Afinal, na década de 1960 a ANPUH cresceu em força, integração, membros e núcleos, porém fora dos limites de seus simpósios e das salas de aula de seus quadros dirigentes, estavam outros grupos bem mais poderosos como os militares. E quando suas políticas alteraram as estruturas do ensino e da pesquisa científica no Brasil, os historiadores, finalmente, foram obrigados a deixar de apenas reagirem, começando enfim a lutar, denunciando os efeitos negativos da intervenção militar no campo dos estudos históricos. Por fim, em nossas considerações finais, discutiremos os indícios que apontam para uma ruptura político-institucional da ANPUH na década de 1970, e como elas abrem pertinência para a continuidade da pesquisa histórica aqui apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nunca acaba: A ANPUH nos anos 1970, 1980 e as possibilidades de investigação.

Os anos dourados da ANPUH como organização científica encontraram o seu fim quando a Ditadura Militar interveio no sistema universitário. As reformas militares na educação modificaram estruturalmente as universidades, fomentando a expansão das faculdades de filosofia. Essas transformações impuseram uma nova realidade política aos quadros dirigentes da ANPUH, agora vista como um espaço de representação de um contingente cada vez mais largo de professores, estudantes e pesquisadores de História. Subitamente, a Associação que havia optado por silenciar-se em relação a Reforma Universitária por quase toda a década de 1960 estava nos jornais queixando-se da situação precária na qual se encontravam os professores e os alunos na graduação de História.

Ao menos, é isso que descrevem Iraíde Marques e a Ana Paula Giavara, docentes da Faculdade de Ciências e Letras de Marília, onde a ANPUH foi criada. Em seu artigo, intitulado *O Ensino de História no Boletim do Historiador da ANPUH-SP (1990-2002)*, ressaltam o caráter crítico e combatente do núcleo paulista da ANPUH, divisão na época em que estavam os dirigentes da Associação em nível nacional, no campo educação pública nos anos 1970. Perfil, no mínimo, contraditório com as articulações políticas do

núcleo paulistano a trajetória política da Associação na década anterior examinadas no decorrer da presente dissertação, principalmente naquilo que dizia respeito sobre o esforço de suas lideranças em restringir o debate sobre a reforma em seu aspecto curricular. Ainda assim, no artigo das professoras, a ANPUH e seu presidente, o professor Eurípedes Simões de Paula, são caracterizados da seguinte maneira.

> As discussões sobre os impactos dessa reforma estiveram presentes no VII Simpósio da ANPUH, realizado na cidade de Belo Horizonte, em 1973, o que consubstancia seu posicionamento de defesa ao ensino de História. Em notícia publicada no Diário de Minas, Eurípedes Simões de Paula, então presidente da Associação, afirmou: "É ponto pacífico a manifestação contrária aos Estudos Sociais que, da maneira como estão sendo ministrados, não ajudam a ninguém, seja aluno ou professor" (DIÁRIO DE MINAS, 1 set 1973, p. A1 apud MARQUES e GIAVARA, 2018, p.252)

Contudo, embora as professoras partam da mesma premissa dessa dissertação: "Ao longo de sua trajetória, a Associação Nacional de História (ANPUH) e seus Núcleos Regionais consagraram-se como espaços de diálogo sobre temas relevantes para o profissional e o professor de História" (MARQUES e GIAVARA, 2018, p.251). Há um hiato considerável entre a caracterização combativa da Associação nos anos 70 e a principal fonte examinada no artigo: *O Boletim do Historiador*. Tendo em vista que a circulação desse periódico se deu na década de 1990, quase duas décadas após a declaração de Eurípedes Simões de Paula ao *Diário de Minas*. Além disso, apesar da mobilização dessa fonte ser compreensível para a argumentação que se buscou estabelecer no texto, em visita em dezembro de 2022 ao acervo da ANPUH nacional e da ANPUH na FFLCH-USP, os debates sobre ensino de História do *Boletim do Historiador* aparentam dar continuidade a discussões da década de 1980 sintetizadas em documentos como o *Dossiê sobre a proposta de reestruturação curricular do Ensino de História para 1º Grau*, expedido pela ANPUH-SP com pareceres do departamento de História da UNESP, USP, UNICAMP e PUC-SP, assim como também pareceres individuais de figuras como Déa Fenelon Ribeiro, professora da PUC-SP cuja atuação política e testemunho aparecem na bibliografia como elementos de ruptura com a política-institucional da ANPUH na década de 1970 e não como continuidade.

Assim nos demonstra Ilka Miglio em *Memórias/Identidades em Relação ao Ensino e Formação de Professores de História: Diálogos com fóruns acadêmicos nacionais*. Ao discorrer sobre os acontecimentos do IX simpósio da ANPUH, realizado em 1977, a historiadora buscou investigar os debates em torno "da discussão sobre a inclusão do professor da escola básica e dos alunos de pós-graduação como sócios" (MIGLIO, 2008, p. 66). Acaba recorrendo ao testemunho de Déa Fenelon, cujo

posicionamento e memória colocam-na do lado oposto do perfil de Associação científica que vinha sendo adotado pelos quadros dirigentes até então.

> Eu acho que o momento que eu mais me aproximei da Associação e começamos mesmo a discutir foi em 1977, no Simpósio da Anpuh em Santa Catarina. Nós, eu digo um grupo de pessoas que se encontrava nos Congressos da Anpuh, que discutia. Tinha professores de vários lugares. Lá de São Paulo tinha um grupo bom. Nós apresentamos em Florianópolis uma primeira proposta de incorporar os professores de 1º e 2º graus, como naquele tempo era chamado, à Anpuh com direito a voz e voto, como sócios. Eles tinham direito de assistir, de observar, mas não podiam participar como sócios. E nós apresentamos em 1977, em Florianópolis, uma proposta para isso. Acho mesmo que foi fruto da nossa inexperiência. Todo mundo ainda era muito novo e na verdade nós fomos vencidos pela burocracia, porque para modificar o estatuto da Anpuh tinha que ter publicado antes, na convocação do Simpósio, em jornais de grande circulação, edital, dizendo que ia haver uma assembléia para modificar o Estatuto. Então, na verdade, nós perdemos na burocracia. A discussão foi grande e começaram a aparecer reações contra a presença dos professores como sócios. Daí, na verdade, a assembléia que acabou votando e incorporando os professores foi em Niterói, em 1979, acho. Foi a seguinte. Foi feito tudo direitinho. Eu não estava presente. Por problemas de saúde eu não pude ir. Em Niterói foi votada essa proposta iniciada em Florianópolis. Mas o que era a reação? Era muito pelo lado de que a Associação era uma Associação Científica, de conhecimentos, de produção e apresentação de trabalhos. Era uma coisa dos "historiadores". Fazia-se muito essa diferença. E o professor ainda estava numa fase que não produzia, que não era um pesquisador. E por outro lado, houve uma reação também grande contra a proposta. Essa reação foi assim: a Professora Cecília Westphalen, que é uma das primeiras presidentes da Associação, rasgou o estatuto e falou que a gente ia destruir a Anpuh. Eles acharam que a falta de um nome, o que iria substituir a Anpuh, iria destruí-la. (Entrevista de Déa Fenelon Ribeiro concedida a Ilka Miglio, 2008, p.66-67)

Fica evidente que Déa Fenelon, assim como outros professores que iniciaram o movimento de democratização da Associação pertencem a um contexto distinto da declaração de Eurípedes Simões de Paula sobre os Estudos Sociais em 1973. Parece sim, tratar-se de um momento, no final dos anos 1970, onde as transformações estruturais do ensino superior e da educação básica, promovidas pelas reformas militares de 1968 e 1971, já estão consolidadas e passam a ser revisadas já em um outro clima político e intelectual, sintonizado por sua vez com o processo de redemocratização.

Essa consideração encontra fundamento nos próprios anais da ANPUH de fins dos anos 1960 e da década de 1970, onde apenas 11 textos, de 1967 e 1975, buscam discutir questões pedagógicas sobre o ensino de História, referenciando a reforma minimamente, ou seja, chamando a atenção para o fato de que ela estava sendo implementada, mas discuti-la politicamente. A inflexão no debate ocorre, corroborando a documentação encontrada nos acervos da ANPUH e o testemunho de Ilka Miglio, em 1977, onde das 11 comunicações sobre metodologia, seis estavam discutindo o currículo e as implicações das políticas militares para o ensino básico e superior. Fato que demonstra que a reação as reformas militares no simpósio da ANPUH foram tardias,

protagonizada por uma geração de docentes que formaram-se sob a vigência do regime militar e que durante a redemocratização intercalaram a crítica as políticas educacionais com a disputa política dentro das instituições de representação do campo histórico, tal como era o caso da ANPUH.

Todavia, embora a presente dissertação permita compreender quando esses novos personagens aparecem na comunidade de professores universitários de História em fins da década de 1970 e início dos 1980, raros são os trabalhos que lancem luz sobre esse período de transição entre a Associação de cunho científico e politicamente conservadora dos anos 1960 ao território de reações as reformas implementadas pelo regime militar a partir de 1977. Momento onde as agendas de pesquisa, que existiam apenas enquanto projetos historiográficos regionais, como é o caso da História Social da USP e da História Política da antiga Universidade do Brasil, se institucionalizam nacionalmente através dos programas de pós-graduação. Sem dúvida, as possibilidades de investigação sobre esse período apontam uma correlação direta entre a cultura historiográfica difundida através dos simpósios e o estabelecimento dessas linhas de pesquisa. Por fim, conectaria com maior concisão a análise trazida no decorrer deste texto sobre a criação da ANPUH com os trabalhos que abordam as disputas ocorridas na Associação durante a redemocratização, pois demonstraria como foi construído ao longo de duas décadas o campo dos estudos históricos que formou os primeiros historiadores da Nova República.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Caio Fernandes. Ciência em transe: A História da CAPES nos anos 1970. Orientador: Muniz Gonçalvez Ferreira. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Falculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

DE MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço plural, v. 13, n. 27, 2012.

FENELON, Déa Ribeiro. Programa de pós-graduação em História. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, ed. 1, 1983. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh. Acesso em: 3 set. 2019.

FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo: Expres são Popular, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 11, p. 45-64, 2013
FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura mi. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Semestral.
FICO, Carlos; FERREIRA, Marietta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (org.). Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Fgv, 2008. 382 p.
FONSECA, Marcelo Luiz Mendes da. A institucionalização da pesquisa brasileira: os primeiros anos de atuação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)). Parcerias Estratégicas, Brasília - DF, v. 16, ed. 32, 2011.
FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia em Perspectiva. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
GEMINIANO, Wagner. A Invenção da Historiografia Brasileira Profissional. Vitória: Milfontes, 2020.
GIAVARA, Ana Paula; BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. A Associação Nacional de História: anpuh e o ensino de História. História & Ensino, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 9, 29 jul. 2018. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2018v24n1p9.
GLEZER, Raquel. Entre documentação e pesquisa histórica. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, ed. 1, 1983. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh. Acesso em: 3 set. 2019.
GLEZER, Raquel. Novos livros & velhas idéias. Revista Brasileira de História, v. 4, n. 7, p. 149-154, 1984. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/revistasanpuh/rbh. Acesso em: 3 set. 2019.
HARTOG, François. Creer em História. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
HARTOG, François. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências no tempo. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
IGLÉSIAS, Francisco. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinariedade. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, ed. 1, 1983. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh. Acesso em: 3 set. 2019
IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 2, ed. 1, 1982. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh. Acesso em: 3 set. 2019.
MIMESSE, Eliane. A disciplina História nos anos da ditadura militar. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric de. Cultura historiográfica e História : a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). Textos de História, Brasília, v. 15, n. 1-2, p. 11-34, 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/957/624>. Acesso em: 18 de março de 2020.
NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. Estação Científica (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 29-39, 2017.
NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-

1970). Rio de Janeiro: Fev, 2018.
OLIVEIRA, Rodrigo Perez De. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). História da Historiografia, Minas Gerais, n. 26, p.197-222, jan./abr. 2018.
PERRUSO, Marco Antônio. Intelectuais engajados nos movimentos populares 1970/80: o papel desempenhado pela antropologia. Revista de Ciências Sociais, n.35, p. 155-168, out. 2011.
PINHA, Daniel. DITADURA CIVIL-MILITAR E FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROBLEMAS HISTORIOGRÁFICOS: INTERROGAÇÕES DESDE A CRISE. Revista TransVersos, n. 18, p. 37-63, 2020.
PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. O ensino de História durante a ditadura militar. In: Congresso UEM. 2008. p. 956-4
PRADO, Eliane Mimesse. A disciplina de História nos anos da ditadura militar. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
QUEIROZ, Fabio José de. 1964: o dezoito de brumário da burguesia brasileira. São Paulo: Sundermaann, 2015.
REIS, Daniel Aarão (comp.). Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
REIS, Daniel Aarão et al (org.). A Ditadura Que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
SANTOS, Wagner Geminiano. A Invenção da Historiografia Brasileira Profissional, Acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Orientação de: Antônio Paulo de Mores Rezende. 2018. 437f. Tese (Programa de Pós-graduação em História) - CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.
SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília. Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. São Paulo: FFCL-USP, 1962.
SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1963.
SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 3., 1965, Franca. Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo: FFCL-USP, 1967.
SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, 1969.
SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2.
SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1971, Goiânia. Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH-USP, 1973, v.3.
SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1973, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1.
SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.3.
SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 9., 1977, Florianópolis. Anais do IX Simpósio

Nacional da Associação dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica. São Paulo: [ANPUH], 1979. v. 4.
COSTA, José; BARROS, Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. Diálogos, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 2013.
MESQUITA, Ilka Miglio de. Memórias/identidades em relação ao ensino e de professores de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais. ETD Educação Temática Digital, v. 9, n. 02, p. 214-215, 2008.
DA MATA, Sérgio. Ranke reloaded: entre História da historiografia e História multiversal. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 4, n. 6, p. 247-251, 2011.
PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de História: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. 2010.
SILVA, Marina Vargens. O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História mineira (1907–1927). Temporalidades, v. 5, n. 2, p. 67-85, 2013.
PEREIRA, Ludmila Gama. O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969). 2010.
MARQUES, Juliana Bastos. A historia magistra vitae e o pós-modernismo. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 12, p. 63-78, 2013.
COSTA, Aryana Lima. Clio no espelho: um estado da arte sobre a História dos cursos superiores de História no Brasil. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 14, n. 37, p. 251-281, 2021.
BELIEIRO, Thiago Granja. A presença dos Annales no programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994). 2018.
SILVA, Paulo Thiago Santos Gonçalves da. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961–1977). 2014.
FREIRE, Diego José Fernandes. O passado da História: os historiadores e as historiadoras da Universidade de São Paulo e a História da historiografia brasileira na década de 1970. 2020.
MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016.
SILVA, Bruna et al. Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005). 2019.
COSTA, Aryana Lima. De um curso d’água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. 255f. Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.
FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 6, n. 11, p. 15-32, 2013.

FFCH UFBA

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: poshisto@ufba.br